

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

JADIR PEÇANHA ROSTOLDO

BRASIL, 1979-1989: UMA DÉCADA PERDIDA?

**VITÓRIA
2003**

JADIR PEÇANHA ROSTOLDO

BRASIL, 1979-1989: UMA DÉCADA PERDIDA?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Economia.
Orientador: Prof. Doutor Geraldo Antônio Soares.

VITÓRIA
2003

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R839b Rostoldo, Jadir Peçanha, 1967-
Brasil, 1979-1989 : uma década perdida? / Jadir Peçanha Rostoldo. –
2003.
139 f. : il.

Orientador: Geraldo Antônio Soares.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo,
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Brasil – História. 2. Brasil – Condições econômicas – 1979-1989.
3. Brasil – Condições sociais – 1979-1989. I. Soares, Geraldo Antônio. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas. III. Título.

CDU: 33

JADIR PEÇANHA ROSTOLDO

BRASIL, 1979-1989: UMA DÉCADA PERDIDA?

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Aprovada em 11/07/2003 por:

Prof. Dr. Geraldo Antônio Soares – Orientador

Prof. Dr. Rogério Arthmar – UFES

Prof.^a Dr.^a Maria da Penha S. Siqueira – IH - ES

Aos meus pais,
Jadyr e Alny,
Pela vida e por me ensinarem a viver.

A Raquel,
“Você caiu do céu.”

Agradecimentos Institucionais

Ao **Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo**, pela estrutura e pelo interesse em produzir conhecimento.

Ao **Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo**, por trabalhar na formação de profissionais críticos e empenhados na busca de um país mais justo.

Ao **Banco do Brasil**, por apoiar seus funcionários em projetos de autodesenvolvimento.

À **Fundação Ceciliano Abel de Almeida**, pelo auxílio.

Agradecimentos Especiais

Ao professor e orientador **Geraldo Antônio Soares**, pela serenidade, disposição e interesse.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo, por conduzirem um historiador pelos caminhos da economia.

À minha “turma”: **Felipe, Fernanda, Gustavo e Robert**, pelo companheirismo.

À **Ana Bizzo**, pelo apoio e incentivo a todo o momento.

À **família Faller** pela hospitalidade.

RESUMO

Analisa as transformações da sociedade brasileira, no período de 1979 a 1989, efetuando reflexões que levam a uma compreensão mais ampla da natureza dos problemas do País. A análise foi efetuada a partir de uma ótica multidisciplinar, questionando a expressão “Década Perdida” à qual o período é normalmente vinculado. Recupera a política econômica de 1955 a 1989. Descreve as expressões culturais, os movimentos sociais e o movimento sindical dos anos 1980, mostrando seu papel transformador. Discorre sobre o processo de redemocratização, desde a Anistia Política até as eleições diretas para presidente da República. Levanta os indicadores sociais do período, inclusive o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e relaciona com o conceito de desenvolvimento humano. Conclui que, apesar da recessão econômica, a sociedade obteve ganhos em vários aspectos e o período pode ser considerado de mudanças e transformações, e não perdido.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil, Anos Oitenta, Sociedade, Economia, História.

ABSTRACT

Analyses the transformations of the Brazilian Society, from 1979 to 1989, making reflections that take to a wider comprehension of the country problems. The analysis was done through a multi-disciplinary view, questioning the expression “Lost Decade”, which the period is usually connected to. Recovers the economic politics from 1955 to 1989. Describes the cultural expressions, social movements and syndicalist movement of the 1980’s, showing their transforming action. Runs over about the redemocratization process, since the politic amnesty until the direct elections for President. Brings the social indicators of the period, including the Human Development Index (HDI) and its relation to the concept of human development. The conclusions show that even there was economic recession, the society had positive achievements in many aspects and the period can be considered as a period of changes and transformations, not lost.

KEY-WORDS: Brazil, Nineteen eighty’s, Society, Economic, History.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	A ECONOMIA BRASILEIRA: DO PLANO DE METAS AO PLANO VERÃO, 1955-1989	12
2.1	O CONTEXTO INTERNACIONAL	12
2.2	DOS “CINQUENTA ANOS EM CINCO” AO II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO, 1955 a 1979	20
2.3	A ECONOMIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1980	36
3	A SOCIEDADE EM MOVIMENTO: SUJEITO HISTÓRICO NA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DA DÉCADA DE 1980	55
3.1	CULTURA E EXPRESSÃO CULTURAL	55
3.2	MOVIMENTOS POPULARES E SOCIAIS: A SOCIEDADE EM AÇÃO	71
3.3	MOVIMENTO SINDICAL: DA ESTRUTURA OFICIAL À AÇÃO POLÍTICA	81
4	OS AVANÇOS POLÍTICOS, O RETORNO À DEMOCRACIA E O DESENVOLVIMENTO HUMANO NA “DÉCADA PERDIDA”	96
4.1	O CAMINHO PARA A DEMOCRACIA: DA ANISTIA POLÍTICA À CONSTITUIÇÃO DE 1988	96
4.2	DESENVOLVIMENTO HUMANO E CRESCIMENTO ECONÔMICO ..	113
5	CONCLUSÃO	132
6	REFERÊNCIAS	135

1 INTRODUÇÃO

A década de 1980 no Brasil caracterizou-se por condições específicas que contribuíram para a construção do País que temos hoje, vivenciando processos de mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas, ao mesmo tempo em que profundas transformações aconteceram nas relações entre o Estado e a Sociedade.

A situação do País e as mudanças que ocorreram na condução de suas políticas em 1979 fazem desse ano um marco significativo da nossa história: não elegíamos nossos governantes, era uma época de governos militares, existia a censura da imprensa, proibição do pluripartidarismo político, restrições à exposição pública de idéias e, no contexto internacional, havia a Guerra Fria.

Em contrapartida, quando olhamos para o ano de 1989, apesar do quadro de instabilidade, recessão, descontrole inflacionário e indefinição da política econômica, vemos outra realidade. Uma nova constituição tinha sido promulgada, existia liberdade política e de imprensa e a sociedade era ativa. O Brasil se transformou, e é esse processo de mudança que vamos analisar neste trabalho.

Uma sucessão de experiências frustrantes na década de 1980 gerou um diagnóstico politicamente pessimista que, atrelado a interpretações economicistas, vinculou, de forma simplista, o destino da sociedade democrática ao da economia. A economia brasileira nesse período foi marcada por graves desequilíbrios externos e internos, caracterizando-se por uma estagnação prolongada, falta de sucesso no combate à inflação, incertezas quanto às renegociações externas, agravamento do desequilíbrio fiscal e indefinições da política industrial.

Apoiados nesse diagnóstico, é comum a imprensa e alguns autores referirem-se aos anos 1980 como uma “Década Perdida”. Conceito construído a partir de aspectos

macroeconômicos que sugerem uma visão restrita do desenvolvimento humano, vinculado unicamente ao econômico. O reducionismo da expressão não considera todas as variáveis e perspectivas da sociedade, levando-nos a questionar se as referências utilizadas para identificar a década como perdida são suficientes para comprovar essa situação.

Os dados econômicos não podem ser determinantes para explicar a sociedade, pois dessa forma se desprezariam as relações sociais, políticas e a cultura, elementos essenciais para se compreender o sujeito histórico. O desenvolvimento de um país não é resultado apenas de políticas econômicas; os fatores extra-econômicos devem ser considerados. Não devemos simplesmente analisar dados econômicos isolados, mas situá-los e discuti-los para uma melhor compreensão. A idéia não é abandonar a perspectiva econômica, mas enxergá-la como mais uma variável para explicar a realidade, e não a variável determinante.

O Estado e a sociedade brasileira têm como uma de suas preocupações centrais a economia: como fazer para que os empresários voltem a investir, como controlar a inflação, como melhorar as relações capital-trabalho, como promover o desenvolvimento, entre outras questões. Esses assuntos são relevantes, mas existem outros com a mesma magnitude que precisam ter a sua importância reconhecida, sob o risco de a sociedade não conseguir construir caminhos para solucionar seus problemas ou até mesmo compreendê-los. Nesse sentido, não podemos pensar o Brasil sem entender, necessariamente, todas as variáveis envolvidas.

Nos anos 1980, a sociedade buscou, a partir da cultura e de suas formas de expressão, principalmente as artes, o cinema e a música, reagir à situação vigente. Demonstrou suas inquietações, preocupações e pretensões, refletindo as transformações que ocorreram. Os movimentos sociais e o movimento sindical também passaram por grandes mudanças, seja em sua organização, seja em suas reivindicações. Outro movimento essencial para se entender a década foi o processo de redemocratização que, partindo da campanha pela Anistia Política,

chegou às eleições diretas para presidente da República. Essas variáveis vão fazer parte de nosso trabalho como elementos fundamentais para se entender o período, evitando, assim, uma visão restrita e amorfa.

O período a ser analisado, 1979 a 1989, foi uma escolha pessoal, por entendermos que esses dez anos representam uma importante fase da história do País. Eles concentram o último Governo autoritário, 1979-1984, do general João Baptista de Oliveira Figueiredo, e o primeiro Governo de um presidente civil, José Sarney, 1985-1989, após o regime militar implantado em 1964. Não pretendemos, no entanto, erguer barreiras e isolar a análise, até porque uma pesquisa histórico-social-econômica não se sustentaria dentro dessa perspectiva. O objetivo da delimitação é metodológico, mas sempre mantendo uma visão global.

A importância deste trabalho está em buscar compreender a mobilização e as transformações da sociedade brasileira, no período de 1979/1989, que influenciaram o futuro do País. Vamos revisitar o passado a partir de uma análise multidisciplinar, recuperando dimensões que vão revelar mudanças sociais e transformações nascidas na própria sociedade, a partir de uma dinâmica própria, independente, e não atrelada a um aspecto único: o econômico. O objetivo é efetuar reflexões que levem a uma compreensão mais ampla da natureza dos problemas da sociedade brasileira.

2 A ECONOMIA BRASILEIRA: DO PLANO DE METAS AO PLANO VERÃO, 1955-1989

2.1 O CONTEXTO INTERNACIONAL

O século XX foi um período da história da humanidade em que ocorreram transformações sem precedentes: as revoluções sociais, a Guerra Fria, a preocupação com a natureza, os limites e o colapso do socialismo, o progresso dos países exportadores de produtos primários, entre outras, que mudaram a fisionomia do mundo. Hobsbawm (1995) chamou essa época de “Breve Século XX” e formatou sua estrutura em três períodos históricos: a Era de Catástrofe, que vai de 1914 até o final da Segunda Guerra Mundial; a Era de Ouro, que se estende até o início da década de 1970; e as Décadas de Crise, os anos 1980 e início dos 1990, que pontuaram o fim do século.

A Era de Catástrofe, que durou cerca de quarenta anos, foi abalada por duas guerras mundiais, rebeliões e revoluções globais, que levaram os impérios coloniais do século XIX a se desmancharem. Foi também uma época de crise econômica mundial sem precedentes, que abalou todas as economias capitalistas, inclusive a dos Estados Unidos da América (EUA). Nesse contexto, as democracias liberais foram diretamente afetadas, dando espaço para toda sorte de movimentos e regimes autoritários. Esse ponto identifica um dos momentos mais críticos e contraditórios do século XX, quando uma aliança entre o capitalismo liberal e o comunismo, sempre antagônicos, foi necessária para enfrentar a Alemanha e possibilitar a sobrevivência democrática. Sendo assim, ajudado por seu maior inimigo, o capitalismo global sobreviveu à depressão, ao fascismo e à guerra.

A Era de Ouro, 1947-73, representou, tanto em escala quanto em impacto, uma extraordinária transformação econômica, social e cultural nas sociedades. Foram mudanças

profundas e irreversíveis, que afetaram todo o planeta. Um período de extraordinário crescimento econômico e transformação social, que provocou mudanças profundas e nunca vistas antes na sociedade humana em tão curto espaço de tempo.

Em seguida, chegamos ao que Hobsbawm (1995) chama de Décadas de Crise, um período de crise que afetou todo o mundo, em consequência da economia mundial única, integrada e universal, criada na Era de Ouro. Iniciou-se um período de problemas de longo prazo, que lembravam os tempos do entreguerras: desemprego em massa, depressões cíclicas severas, profunda desigualdade social, Estados com problemas econômicos e o socialismo em colapso. O último período voltou a demarcar uma era de decomposição, incertezas e crise.

Gray (1999) também efetuou uma importante análise do século XX. Para ele o mercado livre, ou seja, a política do *laisser-faire*, predominou de meados do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, quando foi substituído por uma política econômica propensa a utilizar os poderes do Estado para moderar os efeitos das forças de mercado, diminuir a pobreza e promover o bem-estar social. Surgia a política do *welfare state*, que só se firmou após o horror dos colapsos econômicos e das ditaduras que resultaram na Segunda Guerra Mundial. As diretrizes do *laisser-faire* tiveram um retorno problemático à vida política durante as décadas de 1980 e 1990, quando, devido à queda da produtividade e aos conflitos sociais e industriais na Inglaterra, ocorreu a intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI)¹ na economia daquele país, em 1976. Essa intervenção minou a política de bem-estar social até então vigente e levou ao poder Margaret Thatcher,² em 1979, que se tornou referência mundial do livre mercado. Suas políticas de desregulamentação e submissão ao mercado foram reproduzidas em todo o mundo.

¹ Entidade internacional que socorre países com problemas em sua economia, desde que esses países adotem suas diretrizes e orientações.

² Primeira-ministra britânica, conhecida como “Dama de Ferro”.

As análises de Hobsbawm (1995) e Gray (1999) sobre o século XX apontam um período de transformações e mudanças fundamentais para a sociedade humana. O primeiro com uma visão histórica do “Breve Século”, segmentado a partir de eventos históricos que afetaram a todos, e o segundo com uma visão econômica do caminho do capitalismo e da influência do mercado no contexto internacional. Apesar dos focos diferenciados, os autores concordam em alguns aspectos, e aqui vamos abordar um deles: a especificidade do período pós-Segunda Guerra Mundial. O objetivo não é efetuar uma discussão profunda, eliminando todas as dúvidas e questionamentos, mas conhecer a dinâmica do mundo nesse período e seus fatos históricos mais relevantes, o que nos parece essencial para contextualizar o real objeto de análise neste trabalho, a década de 1980 no Brasil.

A segunda metade do século XX ficou marcada pelo permanente conflito entre duas superpotências mundiais que emergiram a partir da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A chamada Guerra Fria se sustentou na possibilidade de ocorrer uma guerra nuclear global, na qual a humanidade seria devastada. Segundo Hobsbawm (1995), não existiu um perigo iminente de guerra mundial, pois os países dominantes aceitaram a distribuição de forças realizada no fim da Segunda Guerra, fazendo com que a situação permanecesse relativamente estável até meados da década de 1970. As superpotências trabalharam para resolver suas disputas sem choques abertos entre suas Forças Armadas, mantendo a idéia de que a coexistência pacífica era possível a longo prazo.

Para Hobsbawm (1995), a Guerra Fria afetou o contexto internacional, basicamente, em três aspectos. Primeiramente, eliminou todos os conflitos e rivalidades da política mundial que existiam antes da Segunda Guerra, exceto entre EUA e URSS. Isso foi possível pelo desaparecimento de alguns impérios coloniais do pré-guerra (França, Inglaterra, Holanda etc), que acabou com a luta pelo domínio de territórios, e pelo deslocamento das ex-potências para

o segundo ou terceiro plano da política mundial, pois perderam sua autonomia e se tornaram dependentes das superpotências. Em segundo lugar, imobilizou a situação mundial em torno do poder, da influência política e da lógica da bipolaridade entre EUA e URSS. A Alemanha dividida é um bom exemplo dessa situação. E em terceiro lugar, provocou o armamento do mundo em um grau nunca visto. Os países precisavam se preparar para uma guerra que poderia acontecer a qualquer momento, o que resultou em um mercado de armas volumoso e ativo.

Durante a história da humanidade, as guerras foram travadas por conflitos territoriais e dinásticos, por hostilidades religiosas e étnicas e por interesses econômicos divergentes de Estados soberanos. Somente durante os quarenta anos da Guerra Fria houve uma alteração nessa afirmativa e as diferenças ideológicas foram as principais motivadoras. Gray (1999) argumenta que o conflito global foi uma disputa entre duas ideologias iluministas,³ o liberalismo e o marxismo soviético, que se originaram na civilização ocidental. Dessa forma, a dita Guerra Fria, entre o comunismo soviético e a democracia liberal, não foi um conflito entre o Ocidente e o resto do mundo, mas “[...] uma briga familiar entre ideologias ocidentais” (GRAY, 1999, p. 135). A derrota soviética não representou uma vitória incondicional da democracia liberal e não proporcionou uma aceitação global de suas instituições e valores, mas levou à ruína o comunismo soviético e o relacionamento daquele país com os demais países do mundo.

O conflito político, diplomático, econômico e ideológico, que marcou o período pós-Segunda Guerra, foi uma luta pela hegemonia mundial entre os EUA e a URSS que gerou conseqüências em várias partes do mundo. Fustfeld (2001) relata alguns desses acontecimentos que foram importantes para definir o rumo de toda a humanidade. A Europa

³ Ideologias que lutavam por uma civilização global, universal, sob seu domínio.

Ocidental, ligada aos EUA, recebeu apoio do Programa de Recuperação Econômica (Plano Marshal), em 1947, para se recuperar da guerra, e passou a estar com sua defesa garantida pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), criada em 1949. Por outro lado, a Europa Oriental, vinculada a URSS, recuperou-se economicamente por meio dos programas de planificação econômica, e também criou uma organização para se proteger, a Organização do Tratado de Varsóvia, em 1955. Em 1948, a Coreia foi dividida em duas nações independentes, a do Sul, vinculada aos EUA, e a do Norte, à URSS. A Coreia do Norte invadiu a do Sul e provocou a Guerra da Coreia (1950-1953) que ratificou a disputa entre as duas superpotências pela hegemonia mundial. A guerra do Vietnã (1961-1973), travada também num país dividido entre Norte e Sul, em 1954, teve a contundente intervenção dos EUA, que não conseguiram eliminar o Governo comunista do Norte, que manteve o controle do País unificado. O caso dos mísseis nucleares soviéticos instalados em Cuba, em 1962, também foi marcante. Em retaliação à instalação de mísseis nucleares americanos na Turquia, a URSS plantou suas armas nucleares em Cuba, provocando a reação americana pelo bloqueio naval ao País vizinho. A situação foi resolvida com negociações, demonstrando que os EUA e URSS chegaram à conclusão de que a formalização de acordos era melhor do que uma guerra nuclear.

Analisando os acontecimentos da Guerra Fria, fica evidente a disputa mundial pelo poder, porém com certos limites. Os conflitos, tanto ideológicos quanto militares, foram resolvidos de forma a evitar um retorno à Guerra Global, pois as recordações da sociedade e do Governo em relação as duas Guerras Mundiais ainda estavam muito presentes, assim como suas conseqüências. É claro que a Guerra Fria teve seus momentos “quentes”, mas todos foram conduzidos para que a solução ocorresse mediante acordos ou tratados.

O período que vai dos anos 1950 aos anos 1970 ficou conhecido como “Os Trinta Anos Gloriosos” para os franceses e a “Era de Ouro” para os anglo-americanos, quando o

mundo do capitalismo desenvolvido passou por uma excepcional fase de prosperidade. Analisando o período, Hobsbawm (1995) sustenta que os EUA continuaram seu crescimento dos anos de guerra, e os países da Europa e o Japão atingiram, já em 1950, o mesmo nível econômico do pré-guerra. Durante todo o período, essas regiões representaram cerca de três quartos da produção do mundo, e mais de 80% das exportações manufaturadas mundiais. No entanto, o crescimento foi um fenômeno mundial. Apesar da desigualdade na distribuição da riqueza gerada, não ocorreu fome endêmica e a produção em massa de alimentos cresceu mais rapidamente que a população em todas as regiões do mundo.

O setor industrial também se expandiu, ocorrendo revoluções industriais em países, como a Espanha e a Finlândia, e o surgimento de expressivos setores industriais em países originariamente agrícolas, como a Bulgária e a Romênia. Resumindo, a economia mundial cresceu a uma taxa explosiva: a produção mundial de manufaturas quadruplicou entre 1950 e o início de 1970; o comércio mundial desses produtos aumentou dez vezes; a produção agrícola mundial se expandiu baseada na produtividade e não no cultivo de novas terras, fazendo com que a produção de grãos por hectare quase duplicasse entre 1950/52 e 1980/82, e mais que duplicasse na América do Norte, Europa Ocidental e Leste Asiático; e as indústrias de pesca mundial triplicaram suas capturas (HOBBSAWM, 1995).

A reestruturação do capitalismo e o avanço na internacionalização da economia foram fundamentais para o grande crescimento da “Era de Ouro”, argumenta Hobsbawm (1995). As mudanças no capitalismo produziram uma economia mista e os Estados passaram a planejar e administrar a modernização econômica. O compromisso político com o pleno emprego e a diminuição da desigualdade social fizeram com que a demanda aumentasse. A internacionalização da economia multiplicou a capacidade produtiva da economia mundial, gerando uma divisão de trabalho internacional mais elaborada e sofisticada.

O crescimento econômico mundial pós-Segunda Guerra foi incomparável. Capitaneados pelos EUA, que continuaram seu crescimento do período da guerra, a Europa Ocidental se recuperou,⁴ a Europa Oriental voltou a crescer acompanhando a economia soviética, o Japão se tornou a terceira potência industrial mundial e várias nações subdesenvolvidas atingiram o *status* de nações em desenvolvimento, inclusive o Brasil. Fusfeld (2001) relata as razões mais importantes desse avanço: o forte investimento nos setores de eletrônicos, plásticos, energia atômica e transportes motorizados, que criou oportunidades econômicas em diversas áreas; o investimento maciço em pesquisa pelas empresas privadas e públicas, que trouxe um novo dinamismo ao sistema econômico; a importância do consumidor que, com uma renda melhor, passou a ser o maior responsável pela determinação do nível e da composição da atividade econômica; e os grandes gastos governamentais em armamentos e defesa, que provocaram investimentos maciços em tecnologia e grandes oportunidades para as empresas se expandirem.

Furtado (1981, p. 97-98), argumenta que o

[...] formidável processo de transformação ocorrido no período, foi resultado de quatro linhas de força. A primeira delas foi a crescente integração dos mercados dos países industrializados, sob o domínio político e militar dos EUA, que permitiu a intensificação da concentração do poder econômico e que se formasse centros de decisão em âmbito transnacional, onde as empresas passaram a ter maior autonomia de ação em relação aos Estados Nacionais. Em segundo lugar ocorreu um considerável avanço da acumulação em amplas áreas fora do sistema capitalista, baseado, principalmente, nos avanços tecnológicos. Outra força determinante foi a corrida armamentista, que impulsionou o progresso tecnológico sustentado por orçamentos militares vultosos; e, em quarto lugar a emergência na esfera política internacional dos países chamados de Terceiro Mundo, que passaram a tomar consciência de sua situação de dependência, e da necessidade de lutar contra a estrutura do poder mundial vigente.

Em suma, para o autor, os ingredientes mais importantes para se entender a história desse período foram a luta pelo poder em escala mundial entre os EUA e a URSS e a forma

⁴ Com a injeção de US\$ 12.000.000 do Plano Marshal.

dessa luta pela corrida armamentista apoiada na inovação tecnológica. Justifica, dessa forma, as grandes transformações: a ascensão das empresas transnacionais, as frustrações das experiências socialistas, a emergência do Terceiro Mundo e a crise do sistema capitalista a partir de meados da década de 1970.

Construídos sob a influência de acontecimentos históricos fora do comum,⁵ os trinta anos que se seguiram à Segunda Grande Guerra foram ímpares na história da humanidade. Para Hobsbawm (1995, p. 281), foi a época da “[...] mais impressionante, rápida e profunda revolução nos assuntos humanos de que a história tem registro”.. O campesinato diminuiu enormemente e quase se extinguiu, conseqüentemente o mundo se tornou urbano com migrações maciças para as cidades; a educação secundária e superior, juntamente com a primária, passaram a ser exigência básica, provocando um aumento considerável no número de universidades e tornando possível a mobilização social e política dos estudantes; a classe operária, apesar de todas as mudanças tecnológicas, manteve seu espaço na sociedade; e as mulheres entraram decisivamente na vida econômica, social e política do mundo.

Não há dúvida de que o quarto de século que se seguiu à reconstrução pós-Segunda Guerra Mundial foi um período de prosperidade e expansão sem precedentes para a economia mundial. Entre 1950 e 1975, a renda *per capita* nos países em desenvolvimento teve um aumento médio de 3% ao ano, acelerando-se de 2% na década de 1950 para 3,4% na seguinte. Essa taxa de crescimento, historicamente sem precedentes nesses países, ultrapassou a que fora alcançada pelos países desenvolvidos em sua fase de industrialização [...]. Nos próprios países desenvolvidos, [...] o PIB e o PIB *per capita* cresceram quase duas vezes mais depressa do que em qualquer período anterior, desde 1820. A produtividade do trabalho aumentou duas vezes mais depressa do que em qualquer época e houve uma aceleração extraordinária na taxa de crescimento do estoque de capital. O aumento desse estoque representou uma explosão de investimentos, de duração e vigor sem precedentes históricos (GLYN et al., apud ARRIGHI, 1996, p. 307).

⁵ Guerra Fria, internacionalização da economia, busca do pleno emprego, avanço tecnológico, fortalecimento do Terceiro Mundo etc.

Acompanhando a análise de Arrighi (1996), mais uma vez identificamos as grandes mudanças e transformações do período. Entre 1950 e 1960, o capital excedente foi reinvestido no comércio e na produção de mercadorias com uma velocidade e alcance nunca vistos anteriormente, provocando uma enorme expansão do sistema capitalista mundial. No entanto, entre 1968 e 1973, os recursos passaram a se direcionar para o sistema financeiro europeu, materializados em depósitos no mercado de eurodólares ou de eurodivisas.⁶ Esse movimento do capital fez com que os EUA, em 1971, abandonassem o padrão de câmbio ouro-dólar,⁷ e, em 1973, substituíssem o regime de taxa de câmbio fixo pelo de taxa de câmbio flutuante,⁸ no que foram acompanhados por todos os outros bancos centrais dos países desenvolvidos. Essa mudança afetou toda a economia mundial, pois os países passaram a manipular as taxas de câmbio de suas moedas e as taxas de juros, objetivando atrair ou repelir capitais. Do outro lado, os países com empréstimos baseados em taxas fixas de juros viram suas dívidas chegarem a valores exorbitantes. Dessa forma, reconhecemos a importância do período para o entendimento dos caminhos trilhados pela humanidade, pois a ordem mundial foi afetada e isso ficaria claro a partir da década de 1980.

2.2 DOS “CINQUENTA ANOS EM CINCO” AO II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - 1955 A 1979

A economia brasileira, entre o Governo de Juscelino Kubitshek (1955-1961) e o Governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), viveu um período de crescimento intercalado por recessões e descontrole financeiro, enquanto o País passava por um

⁶ São depósitos em dólares efetuados em bancos europeus por países de todo o mundo e pelas corporações americanas, motivados pela busca de segurança e melhores ganhos financeiros.

⁷ A cotação do dólar era garantida pela quantidade de ouro que o país possuía.

⁸ A taxa de câmbio deixou de ser definida pelo Governo (fixa) para flutuar de acordo com o mercado.

conturbado momento político e social. Vejamos, então, como esse contexto foi entendido a partir de diferentes interpretações.

A segunda metade da década de 1950 demarcou um período em que o Governo brasileiro depositou todas as suas esperanças em uma política de desenvolvimento planejada pelas ações definidas no Plano de Metas, que representava o conjunto de investimentos para o Brasil crescer “50 anos em 5”, como desejava o então presidente Juscelino Kubitshek. O Plano de Metas foi um plano de desenvolvimento que priorizou cinco áreas principais: energia, transporte, alimentação, indústrias de base e alimentação, além da construção da nova Capital Federal no Centro-Oeste, Brasília.

TABELA 1 - BRASIL: Plano de Metas. Estimativas do Investimento Total 1957-1961 (bilhões de Cr\$)

	Investimento interno	Investimento externo	Total	%
Energia	110,0	69,0	179,0	42,4
Transporte	75,3	46,6	121,9	28,9
Alimentação	4,8	10,5	15,3	3,6
Ind. Básica	34,6	59,2	93,8	22,3
Educação	12,0	-	12,0	2,8
Total	236,7	185,3	422,0	100,0

Fonte: Conselho de Desenvolvimento, adaptada de Orenstein e Sochaczewski, 1989, p. 177

Os setores de energia e transporte foram os que receberam maiores investimentos, seguidos da indústria de base (TABELA 1). A melhoria da infra-estrutura e a diminuição das importações eram os objetivos que norteavam as ações e seriam atingidos a partir de algumas metas principais, tendo o setor público como maior financiador. Orenstein e Sochaczewski (1989, p. 178) sintetizaram assim as metas:

- Energia elétrica: elevar a capacidade geradora de 3,2 milhões de kw em 1955 para 5,2 milhões de kw em 1960 e iniciar obras que assegurassem um aumento de 3,6 milhões de kw no período de 1961-1965;
- Carvão: aumentar a produção de 2,1 milhões de ton. em 1955 para 3,1 milhões de ton. em 1960;
- Petróleo: aumentar a produção de 6.000 barris/dia em 1960;
- Ferrovias: além do reaparelhamento do material rodante, o plano previa a construção de 3.110 km de linhas sobre um total de 37.000 km;
- Rodovias: construção de 13.000 km e pavimentação de 5.800 km;
- Siderurgia: elevar a produção de aço bruto de 1,2 milhão ton. em 1955 para 2,3 milhões em 1960 e iniciar obras para alcançar 3,5 milhões em 1965;
- Cimento: aumentar a produção de 3,6 milhões de ton. em 1955 para 5 milhões de ton. em 1960;
- Indústria automobilística: instalar a indústria e produzir em 1960 um total de 170.000 veículos com índice de nacionalização de 90% para caminhões e caminhonetas e 95% para automóveis;
- Indústria mecânica e de material elétrico pesado: subsectores a serem estimulados – material elétrico pesado, máquinas operatrizes, máquinas e equipamentos para indústrias diversas, caldeiras e outros equipamentos pesados.

Para os autores, a execução das ações do Plano de Metas levou a um crescimento, no período de 1957-1961, de 8,2% na taxa anual do PIB, o que elevou para 5,1% ao ano a renda *per capita*.. As metas, apesar de não terem sido cumpridas totalmente, alcançaram índices muito bons, porém a inflação média atingiu 22,6%, resultado do financiamento inflacionário do plano baseado no aumento de lucros, no aumento da tributação nominal e diferencial e na emissão de moeda. A política econômica do Governo desenvolvimentista de Juscelino seguia a regra de que economias subdesenvolvidas só teriam condições de se industrializar mantendo um nível de inflação controlável, e não pelo controle monetário ou dos preços.

O Plano de Metas, segundo Singer (1977), resultou em um incremento dos setores de bens de capital em detrimento dos setores de bens de consumo não duráveis, o que fez com que as importações de bens de capital aumentassem, tendo em vista a carência do País em relação aos meios de produção utilizados nessa indústria. A importação de bens de capital passou de US\$ 302,7 milhões em 1956 para US\$ 599,8 milhões em 1959, enquanto a amortização dos empréstimos estrangeiros passou de US\$ 87 milhões em 1955 para US\$ 297

milhões em 1959, e o pagamento de juros de US\$ 48 milhões em 1955 para US\$ 89 milhões em 1959.

Continuando sua análise, Singer (1977) argumenta que o foco do Plano era fomentar o desenvolvimento da indústria de produção de bens duráveis, porque, segundo o Governo, era o setor que apresentava maior projeção de demanda. Parte dos recursos para financiar os projetos foram gerados a partir de déficits no orçamento do Governo, cobertos pela emissão de moedas. A partir de uma política monetária flexível, o Estado, devido à inflação, passou a provocar uma poupança forçada e alterações da demanda, que se deslocou de bens semiduráveis e não duráveis para bens duráveis. Por outro lado, uma grande parcela dos investimentos foi feita por meio do capital estrangeiro, principalmente por multinacionais, que procuravam novos destinos após a reconstrução da Europa. As multinacionais, devido aos benefícios que lhes eram concedidos pelo Governo, passaram a dominar grande parcela da economia brasileira, uma verdadeira desnacionalização. Ao mesmo tempo que contribuíram para o progresso tecnológico e organizacional do Brasil, aprofundaram a dependência internacional do capital e da tecnologia. O desenvolvimentismo do Governo JK não retirou o Brasil dos trilhos da dependência internacional.

A política de abertura ao capital estrangeiro obteve grande êxito por ter sido implantada após a recuperação das economias européias dos efeitos da Segunda Guerra. Dessa forma, um grande volume de recursos foi direcionado para as economias em fase de industrialização, que era o caso do Brasil. A industrialização brasileira passou, então, a estar subordinada ao “[...] movimento do capital internacional [...]” (SINGER, 1977, p. 48), sofrendo as conseqüências de sua expansão e retração, mas, como argumenta o autor, apenas 20% do capital estrangeiro foi destinado a investimento, os outros 80% eram empréstimos que incrementaram a dívida externa e o déficit no balanço de pagamentos do País, além da inflação (TABELA 2).

TABELA 2 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO GOVERNO JK
(1956-1960)

Milhões de dólares				
Ano	PIB (%)	Inflação (%)	Dívida externa	Balanco pagamentos
1955	8,8	12,15	1.445	-
1956	2,9	24,54	2.694	194
1957	7,7	6,96	2.658	- 180
1958	10,8	24,40	3.069	- 253
1959	9,8	39,42	3.392	- 154
1960	9,4	30,46	3.907	- 410

Fonte: IBGE, Banco Central do Brasil e Folha de São Paulo, adaptada de Brum, 1999, p. 240

Brum (1999) argumenta que a crescente demanda por bens duráveis foi fomentada por uma pequena parcela da sociedade, o que levou a uma concentração espacial e privada da propriedade, da riqueza, do capital e da renda. Para o autor, esse processo proporcionou a estruturação do mercado nacional, tendo em vista a concentração da produção em determinada região do País e sua distribuição para todas as outras, exigindo a ampliação e aperfeiçoamento da infra-estrutura nacional: geração de energia, modernização das comunicações e melhoria dos transportes. O modelo de desenvolvimento estava voltado para o crescimento acelerado, acima dos padrões históricos, objetivando atingir o nível de industrialização e renda dos países desenvolvidos, tendo como principal indutor o Estado.

Analisando a questão de desenvolvimento-subdesenvolvimento, Brum (1999) demonstra que, na década de 1950, predominava a visão de que o subdesenvolvimento era resultado, simplesmente, de um atraso no ritmo do crescimento econômico. O desenvolvimento significava somente crescimento econômico. Sendo assim, acelerando o ritmo do crescimento, chegava-se ao desenvolvimento e dessa forma se justificava a opção econômica adotada pelo Governo. Com o passar do tempo, essa concepção adquiriu uma dimensão mais ampla, incluindo não só aspectos quantitativos e econômicos, mas também sociais, políticos e culturais. Então, desenvolvimento passou a ser entendido como a melhoria

[...] da qualidade de vida, bem-estar, equilíbrio social, segurança, solidariedade e felicidade das pessoas e da sociedade. Um processo endógeno, desejado, induzido, contínuo e auto-sustentado de mudança e aperfeiçoamento social, em todos os aspectos da vida, assumido, construído e usufruído participativamente por todos os membros da sociedade (BRUM, 1999, p. 232).

Tavares (1979) defende que o período de 1956 a 1961 foi o de ritmo de desenvolvimento mais acelerado no Brasil até então, com o aprofundamento do processo de substituição de importações que se caracterizou por dois fatores: o aumento da participação direta e indireta do Governo nos investimentos; e a entrada de capital estrangeiro privado e oficial para financiar certos setores. A autora lembra, porém, que esse desenvolvimento teve um considerável custo social, o agravamento das pressões inflacionárias e das desigualdades regionais, que produziu uma economia dual na qual existia

[...] um 'setor' capitalista dinâmico que cresce rapidamente empregando relativamente pouca gente, com alto nível comparativo de produtividade, e de um 'setor' subdesenvolvido no qual se concentra a maior parte da população que se mantém praticamente à margem do processo de desenvolvimento (TAVARES, 1979, p. 110).

Analisando o Plano de Metas, Oliveira (1977) defende que ele marcou uma mudança fundamental na economia brasileira: alterou seu padrão de acumulação, redefiniu o papel do Estado e de suas relações com a sociedade civil e alterou a relação de forças políticas existentes. Essa mudança levou o País a viver déficits em seu balanço de pagamentos diferentes daqueles gerados pela ineficiência da exportação de produtos. Eles se expressam

[...] na contradição entre uma industrialização voltada para o mercado interno mas financiada ou controlada pelo capital estrangeiro e a insuficiência de geração de meios de pagamento internacionais para fazer voltar à circulação internacional de capitais a parte do excedente que pertence ao capital internacional (OLIVEIRA, 1977, p. 87).

Rego e Marques (2000) confirmam essa idéia, argumentando que o controle externo da estrutura produtiva do Brasil, na segunda metade da década de 1950, demonstra uma contradição: ao mesmo tempo em que o Plano de Metas impedia a entrada de produtos similares aos nacionais, objetivando diminuir as importações, liberava, sem restrições, a entrada de capital estrangeiro. Isso mudou a dependência externa do País, pois de fornecedor de produtos básicos e matérias-primas passou a dependência financeira e tecnológica.

O que realmente marcou a mudança na economia brasileira na segunda metade da década de 1950, segundo Mendonça (1990), foram as novas modalidades de financiamento. O Brasil passou a conciliar a empresa estrangeira com a dinâmica industrial nacional. Os projetos de desenvolvimento nacional autônomos foram abandonados e a economia internacionalizada, por meio de empréstimos e investimentos diretos externos. O Plano sustentou o crescimento industrial com o capital privado estrangeiro, o capital privado nacional e o capital estatal, respectivamente responsáveis pelo setor de bens de consumo duráveis, setor produtor de bens de consumo e setor de bens de produção.

No final da década de 1950, o balanço de pagamentos do País refletia a conjuntura do Plano de Metas, estava desequilibrado devido ao aumento dos custos do capital estrangeiro e à deterioração das relações de troca. Outro problema era a taxa de inflação, que apresentava crescimento constante. Nesse contexto, o crescimento continuou até 1962, quando o ritmo de crescimento industrial caiu, levando o País a um período de crise que durou até 1967. Segundo Rego e Marques (2000, p. 101), a crise de 1962

Tratou-se efetivamente de uma crise cíclica, agravada pelo aumento da instabilidade política e pelas políticas de estabilização recessivas, como o Plano Trienal [1961], num primeiro momento, e o próprio PAEG [Plano de Ação Econômica do Governo], a partir de 1964. Some-se a isso o fato de que era uma economia que se industrializara mantendo enorme dependência com relação ao setor externo, o que provocava frequentes crises cambiais.

Para Abreu (1989), a política econômica adotada no curto Governo de Jânio Quadros,

que renunciou em agosto de 1961, objetivou o controle da inflação e da dívida externa, desvalorizou o câmbio e renegociou a dívida, reescalando os pagamentos e obtendo novos empréstimos. A tentativa de estabilização da economia foi abandonada com a renúncia do presidente e a crise política que o Brasil passou a enfrentar. A crise política, que envolveu a posse do vice-presidente,⁹ levou à adoção do regime parlamentarista no Brasil, entre setembro de 1961 e janeiro de 1963. Nesse período, nenhuma política econômica reformadora ou inovadora foi adotada, mantendo-se ações com o objetivo de conter a inflação e estabilizar as contas externas.

O Brasil retornou ao regime presidencialista em 1963, e a equipe econômica continuou a luta contra a deterioração externa e a aceleração inflacionária por meio do Plano Trienal, que foi desenvolvido sob a coordenação de Celso Furtado.¹⁰ Com um diagnóstico ortodoxo, segundo Abreu (1989), o Plano baseou-se na premissa de que a aceleração inflacionária era resultado do excesso de demanda via gasto público, que deveria ser resolvido. No entanto, os resultados não foram positivos e o novo plano de estabilização fracassou mais uma vez, os preços industriais aumentaram 8% em junho, assim como, nesse mesmo mês, o déficit das contas públicas atingiram 30% das despesas do Governo, a taxa de crescimento do PIB despencou de 6,6% em 1962 para 0,6% em 1963, fazendo com que o Brasil entrasse em um período de recessão econômica.

A partir de 1964, o País passou a viver sob um regime militar, que manteve um discurso desenvolvimentista priorizando o crescimento econômico. O País buscou a normalização do relacionamento com os organismos internacionais e, segundo Rego e Marques (2000), aprofundou a política dependente do Governo JK. O regime militar aproximou-se dos países capitalistas desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos, e adotou uma política dependente do capital externo, abrindo a economia brasileira às

⁹ João Goulart.

¹⁰ Ministro extraordinário para assuntos do desenvolvimento econômico.

multinacionais. Como resultado imediato, a dívida externa cresceu aceleradamente, o que marcaria os rumos da economia nacional.

O plano de estabilização, implantado pelo novo Governo, a partir de novembro de 1964, ficou conhecido como Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) e visava à redução da inflação com a manutenção do crescimento econômico. Resende (1989, p. 213-214), citando o próprio plano, apresenta-nos alguns de seus principais objetivos:

- Acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico interrompido no biênio 1962/1963;
- Conter, progressivamente, o processo inflacionário, durante 1964 e 1965, objetivando um razoável equilíbrio de preços a partir de 1966;
- Atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais, assim como as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante melhoria das condições de vida;
- Assegurar, pela política de investimentos, oportunidades de emprego produtivo à mão-de-obra que continuamente aflui ao mercado de trabalho;
- Corrigir a tendência a déficits descontrolados do balanço de pagamentos, que ameaçam a continuidade do processo de desenvolvimento econômico, pelo estrangulamento periódico da capacidade de importar.

Segundo Resende (1989), o sucesso da política estabilizante do PAEG só foi possível porque, ao mesmo tempo, foram implementadas reformas institucionais. Essas reformas foram direcionadas para três áreas: a desordem tributária; as deficiências de um mercado financeiro subdesenvolvido e a inexistência de um mercado de capitais; e as ineficiências e as restrições ligadas ao comércio exterior. As políticas e ações do Governo deram resultado e o País conseguiu uma relativa estabilização e redução da inflação, plantando a semente de um período de crescimento econômico que viria a seguir.

A política econômica brasileira, de 1967 a 1973, esteve sob o comando do poderoso ministro da Fazenda do Governo Costa e Silva e Médici, Antônio Delfim Netto, e foi explicitada a partir do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED). Syvrud (apud LAGO, 1989, p. 235) descreve os objetivos do Plano:

[...] busca do crescimento econômico promovido pelo aumento de investimentos em setores diversificados; diminuição do papel do setor público e o estímulo a um maior crescimento do setor privado; incentivos à expansão do comércio exterior, e uma elevada prioridade para o aumento da oferta de emprego e outros objetivos sociais, ou seja, a aceleração do desenvolvimento e a contenção da inflação.

Essas metas eram totalmente apoiadas pelo regime militar vigente, que precisava se fortalecer. Dessa forma, a contenção da inflação com o crescimento econômico e a manutenção da demanda eram armas infalíveis. Para Lago (1989), o resultado dessas ações foi positivo, como nos mostram os dados apresentados pelo autor: entre 1968 e 1973, o PIB real cresceu à taxa média de 11,2%, contra uma média histórica do período pós-guerra de 7% ao ano; a indústria de transformação cresceu a uma taxa média de 13,3% e a indústria de construção a uma taxa média de 15% ao ano; o setor primário cresceu a uma taxa de 4,5%, superando a taxa de crescimento da população, no mesmo período, de 3% ao ano; o comércio cresceu a uma taxa média de 11,1% e os setores de transporte e comunicações a uma taxa média de 13% ao ano. As metas estabelecidas pelas políticas econômicas, do período 1967-1973, foram amplamente alcançadas, exceção feita à contenção da inflação e à retração da dívida externa. Dessa forma, a economia brasileira cresceu dando um grande salto quantitativo e qualitativo.

Singer (1977) argumenta que a retomada do crescimento, após 1967, ocorreu devido a uma política liberal de crédito que, após vários anos de recessão, encontrou uma economia com capacidade produtiva ociosa, altas taxas de desemprego e custo de mão-de-obra pouco qualificada baixo, além de uma alta propensão a consumir das classes com rendas elevadas. Apesar de a economia brasileira, a partir de 1968, ter apresentado crescentes taxas de expansão, o Governo não abriu mão de controlar a política salarial e os principais preços industriais, variáveis que poderiam gerar um descontrole da inflação e da demanda. No entanto, as importações cresceram mais do que as exportações gerando um déficit na balança

comercial e de serviços, que foram cobertos pela entrada de capital estrangeiro, em grande parte de empréstimos, gerando um aumento considerável na dívida externa do País.

O autor defende que esse crescimento foi altamente desigual, pois as indústrias que produziam bens duráveis de consumo, equipamentos e bens intermediários¹¹ cresceram muito mais do que as indústrias de bens não duráveis de consumo; além do que, enquanto as primeiras cresceram em resposta ao aumento da demanda interna, as últimas cresceram voltadas para o mercado externo. A expansão provocou uma mudança na estratégia de desenvolvimento do País, a economia se abriu para fora, as prioridades na industrialização deixaram de ser o mercado interno e passaram a ser também o mercado externo. Porém, foi uma abertura que provocou o aumento da dependência externa, tanto financeira como tecnológica. Utilizando-se do critério das “vantagens comparativas”,¹² o Brasil não investiu nas indústrias de bens de produção e, principalmente, em tecnologia, concentrando-se em indústrias de bens de consumo não duráveis e duráveis já existentes.

Para Garofalo Filho (2002), a política econômica adotada no pós-1964 manteve o País vulnerável em dois pontos: a excessiva dependência em relação às importações de derivados de petróleo e de matérias-primas industriais, tendo em vista que a importação desses produtos alcançava 60% do total das importações brasileiras, que mantinha uma tarifa aduaneira mínima. Essa situação fomentava o aumento da dívida externa, tanto pelo déficit entre exportação e importação quanto pelo déficit de serviços, gerando um processo de endividamento adicional e de realimentação. A dívida líquida¹³ aumentou de US\$ 3,5 bilhões em 1968 para US\$ 6,2 bilhões em 1973. No entanto, o autor lembra que o endividamento não ocorreu somente para cobrir os déficits, mas também para elevar as reservas internas. Entre

¹¹ Comprados, principalmente, por grupos de elevada renda.

¹² Cada país se especializa no que pode produzir a custo mais baixo.

¹³ Dívida bruta menos as reservas.

1971 e 1973 entraram cerca de US\$ 3,4 bilhões de capitais no Brasil, mais do dobro das necessidades de financiamento da conta corrente. Era a política definida pelo Banco Central como “crescimento com dívida” em ação, pela qual a dívida deveria representar pequena parcela do PIB, o que efetivamente vinha acontecendo.

Rego e Marques (2000) mostram os números dessa política, defendendo que o crescimento da dívida não aconteceu para solucionar déficits no balanço de pagamentos, mas devido ao excesso de recursos externos disponíveis a juros baixos, o que fez com que as empresas captassem recursos no exterior. Podemos verificar nos dados abaixo que, apesar do intenso crescimento de seis anos, o endividamento líquido do País foi de apenas US\$ 3,1 bilhões, e que cerca de 2/3 do aumento do endividamento total foram convertidos em reservas.

TABELA 3 - COMPARAÇÃO ENTRE DÍVIDA EXTERNA BRUTA, DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA E RESERVAS INTERNACIONAIS (1967 e 1973) – US\$ BILHÕES

Ano	Dívida externa bruta	Dívida externa líquida	Reservas internacionais
1967	3,4	3,1	0,2
1973	12,6	6,2	6,4

Fonte: Banco do Brasil e Banco Central, adaptada de Rego e Marques, 2000, p. 114-115

A partir do regime militar, argumenta Brum (1999), o desenvolvimento econômico passou a ser o objetivo principal do Governo, pois, segundo a concepção dominante entre os militares, o desenvolvimento econômico acelerado era um elemento fundamental da segurança nacional. O desenvolvimento era entendido basicamente como crescimento econômico, ou seja, aumentar a expressão do Brasil como potência mundial, fortalecendo o poder nacional. A meta era o crescimento econômico global, independente de sua distribuição ou conseqüências na sociedade, sustentado pela associação do capital público e privado nacional e internacional. O Plano atingiu seus objetivos e a economia brasileira se

reorganizou e voltou a crescer, “O êxito do plano de estabilização econômica deveu-se principalmente ao diagnóstico adequado da situação do país, à capacidade do governo autoritário para impor sacrifícios à sociedade, e à ajuda externa” (BRUM, 1999, p. 317).

A entrada de capitais, segundo Oliveira (1977), teve como objetivo principal a liquidação de obrigações anteriores do País e só secundariamente o financiamento de novos investimentos. No entanto, contribuiu decisivamente para a superação da crise que o País viveu. O crescimento alcançado não foi positivo para grande parcela da sociedade, pois levou os setores de produção de bens de consumo não duráveis, que atendem a maioria da população, a dependerem novamente das exportações, além de fazer com que os salários não tivessem ganhos reais. Por outro lado, ocorreu uma desproporção entre a produção de bens de produção e de bens de consumo duráveis, que não foi solucionada pelo crescimento do primeiro deles, e resultou em um grande crescimento nas importações. Para o autor, as conseqüências são óbvias: aumento da dívida externa, o não crescimento da poupança interna,¹⁴ e o surgimento de uma inflação de custos resistente.

Singer (1977) sustenta que a taxa de investimentos não acompanhou a taxa de crescimento e o sistema passou a se esgotar a partir de 1973. Isso ficou visível nos déficits do balanço de pagamentos e no aumento dos preços que, em 1974, chegaram, respectivamente, a US\$ 1,3 bilhão e aumento de cerca de 35%. O autor defende que esse esgotamento foi resultado da incapacidade da economia brasileira em se transformar estruturalmente, ou seja, expandir a produção de bens de produção tornando a taxa de investimentos independente da capacidade de importar. Nesse contexto, o País se manteve dependente das variações na economia internacional, que, a partir de 1973, não foram favoráveis, com a crise do petróleo e

¹⁴ Devido ao fato de as poupanças se direcionarem para o mercado e as empresas estrangeiras exportarem seus excedentes.

o aumento considerável em seu preço, fazendo com que o valor das importações dobrasse, atingindo diretamente o modelo econômico adotado no Brasil.

Nos primeiros anos da década de 1970, o contexto internacional mudou, os juros dos empréstimos externos deixaram de ser fixos para se tornarem flutuantes e o preço do petróleo saltou de US\$ 3,0 para US\$ 12,0 em outubro de 1973.¹⁵ Para Garofalo Filho (2002), essa mudança de preços afetou diretamente o Brasil, tendo em vista a queda do poder de compra das exportações em relação às importações e à recessão mundial, além da enorme dependência externa do País. O balanço de pagamentos apresentou um grande desequilíbrio, entre 1974 e 1978, com a média da poupança externa captada equivalente ao déficit em conta corrente, de cerca de US\$ 6,2 bilhões por ano. O que anteriormente era um procedimento complementar, representando 10% do investimento e 2% do PIB, passou, em 1974, a representar 22% dos investimentos e 6,8% do PIB, o que provocou um crescimento acelerado de nossa dívida externa, que saltou de US\$ 6,2 bilhões em 1973 para US\$ 31,6 bilhões em 1978.

Visando a resolver os problemas da crise do petróleo e do balanço de pagamentos, o Governo Geisel (1974/1979) implantou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). De acordo com Garofalo Filho (2002), o Plano se estruturou em três componentes básicos: um ajuste macroeconômico com desaceleração progressiva do crescimento do PIB, mas tentando evitar a recessão; uma transformação estrutural na indústria e no balanço de pagamentos, por meio dos programas de insumos básicos e de bens de capital, objetivando a substituição de importações e, posteriormente, o crescimento de exportações; e restrições à demanda de derivados de petróleo e a realização de um grande programa de investimentos em petróleo e energia elétrica. A implantação de uma política de ajustamento e não recessiva pode ser explicada, conforme o autor, por um erro na análise da conjuntura internacional, pois se

¹⁵ Devido à decisão de membros da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) em usar o petróleo como arma política na guerra do Yom Kippur, contra Israel.

acreditava que o período recessivo nos países desenvolvidos seria passageiro, o que não ocorreu. Além disso, uma política restritiva poderia trazer reflexos para a estrutura socioeconômica e política do País: desemprego, piora nas condições de vida e instabilidade política.

Para Carneiro (1991), o período de 1974/1980 foi o primeiro momento da crise econômica que surgirá com grande intensidade na década de 1980. Para ele, as características principais do período são: o momento de realização do II Plano Nacional de Desenvolvimento foi inadequado devido à conjuntura internacional recessiva e à desaceleração interna; o programa não efetuou uma boa articulação entre os investimentos e superdimensionou algumas metas; utilizou-se o financiamento externo em demasia e descuidou-se da questão energética, mantendo o País vulnerável a novos choques externos; e o crescimento acelerado, a qualquer preço, era justificado para atender aos interesses do regime, e não para estabilizar a economia do País.

O autor acredita que o desequilíbrio no balanço de pagamentos se agravou devido à dependência da energia importada. A política econômica se preocupou em promover substituição de bens intermediários, de bens de capital e matérias-primas, não dando a importância devida à dependência do petróleo. O ajuste estrutural promovido não alterou o padrão de crescimento da economia brasileira, não deslocando seu eixo para a indústria de bens de capital. Esse fato e a vulnerabilidade externa são decisivos para se entender o efeito da década de setenta na economia brasileira.

Garofalo Filho (2002) concorda que a política econômica adotada pelo Governo Geisel foi insuficiente, o II PND representou “[...] uma tentativa de procurar uma solução definitiva para o desequilíbrio estrutural, mas de forma a diluir um pouco, no tempo, o custo social a ser pago” (2002, p. 35). Para ele, o tempo gasto por esse processo foi muito longo, o que levou ao surgimento da expressão “Década Perdida” para os anos 1980.

No entanto, o autor argumenta que, apesar das críticas a essa política e do excessivo endividamento externo, em alguns aspectos, seus resultados foram positivos: em 1978, o déficit da balança comercial tinha sido praticamente eliminado e o de transações correntes, reduzido; o PIB manteve um crescimento médio de 7,7% a.a. e a renda per capita 4,4% a.a. no período de 1974/1978; e as exportações cresceram a uma taxa média anual de 15,6% a.a. Criou-se, com a grande expansão de indústrias de bens de capital, insumos básicos, petróleo e energia elétrica, uma nova economia no País, que se converteu numa das grandes economias industriais do mundo.

Analisando a opção feita pelo Governo Geisel, Brum (1999) argumenta que não se deve discutir se ela foi a melhor, mas sim por que a opção pelo crescimento em um quadro recessivo. Para o autor, o Governo não tinha condições políticas e nem apoio dos militares para um ajuste restritivo, mesmo um governo autoritário não suportaria a pressão da sociedade e dos agentes econômicos, que vinham de um período de crescimento contínuo. A oposição se fortaleceria e o caminho para a redemocratização do País poderia ser afetado, tendo em vista a disputa interna na área militar entre moderados e radicais, respectivamente, a favor e contra a volta da democracia.

Brum (1999) acredita que as fontes de financiamento que o Brasil utilizou a partir do regime militar – empréstimos externos, compressão salarial, inflação e endividamento interno – esgotaram-se no início dos anos 1980, fazendo com que o País entrasse em um período de estagnação e recessão, refletindo negativamente não só na economia mas também no aspecto social, levando o Brasil a uma séria crise.

De modo geral, as várias análises feitas sobre o período em questão apresentam fortes pontos de convergência: um período de crescimento econômico em busca do “status” de país desenvolvido baseado nos investimentos estrangeiros, seguido de um período recessivo, sem uma política econômica definida, marcado por importantes conflitos políticos e sociais. A

partir de 1964, o ingresso em um regime militar, provocou a busca do crescimento econômico como fator de afirmação de seu poder e da segurança nacional que, partindo de uma política econômica recessiva, preparou o País para anos de expansão. Da segunda metade da década de 1960 até o final dos anos 1970, o Brasil cresceu economicamente, mas também surgiram sérios problemas: inflação acelerada, crescente dívida externa, déficits no balanço de pagamentos, desnacionalização da economia, desigualdade social e regional e forte dependência externa, principalmente financeira e tecnológica.

Essa conjuntura, atrelada ao contexto internacional de alta nos preços do petróleo, instabilidade nos termos de troca e elevação das taxas de juros, vai marcar profundamente a década de 1980 no Brasil, que será nosso objeto de análise nas próximas seções.

2.3 A ECONOMIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1980

Os anos 1980 caracterizaram-se pelo insucesso constante dos planos de estabilização da economia brasileira, pelo grande aumento da dívida externa e da inflação e por crises financeiras. No entanto, ocorreram mudanças significativas na sociedade brasileira, que merecem ser abordadas para melhor compreensão do período. Nesta seção, vamos abordar os aspectos econômicos da década, por meio de várias interpretações, acreditando que essa sistemática seja uma das melhores formas de análise do nosso objeto de estudo.

A crise financeira internacional começou a se desenhar em 1979, com o segundo choque do petróleo, e teve seu ápice em setembro de 1982, com a moratória mexicana. Segundo Garofalo Filho (2002), atingiu todos os países com processo de endividamento externo como nunca tinha acontecido antes, gerando desemprego, quedas reais do salário e uma enorme frustração, econômica e social, nos países ditos “emergentes”, que acreditavam estarem próximos ao patamar do “desenvolvimento” e acabaram retornando ao caminho do

“subdesenvolvimento”. Devido às incertezas da oferta internacional do petróleo e seus derivados, os preços voltaram a subir em 1979. Em 1981, os preços médios superaram os de 1978 em 170 %. Essa mudança afetou não só a economia mundial, mas também a brasileira, ainda muito dependente da importação do produto. O aumento dos custos de produção nos países com dependência externa de petróleo levou a uma alta nos preços e, conseqüentemente, a um aumento na taxa de inflação, principalmente nos Estados Unidos. Como medida de ajustamento, os países industrializados elevaram muito suas taxas de juros, provocando uma recessão mundial. Os países produtores de petróleo, em contrapartida, passaram a contar com um excesso de capital,¹⁶ aumentando a liquidez internacional. Esses recursos foram emprestados aos países com déficits em seus balanços de pagamentos,¹⁷ provocando um aumento considerável em suas dívidas externas, lembrando que os tempos eram de juros altos, o que contribuía para um aumento muito mais significativo. Esse foi o caso do Brasil.

Na análise de Garofalo Filho (2002), entre 1978 e 1981, as despesas líquidas de juros pagas pelo Brasil aumentaram de US\$ 2,7 bilhões para US\$ 9,2 bilhões e, para tentar resolver a situação, adotou-se uma política que visava a promover um ajuste externo e um interno simultâneos; manter investimentos nos setores de energia, transportes, insumos básicos e bens de capital; controlar as importações; e continuar captando recursos no exterior, mantendo uma taxa mínima de crescimento. Apesar do aumento das exportações no período, os preços das importações altos e o País ter grande perda em suas relações de troca, a balança comercial apresentou superávit somente em 1981, enquanto a de serviços aumentava seu déficit ancorada nas despesas com o pagamento de juros. Mesmo assim, o balanço de pagamentos atingiu, em 1981, um superávit de US\$ 625 milhões.

Para Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (1999), o ano de 1979 pode ser considerado como o período do início da crise cambial no Brasil. O segundo choque do

¹⁶ Os chamados petrodólares.

¹⁷ Gerados, principalmente, pelo aumento nos preços do petróleo.

petróleo¹⁸ e a elevação da taxa de juros internacional mostraram toda a vulnerabilidade da economia brasileira às variáveis externas. Continuando sua análise, o autor demonstra que o endividamento externo foi crescente e os juros líquidos da dívida externa chegaram, em 1979, a 28% do valor das exportações, o déficit em transações correntes alcançou o patamar de US\$ 10,8 bilhões, fazendo com que o Governo tivesse de queimar reservas no valor de US\$ 2,2 bilhões, e a inflação atingisse 77% a.a. O diagnóstico básico para a crise brasileira era o excesso de demanda interna que, apesar de ter sido tratado de várias formas, não chegou a nenhuma solução e, em 1980, a inflação atingiu 100% a.a., as contas externas se deterioraram e a dívida externa cresceu consideravelmente. O autor não concorda com esse diagnóstico e defende que o desequilíbrio externo “[...] pode ser decorrência de um processo de endividamento externo que começa a ser cobrado, ou de uma brusca elevação das taxas de juros internacionais, associada com uma deterioração dos termos de troca” (1999, p. 268). Em seu entendimento, esta foi a situação do Brasil: o País se endividou na década de 1970 com base em um sistema de juros flutuantes, porém esses juros se elevaram e a situação que estava sob controle se tornou insustentável.

Na visão de Tavares e Assis (1985), a política econômica adotada, em 1979, por Mário Henrique Simonsen,¹⁹ pretendia atacar a inflação por meio de um programa de aperto fiscal e monetário, cortando gastos públicos e mantendo os juros internos altos, objetivando reduzir a expansão do crédito. Essa linha de pensamento enfrentou a oposição do ministro da Agricultura, Delfim Neto, um claro defensor do crescimento econômico como solução para os problemas da economia brasileira, que retornou ao cargo de ministro do Planejamento em agosto do mesmo ano.

Delfim assumiu as rédeas da economia e implantou uma política expansiva, de

¹⁸ Que elevou o preço do barril de 15 para 35 dólares.

¹⁹ Primeiro-ministro do Planejamento do Governo de João Baptista de Oliveira Figueiredo, que tomou posse em março de 1979.

crescimento. Logo em dezembro de 1979, promoveu uma maxidesvalorização do cruzeiro da ordem de 30%, estimulando a exportação e desestimulando a importação, numa tentativa de melhorar as contas externas do País. Tavares e Assis (1985) argumentam que, em 1980, ele não dispunha do crédito externo fácil e barato do seu período anterior de Governo, então tratou de produzi-lo internamente. Prefixou os índices da correção monetária e da correção cambial para 1980, implantou um controle seletivo dos preços e não alterou a política salarial, estimulando o setor produtivo em detrimento do financeiro. Nos primeiros nove meses do ano, o resultado foi totalmente positivo. Apesar do cenário internacional desfavorável, a economia brasileira cresceu 8%, enquanto o resto do mundo estava em crise.

Segundo Brum (1999), o PIB do Brasil cresceu 6,8% em 1979 e 9,2% em 1980, sustentado pelo início de operações de vários projetos iniciados nos anos anteriores. A produção industrial aumentou, assim como a infra-estrutura, fazendo com que o País alterasse seu perfil histórico de exportador de produtos primários para exportador de produtos industrializados. O setor energético teve considerável incremento, devido à inauguração de grandes hidrelétricas e do aumento da produção nacional de petróleo, que passou a atingir cerca de 40% do consumo, além da expansão da produção alternativa de energia, como o Programa Nacional do Alcool (Proálcool).

Por outro lado, a situação externa e a inflação se deterioraram, os preços internos não resistiram e subiram, as importações dispararam e o País teve de utilizar suas reservas internacionais, levando o balanço de pagamentos a uma situação crítica. Tavares e Assis (1985) sustentam que a economia brasileira foi obrigada a mudar de rumo em outubro de 1980, implantando uma política recessiva, de controle monetário e fiscal, preços liberados e salários controlados. Essa era a nova postura do Governo que identificou a situação externa como prioridade. Apesar do contínuo endividamento externo, na tentativa de equilibrar o balanço de pagamentos, a inflação não foi reduzida e o Brasil teve uma queda no PIB, em

1981, de 3,5%, a primeira da história. O Governo permaneceu nessa política até a moratória do México, em setembro de 1982. Como resultado do calote mexicano, os créditos internacionais desapareceram e com eles as reservas brasileiras, fazendo com que o País recorresse ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1983. Para os autores, o regime militar mudou a dependência internacional brasileira, que passou de tecnológica e industrial para financeira, mudança essa que implodiu a economia em 1983 e provocou o recurso ao Fundo como única solução para o retorno da credibilidade internacional do País, na tentativa de voltar a rolar a imensa dívida externa.

A política macroeconômica brasileira, em 1981/1982, segundo Carneiro e Modiano (1989), caracterizou-se pela busca da redução das necessidades de divisas estrangeiras pelo controle da absorção interna, objetivando fazer com que a queda da demanda interna fortalecesse as atividades exportadoras e reduzisse as importações. As principais ações implementadas pelo Governo foram a contenção salarial, o controle de gasto do Governo, o aumento da arrecadação, a elevação das taxas de juros internas e a contração da liquidez real, mantendo o tratamento especial dado às atividades de exportação, energia, agricultura e pequenas empresas. Essa política restritiva não provocou efeito na taxa de inflação e, apesar de ter revertido a posição da balança comercial de um déficit de US\$ 2,8 bilhões em 1980 para um superávit de US\$ 1,2 bilhão em 1981, não ficou imune à escalada das taxas de juros internacionais, levando a economia brasileira a uma recessão profunda.

Com o anúncio da moratória mexicana em agosto de 1982, os banqueiros privados deixaram de acreditar na estratégia brasileira de ajuste a longo prazo, e a equipe econômica, em busca de financiamentos externos, optou por conversações com o Fundo Monetário Internacional. Em novembro de 1982, foi anunciado, oficialmente, um acordo formalizado com os bancos privados que seria submetido ao FMI. Para os autores, a formalização desse programa demarca uma nova fase nas negociações da dívida externa brasileira. Ao invés de o

país se relacionar diretamente com os credores internacionais, objetivando convencê-los das perspectivas favoráveis para o futuro da economia, passa a submeter suas políticas macroeconômica e comercial ao crivo do FMI.

A política econômica, em busca de superávits, adotada a partir de 1982, acabou gerando um grande problema nas contas internas do País. Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (1999) argumentam que, enquanto a maioria dos superávits era gerado no setor privado, o maior ônus da dívida estava no setor público. A solução adotada pelo Governo foi o endividamento interno, emitindo títulos públicos com juros altos e prazos curtos. As contas públicas se deterioraram, a inflação não regrediu e o desemprego era uma ameaça presente.

O Governo brasileiro, em fevereiro de 1983, promoveu uma maxidesvalorização do cruzeiro da ordem de 30%, segundo Garofalo Filho (2002), objetivando compensar sua valorização efetiva real nos anos anteriores, em relação às moedas dos principais parceiros comerciais do País, e estabelecer condições para que o Brasil pudesse retornar a operar no mercado mundial e liquidar suas dívidas. A balança comercial respondeu a contento e o País atingiu um superávit de US\$ 6,5 bilhões no final de 1983. No entanto, durante todo o ano, o País atrasou seus compromissos internacionais e o Banco Central foi obrigado a adotar medidas para centralizar as compras de câmbio, acalmando dessa forma o mercado e os devedores internacionais

Na análise de Brum (1999), a política de crescimento que o presidente Figueiredo esperava implantar foi derrotada pelas dificuldades internas²⁰ e pelas mudanças na economia internacional.²¹ Apesar do crescimento nos dois primeiros anos, o triênio 1981/1983 foi de recessão. Como mostra a tabela a seguir, a inflação e a dívida externa dispararam e o PIB apresentou pela primeira vez na história taxas negativas.

²⁰ Desemprego, inflação alta, desequilíbrio das contas externas, desigualdade social e crescente dívida externa.

²¹ Segundo choque do petróleo (1979), recessão nos países capitalistas do primeiro mundo (1979/1982), aumento das taxas de juros no mercado internacional a partir de 1978 e suspensão dos empréstimos ao Brasil em setembro de 1982.

TABELA 4 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA, INFLAÇÃO E DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) – 1979 a 1984

Bilhões de dólares

Ano	Dívida externa bruta	Reservas	Dívida líquida	Inflação (%)	Crescimento do PIB (%)
1979	49,9	9,7	40,2	77,3	6,8
1980	53,8	6,9	46,9	110,2	9,2
1981	61,4	7,5	53,9	95,2	- 4,3
1982	69,6	4,0	65,6	99,7	0,8
1983	81,3	4,6	76,7	211,0	- 2,9
1984	91,1	12,0	79,1	223,8	5,4

Fonte: Banco Central do Brasil e Fundação Getúlio Vargas, adaptada de Brum, 1999, p. 372

No final de 1982, o Brasil teve de se render e se submeter às exigências dos credores internacionais, comandados pelo FMI. O primeiro acordo foi firmado em janeiro de 1983, configurando a transferência para o sistema financeiro internacional do controle e das decisões fundamentais sobre a economia do País. Para Brum (1999), a política econômica fortemente recessiva imposta pelo FMI, objetivando o combate à inflação e o saneamento econômico, provocou queda na produção e nas atividades econômicas, falência de empresas, aumento do desemprego e redução dos salários, além da inversão do fluxo de capital. O Brasil deixou de ser receptor para se tornar, a partir de 1983, transferidor de capital para o exterior. No entanto, o objetivo de alcançar superávits comerciais foi atingido e, apesar da difícil fase de recessão, a produção industrial e as exportações voltaram a crescer em 1984, elevando o PIB para 5,4%.

O País superou as metas acordadas com o Fundo, gerando superávit de US\$ 6,5 bilhões e US\$ 12,0 bilhões em 1983 e 1984, conseguindo cumprir seus compromissos internacionais, porém a inflação disparou, atingindo o patamar de 200% a.a., “[...] o propósito de satisfazer o interesse do sistema bancário internacional, se fazia, assim, à custa de desequilíbrios internos e de profunda injustiça social” (TAVARES; ASSIS, 1985, p. 84).

Para Carneiro e Modiano (1989), a restrição externa que a economia brasileira sofreu, desde 1979, deu sinais de relaxamento em 1984, motivada, principalmente, pela recuperação da economia americana e pelo aumento nos preços agrícolas. Esse novo contexto fomentou a atividade industrial que apresentou, no primeiro trimestre de 1984, claros sinais de recuperação e exibiu, no final do ano, taxas de crescimento positivas, com exceção dos setores alimentício, bebidas, perfumaria e têxtil. O PIB cresceu em termos reais 5,7% em 1984, interrompendo a queda da renda *per capita* que era uma constante desde 1981, e a inflação acumulou uma variação de 223,8% ao longo do ano, mantendo uma razoável estabilidade em relação à taxa de 1983, apresentando no último trimestre fortes sinais de aceleração. As exportações se expandiram e as importações encolheram, gerando um superávit comercial de US\$ 13,1 bilhões. O saldo da conta corrente do balanço de pagamentos, que estava em queda desde 1982, encontrava-se praticamente em equilíbrio no final de 1984 e a dívida externa, que teve um aumento bruto igual a 1983, cresceu em termos líquidos muito mais moderadamente que nos anos anteriores. Essa recuperação da economia brasileira alterou as perspectivas sobre as restrições que o País teria de enfrentar nos próximos anos, dando sinais de que era possível crescer apesar da crise da dívida.

Para Rego e Marques (2000), além da recuperação da economia mundial, principalmente a americana, o Brasil voltou a crescer, em 1984, sustentado pelo início das operações de alguns projetos do II PND, que induziram uma queda nas importações e redução de despesas.

Na visão de Garofalo Filho (2002), nos primeiros anos da década de 1980, o País viveu um período recessivo, inclusive com atrasos de pagamentos ao exterior, mas a economia reagiu. Os investimentos para diminuir a dependência externa foram grandes. A produção nacional de petróleo, inclusive gás, passou da média de 66 mil barris/dia em 1978 para 474 mil barris/dia em 1984. Associada à produção de álcool, possibilitou a redução da

despesa bruta com importações de petróleo, de uma média de US\$ 9 bilhões por ano, entre 1979 e 1984, para US\$ 6,8 bilhões em 1984; o Brasil deixou de ser importador de produtos siderúrgicos, de US\$ 1,5 bilhão em 1974, para exportar cerca de US\$ 2,1 bilhões em 1984; o déficit de Transações Correntes, que foi de US\$ 7 bilhões em 1978, atingiu um superávit em 1984 de US\$ 654 milhões; e a balança comercial saiu de um déficit de US\$ 1 bilhão em 1978 para um enorme superávit de US\$ 13,1 bilhões em 1984 (GAROFALO FILHO, 2002). Esses dados comprovam o aspecto dual do endividamento brasileiro. Ao mesmo tempo em que levou a uma dependência financeira externa, também provocou mudanças consideráveis na economia brasileira dos anos 1980.

Com os grandes superávits comerciais, pensou-se que o problema da dívida externa tinha sido solucionado, o que não era verdade. Essa situação abriu caminho para o entendimento de que o problema da economia brasileira era a inflação, e que o Brasil só voltaria a crescer se ela fosse controlada. Foi esse pensamento que marcou todas as ações econômicas do Governo a partir da Nova República (1985).

O combate à inflação, segundo Modiano (1989), foi a meta principal da economia brasileira na segunda metade da década de 1980. A inflação tinha propriedades específicas, uma dinâmica própria e se manteve em um crescimento constante (TABELA 5). De 1979 a 1985, a inflação brasileira apresentou dois movimentos significativos: em 1979, o choque do petróleo, a política interna de fixação de preços realistas e o simultâneo aumento da frequência dos reajustes salariais de anual para semestral dobraram a taxa de inflação de 50 para 100% ao ano; em 1983, a maxidesvalorização de 30% do cruzeiro fez com que a inflação alcançasse a taxa de 200% ao ano. Os programas de estabilização da inflação, implantados no Brasil a partir de 1986, levaram em consideração que nossa inflação era inercial, isto é, aquela resultante dos mecanismos de indexação, em que a correção monetária dos preços, salários,

taxa de câmbio e ativos financeiros tendem a propagar a inflação passada para o futuro. Se não ocorrer nenhum tipo de choque ela permanece sempre no patamar vigente.

TABELA 5 - TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL (1979-1989)

Ano	%
1979	77,2
1980	110,2
1981	95,2
1982	99,7
1983	211,0
1984	223,8
1985	235,1
1986	65,0
1987	415,8
1988	1.037,6
1989	1.782,9

Fonte: Conjuntura Econômica, IGP-FGV, adaptada de Rego e Marques, 2000, p. 154

Para Modiano (1989), o Governo da Nova República, que passou a comandar o País a partir de março de 1985, adotou uma política econômica que priorizava a austeridade fiscal e monetária, corte nos gastos públicos e aperto na política monetária, visando a combater a inflação. As ações da equipe do ministro da Fazenda Francisco Dornelles fracassaram e ele foi substituído por Dílson Funaro, quando a taxa de inflação registrava 14% em agosto. A nova equipe continuou em busca do controle inflacionário, defendendo que a estabilização da inflação ocorreria a partir de um aumento do grau de indexação da economia. Esse gradualismo também não obteve resultados positivos e as taxas de inflação não se estabilizaram. Em dezembro de 1985, foi de 13,4% e em janeiro de 1986 chegou a 16,2%. Essa situação levou o presidente José Sarney a decretar, em fevereiro de 1986, um novo programa de estabilização, o Plano Cruzado, que seria o primeiro de muitos programas implantados na economia brasileira em busca da estabilidade.

A partir de 1985, a economia brasileira caracterizou-se pelas grandes oscilações nas taxas de inflação e no produto real, e pela completa deterioração das contas públicas. Nesse contexto, vários programas, ora ortodoxos, ora heterodoxos, foram tentados visando à estabilização. Para a ortodoxia, segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (1999), a inflação é decorrente do processo de emissão monetária devido aos déficits públicos, o que eleva a demanda e força a alta de preços e deve ser combatida com o fim da emissão de moeda pela retração da demanda, com a elevação dos impostos no setor privado e queda nos gastos públicos, pois o combate à inflação pressupõe uma política recessiva; já para a heterodoxia, a inflação não decorre de excesso de demanda provocado pela emissão de moeda. Essa emissão é vista mais como consequência do que causa. Sendo assim, para se controlar a inflação, não é necessário o controle da demanda e uma política recessiva. Outros tipos de medidas podem ser adotados, como o congelamento de preços e salários.

Segundo Rego e Marques (2000), a política do ministro Dílson Funaro definiu uma meta de estabilização da inflação em 10% ao mês, que seria conseguida gradualmente, com a economia sendo indexada aos poucos. A política monetária adotada era menos restritiva e o Brasil teve uma pequena recuperação econômica. No entanto, a inflação não foi estabilizada e ameaçava atingir patamares muito elevados.

Analisando o Governo Sarney, Silva (1990b) demonstra que ele herdou um sistema econômico desorganizado e com inflação crescente, forte desemprego e queda geral nas atividades industriais. No contexto internacional, o Brasil formalizava acordos sucessivos, objetivando o pagamento da dívida externa, fazendo com que a economia nacional fosse controlada por organismos internacionais,²² impedindo novos e importantes investimentos econômicos e sociais. No intuito de estabilizar a economia, o Governo lançou, em fevereiro de 1986, o Plano Cruzado, um forte choque econômico com características de reforma

²² FMI, BID etc.

monetária. Trocou a moeda,²³ congelou preços e salários e concedeu um abono de 8% para todos os trabalhadores; criou o salário desemprego e instituiu o gatilho salarial, um aumento automático aos trabalhadores assim que a inflação ultrapassasse 20%. A queda imediata da inflação, de 237,7% a.a. em 1985 para 57,4% a.a. em 1986, assim como a valorização da moeda foram efeitos ilusórios. A dívida externa continuou a pressionar o câmbio e o País continuou a se endividar. O Governo sustentou que mantinha o controle da situação devido à campanha eleitoral de novembro de 1986, quando saiu vencedor, e logo após assumiu que a política econômica adotada fracassou. No mesmo mês, lançou o Plano Cruzado II. Os preços subiram em média 60% e as tarifas públicas 120%. A inflação saltou para 365,7% a.a. e as medidas fracassaram.

Segundo Garofalo Filho (2002), o Plano provocou um desabastecimento do País; uma crise externa que resultou numa nova moratória no início de 1987; o crescimento de caixa dois e do mercado negro de mercadorias; e a ascensão e queda do prestígio político do Governo. As medidas adotadas pelo Plano provocaram um aumento real da renda e, conseqüentemente, aumento da demanda. Porém, o País não tinha capacidade produtiva para atender a esse crescimento e não podia se valer das importações, devido à sua carência de reservas e pouco prestígio no mercado internacional, reflexo da moratória de 1983. A escassez de mercadorias, as pressões sobre as compras externas e a queda nas exportações fizeram com que as reservas do Brasil declinassem, levando à nova suspensão dos pagamentos dos serviços da dívida no início de 1987. Para o autor, o tabelamento e congelamento dos preços foi um grande erro. Não houve planejamento e estratégia, gerando grandes problemas para o País e para toda a sociedade.

Para Brum (1999), o Plano Cruzado foi emergencial e deveria corrigir distorções conjunturais da economia brasileira, com durabilidade de no máximo seis meses. Nesse período, o Governo deveria implementar um profundo programa de médio e longo prazos,

²³ Cruzeiro para cruzado.

com mudanças na estrutura de poder e avanços sociais. Para o autor, esse ajuste não foi realizado a tempo e o Plano fracassou, levando a economia a uma situação pior do que estava no início de 1986. O País viveu momentos de estagnação econômica, descontrole inflacionário, desequilíbrio nas contas externas e internas e incapacidade de governar.

Nesse contexto, o ministro Dílson Funaro, que implantou o Plano Cruzado em fevereiro de 1986, foi substituído em abril de 1987 por Bresser Pereira, que tinha como objetivo recuperar os saldos comerciais do País e corrigir os desajustes do plano anterior.

Um novo programa de estabilização, o Plano Bresser, foi instituído em 12 de junho de 1987. Não tinha como objetivos principais a inflação zero e o fim da indexação da economia, mas visava a promover um choque deflacionário com a eliminação da escala móvel salarial, sustentar taxas de inflação baixas e reduzir o déficit público. Suas principais ações foram: os salários e os preços foram congelados por um prazo máximo de três meses e seriam indexados pela Unidade de Referência de Preços (URP), definida pela taxa de inflação média dos últimos três meses; o cruzado foi desvalorizado em 9,5% e a taxa de câmbio não foi congelada; os aluguéis foram congelados; os contratos para pagamentos futuros em cruzados com taxas de juros pós-fixadas não foram afetados pelo Plano, pois a indexação não foi extinta; para os contratos com taxas de juros pré-fixadas, foi definida uma tabela para a deflação diária dos pagamentos futuros em cruzados; foram adotadas políticas monetária e fiscal ativas, objetivando inibir a especulação com estoques e o consumo de bens duráveis, além da redução do déficit público. Para o ano de 1988, o programa esperava tornar o Banco Central independente na condução da política monetária; proibir a emissão de moeda para financiar os déficits do Tesouro; o Governo teria de orçar suas despesas previamente; e os múltiplos orçamentos do Governo seriam unificados. O Plano apresentou um sucesso inicial, mas fracassou em seus objetivos. No final de 1988, a inflação estava em ritmo acelerado, no limiar de uma hiperinflação.

Para Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (1999), Bresser Pereira estabeleceu um programa tanto com medidas ortodoxas quanto heterodoxas, objetivando deter a aceleração inflacionária, evitando a hiperinflação. Foi um plano de emergência. Suas medidas estavam baseadas, principalmente, na contenção salarial e na elevada taxa de juros, que não foi possível manter. Conseguiu relativo sucesso na recuperação da balança comercial e na diminuição do déficit público, mas acabou provocando queda na produção industrial e, mais uma vez, a aceleração da inflação.

O ministro Maílson da Nóbrega, a partir de janeiro de 1988, implantou um novo programa de estabilização que, segundo Modiano (1989), tinha metas modestas: objetivava estabilizar a inflação em 15% ao mês e reduzir gradualmente o déficit público. Congelou em termos reais os saldos dos empréstimos ao setor público e suspendeu por dois meses os reajustes salariais dos funcionários públicos, deixando os preços livres. Conseguiu evitar uma explosão inflacionária no primeiro trimestre de 1988, mantendo a taxa de inflação entre 16 e 18% ao mês, porém, já entre abril e junho, a taxa saltou para cerca de 19%. O fracasso do programa ficou evidente com a crescente elevação da taxa de inflação, 27,3% em outubro e 28,8% em dezembro.

Rego e Marques (2000) confirmam que a política econômica do novo Ministério, conhecida como “feijão-com-arroz”, visava a estabilizar a inflação e desaquecer a economia pela queda do déficit operacional do Governo e da suspensão dos reajustes dos salários dos funcionários públicos, entre outras medidas. Essas políticas recessivas não deram certo e, em meados de 1988, já tinham sido abandonadas.

O Plano Verão, último programa de estabilização da economia brasileira no Governo Sarney, foi lançado em 14 de janeiro de 1989. Segundo Modiano (1989), pretendia promover uma diminuição da demanda agregada a curto prazo, cortes nas despesas públicas, e a desindexação da economia, eliminando todos os mecanismos de realimentação da inflação.

Podemos citar como principais medidas adotadas: os salários foram convertidos tomando como base o poder de compra médio nos últimos doze meses, nenhuma nova regra para os reajustes salariais foi anunciada, elas seriam estabelecidas *a posteriori*; os preços foram congelados por tempo indeterminado; a cotação do dólar norte-americano foi fixada em NCz\$ 1²⁴ e permaneceria fixa por tempo indeterminado; os aluguéis residenciais foram convertidos da mesma forma que os salários e os comerciais foram congelados nos valores vigentes em janeiro de 1989; os indexadores dos contratos pós-fixados foram congelados, de acordo com regras definidas; estabeleceu-se uma tabela de fatores diários para converter em cruzados novos as dívidas que venceriam após 15 de janeiro de 1989; seria feito um ajuste fiscal com redução das despesas de custeio do Governo, redução das despesas de pessoal, redução do setor produtivo estatal, rigidez na programação e execução financeira do Tesouro; a taxa de juros real de curto prazo seria aumentada; o crédito ao setor privado seria controlado; e as pressões das operações com moeda estrangeira seriam reduzidas.

Analisando os resultados do Plano, Modiano (1989) argumenta que as expectativas do Governo não se concretizaram, os ajustes fiscais anunciados não foram executados e a inflação chegou a 6,1% em março. O programa não teve credibilidade perante a sociedade e isso provocou um aumento no consumo, tendo em vista a descrença na permanência do congelamento. O Governo, no mês de abril, voltou a indexar a economia e a taxa de inflação chegou a 9,9% entre abril e maio. O grande mérito do Plano Verão foi interromper, mesmo momentaneamente, a rota da hiperinflação. Porém, a aceleração da inflação, já no segundo mês do programa, o congelamento de preços no contexto de taxas de juros decrescentes, a recomposição dos picos de salário real em 1988, as defasagens dos preços públicos e administrados, as indefinições da reindexação, o ajuste fiscal precário e a exagerada expansão monetário reacenderam novamente essa possibilidade.

²⁴ Cruzado novo, nova moeda instituída para substituir o cruzado.

Para Garofalo Filho (2002), apesar de, no final de 1989, a balança comercial ter atingido um superávit de US\$ 16 bilhões, o Plano Verão não deu certo e o Governo foi obrigado a elevar os juros e reindexar a economia para controlar o processo inflacionário. Além disso, o País foi forçado a suspender parte dos pagamentos ao exterior, para sustentar suas reservas, e o Banco Central passou a centralizar e controlar os pagamentos.²⁵

Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (1999) consideram que o Plano Verão foi um programa curto, que conviveu com as incertezas do último ano de Governo do presidente José Sarney, caracterizado pelo descontrole das contas públicas, aumento do déficit operacional e crescimento do endividamento interno. Não existia uma política econômica definida, pois tanto a política fiscal quanto a monetária se tornaram prisioneiras da rolagem da dívida interna. Nesse contexto, a inflação atingiu 80% a.m. no final do Governo voltando ao rumo da hiperinflação.

Analisando a década de 1980, Carneiro (1991) argumenta que a queda acentuada do ritmo de crescimento naquele período foi resultado do esgotamento do padrão de desenvolvimento,²⁶ que foi adotado no País desde meados da década de 1950. Além disso, os anos oitenta foram marcados por grande alternância de períodos de recessão e crescimento, com um taxa de crescimento próxima ao aumento da população. Para o autor, foi uma época de elevada instabilidade das variáveis macroeconômicas²⁷ e marcada pela contínua transferência de recursos reais ao exterior. Destaca que esse processo de transferência, agregado à estagnação do crescimento e à regressão do investimento são características fundamentais para se entender a crise dos anos 1980 e seus desdobramentos. O autor defende que os principais aspectos da grave crise econômica vivida pelo Brasil foram a constante aceleração inflacionária e os fracassos dos planos de estabilização. Em relação à inflação,

²⁵ Os valores pagos no Brasil, em moeda nacional, não eram remetidos imediatamente ao exterior, mas colocados em uma fila e remetidos dentro de limites fixados de modo a impedir uma erosão fatal das reservas do País.

²⁶ Via substituição de importações.

²⁷ Investimentos, inflação, desemprego etc.

elabora uma periodização para identificar quais foram os principais fatores de aceleração: entre 1974 e 1979, os choques exógenos de preço,²⁸ conjugados com a elevação das taxas de juros de curto prazo; entre 1980 e 1985, a crise cambial e a política de ajustamento externo, com a desvalorização da moeda e a elevação da taxa real de juros; e, entre 1986 e 1989, a inflação se acelerou a partir do fracasso do Plano Cruzado e das incertezas provocadas pela não estabilização da economia.

Numa análise sobre a indústria brasileira na década de 1980, Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (1999), argumentam que o setor industrial viveu uma crise generalizada, influenciada pela crise cambial, pela aceleração da inflação e pelo processo de ajustamento. Em 1981, o produto industrial teve uma queda de cerca de 10%, em 1982 a indústria ficou estagnada, em 1983 voltou a cair e no período 1984/1986 apresentou sensível recuperação, crescendo acumuladamente 30%. Em 1987 voltou a tendência de queda, que só foi revertida na década de 1990. Esse baixo crescimento industrial levou alguns estudiosos a classificarem os anos 1980 como “A Década Perdida”, porém esses autores lembram que algumas considerações precisam ser feitas: nesse período, a indústria passou por um amplo processo de saneamento, possibilitando a retomada de investimentos; os custos foram racionalizados com crescimento da eficiência; e um processo de modernização e de busca de competitividade foi implantado. Para ele, essa classificação parece ser mais fruto da comparação dos anos 1980 com os 1970, que presenciaram um crescimento do produto industrial à média de 14% a.a., do que uma análise ampliada da década. Até porque, se a comparação fosse feita com a década de 1960, essa também teria de ser conhecida como “Perdida”, pois, de 1962 a 1967, o Brasil viveu sua primeira crise industrial, quando a indústria cresceu apenas 15% durante todo o período; em 1963 o crescimento foi nulo e em 1965 negativo.

Silva (1990b) argumenta que a chamada “Década Perdida” foi um longo período de inadimplência com acentuada dependência do capital externo, iniciada em 1980-1982, que

²⁸ Petróleo e agrícolas.

estagnou o crescimento econômico em toda a América Latina. Foi a crise do modelo econômico da substituição de importações, baseado na intervenção estatal, nos capitais nacionais e no endividamento externo. Segundo Rego e Marques (2000, p. 130), “[...] a chamada década perdida caracterizou-se pela queda nos investimentos e no crescimento do PIB, pelo aumento do déficit público, pelo crescimento das dívidas externa e interna e pela ascensão inflacionária”. Carneiro defende que “As evidências empíricas não deixam dúvidas sobre a caracterização dos anos 80 como um período de estagnação [econômica]” (1991, p. 47). Nesse sentido, o conceito “Década Perdida” foi construído a partir de aspectos puramente macroeconômicos, numa visão restrita do desenvolvimento social, vinculado unicamente ao econômico.

Garofalo Filho afirma que

É comum referirem-se a imprensa ou os manuais relativos a economia e finanças aos anos de 1980 como década perdida, em função exatamente das discussões que mencionamos antes [crise do petróleo, aumento das taxas de juros internacionais, diminuição de reservas em moedas estrangeiras, aumento da dívida externa]. A riqueza dos ganhos de conhecimento e o aprendizado no trato da coisa política e das questões centrais da Economia [...], fazem da década, se não um exemplo, uma escola. Um tempo em que aprendemos, principalmente, pelos erros. [E referenda] Ademais, no campo político, migramos de Constituição, migramos do regime militar para o civil, e finalmente de escolha indireta para as eleições livres de 1989 (2002, p. 5).

Na análise de Brum,

O Brasil quase não cresceu economicamente ao longo de doze anos (1981-1992). Mas, nesse período, a sociedade brasileira mudou muito. Fez a transição pacífica do regime autoritário para o regime democrático. Construiu instituições democráticas capazes de resguardar as liberdades políticas, garantir os princípios da cidadania e os direitos individuais, políticos e sociais. A sociedade civil avançou no fortalecimento de suas organizações. A democracia recolocou-se como valor a ser preservado e vivenciado, sem que qualquer partido político, segmento ou setor da sociedade se disponha a afrontá-la. A população participou de um processo de auto-amadurecimento – através de experiências e duros fracassos – e aprendeu que a superação da crise não se dará por passe de mágica, milagre ou decreto. Exige esforço prolongado e uma dose de sacrifício coletivo, a partir de um projeto nacional hegemônico, responsabilmente assumido e administrado (1999, p. 439).

O Governo Sarney terminou com o País vivendo uma crise política e econômica, além da possibilidade de uma hiperinflação. No entanto, a década de 1980 foi um grande laboratório político e econômico brasileiro. Os reflexos de anos de ações em prol do crescimento econômico e da democracia se encontraram nesse período da história do Brasil. Os problemas foram muitos, assim como as crises, mas também os aprendizados foram enormes. Não só o Governo, os políticos e os empresários aprenderam com os acontecimentos, mas principalmente a sociedade, os assalariados e os trabalhadores.

Nos próximos capítulos, vamos ampliar a análise da década, construindo uma visão geral do período. Pretendemos agregar ao olhar econômico as variáveis culturais, sociais e políticas que estiveram presentes na realidade brasileira dos anos 1980. Com isso, objetivamos promover uma discussão interdisciplinar, analisando o contexto da sociedade e não variáveis isoladas, acreditando ser essa a melhor forma de se entender o período.

3 A SOCIEDADE EM MOVIMENTO: SUJEITO HISTÓRICO NA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DA DÉCADA DE 1980

3.1 CULTURA E EXPRESSÃO CULTURAL

Os aspectos culturais de uma sociedade são tão importantes quanto qualquer outro para se conhecê-la. As expressões culturais nascem a partir da reação das pessoas aos fatos, eventos e acontecimentos que as cercam, tornando-se assim formas de elas demonstrarem seus sentimentos, vontades, contradições e esperanças. Nesta seção, vamos apresentar algumas expressões da cultura do Brasil na década de 1980 e como elas são importantes para se entender e conhecer a sociedade daquele período.

Analisando as mudanças na relação entre cultura e sociedade a partir da década de 1980, Featherstone (1995) concorda que surgiram discussões teóricas, naqueles anos, sugerindo que a participação da cultura na construção da sociedade deveria ser revista. Ao invés de uma visão geral, ela deveria ser entendida em suas especificidades e influências na estrutura social. Para o autor, até meados da década de 1970, o interesse social pela cultura e pelas artes era, na maioria das vezes, considerado excêntrico, marginal. Somente no final da década de 1970, com publicações abertas às discussões sobre teoria da cultura, seus estudiosos se viram obrigados a aumentar o campo de atuação. Sendo assim, aspectos da política, geografia, história, arquitetura, filosofia e economia, entre outros, passaram a ser obrigatórios. A cultura saiu do campo do excêntrico e marginal para se firmar como um elemento importante de reconhecimento das sociedades.

Segundo Paiva (1987), a sociedade brasileira dos oitenta viveu um momento de acúmulo de informações, do advento da cultura de massas e da produção exacerbada de signos. As manifestações espontâneas, artesanais e autônomas se deslocaram do contexto

cotidiano, popular e passaram a fazer parte das relações de mercado, tornando-se fonte de obtenção de lucros. A produção cultural ganhou características que a distinguiram da produção de décadas anteriores: ausência da preocupação político-ideológica, descrédito das propostas revolucionárias, relação com os grandes esquemas de produção, utilização de novas linguagens, dos meios eletrônicos e inovações tecnológicas. O mercado cultural, englobados aí editoras, jornais, cinema, teatro, música etc., modificou-se sensivelmente sem assumir uma tendência ou estilo único, adotando um caráter múltiplo e singular, impondo outra fisionomia à cultura brasileira.

Nesse contexto, Paiva (1987) demonstra que os agentes da produção cultural, jornalistas, pesquisadores, artistas e intelectuais passaram a transitar por uma rede de comunicação vasta e pluralizada e a oferta de livros, discos, filmes, vídeos e textos se alterou, entrando em sintonia com a diversificação de canais de informação, que proliferam por todo o território nacional. Para o autor, não existiu, na década de 1980, uma ideologia hegemônica, como a produção populista dos anos 1960 e a proposta alternativa dos anos 1970, tendo em vista que as estratégias de poder não se centralizaram em um setor específico, mas se desenvolveram no espaço social das diversas instituições, como asilos, hospitais, escolas, famílias e justiça.

Paiva (1987) também afirma que ocorreram mudanças no contexto institucional da cultura a partir da Nova República (1985), com a criação do Ministério da Cultura (MinC) e a promulgação da Lei Sarney.²⁹ A criação do MinC trouxe para a cultura o conceito de bem rentável e a necessidade de o Estado implantar políticas culturais. Dessa forma, órgãos como o Instituto Nacional do Cinema, a Embrafilme, a Funarte e a Fundação Pró-Memória acentuaram a difusão da cultura como bem cultural e como mercadoria.

Fica claro, na análise de Paiva (1987), que, para se entender as transformações pelas

²⁹ Lei de incentivos fiscais a cultura.

quais a sociedade brasileira passou nos anos oitenta, é fundamental um exame da relação entre o social, o cultural, o político e o econômico, pois, segundo afirma Brum (1999, p. 258), “A realidade é sempre um todo completo, cujos ingredientes estão profundamente imbricados entre si”.

Featherstone (1995) concorda que os profissionais da arte, a partir da década de 1960, passaram a ter mais respeitabilidade e segurança em suas atividades. O artista deixou de ser marginalizado e se aproximou da classe média. A arte se profissionalizou e se democratizou, provocando uma interdependência entre artistas, políticos, trabalhadores de diversas áreas, intelectuais e o público, firmando-se como uma variável essencial e importante para o entendimento de uma sociedade.

De acordo com Barbosa (1991), a arte se confunde com o ser humano, pois desde os primórdios os homens deixam suas impressões em expressões nas figuras e escritos. Sendo assim, a sociedade não pode ser entendida sem o conhecimento de sua arte, de sua cultura. Para o autor,

Arte não é apenas básico, mas fundamental na educação de um país que se desenvolve. Arte não é enfeite. Arte é cognição, é profissão, é uma forma diferente da palavra para interpretar o mundo, a realidade, o imaginário, e é conteúdo. Como conteúdo, arte representa o melhor trabalho do ser humano (BARBOSA, 1991, p. 19).

Como resposta aos anos de ditadura, que reprimiram a expressão individual mediante uma severa censura, nos anos oitenta as artes passaram a identificar a criatividade com a autoliberação, uma reação à situação social e política do Brasil. Segundo Barbosa (1991), ocorreu uma politização dos arte-educadores com a criação das associações estaduais e da federação nacional. As diretrizes traçadas para o ensino da arte passaram a ser questionadas pela atuação ativa e consciente dessas organizações e seus membros, que buscavam melhores condições para o ensino das artes no Brasil. “Apesar de ser um produto da fantasia e

imaginação, a arte não está separada da economia, política e dos padrões sociais que operam na sociedade” (BARBOSA, 1991, p.19).

Featherstone (1995), Paiva (1987) e Barbosa (1991) concordam em um ponto que nos parece essencial, a cultura está presente em todos os movimentos da sociedade de forma ativa, participando de sua construção. Esse processo se confirma na década de 1980, pois a sociedade mudou e a cultura foi uma das formas de expressão dessa mudança, interagindo com a política, a economia e os aspectos sociais.

O cinema também é uma expressão cultural importante para se analisar a década de 1980. Segundo Ramos (1987), apesar de ter sido abalado por incertezas, como as pressões políticas pelo fim da ditadura, o afrouxamento da censura e a crise econômica, que provocou a diminuição de público e das salas de exibição, a produção cinematográfica brasileira manteve suas tradições na abordagem de grandes questões nacionais e em sua forte carga de erotismo. Os filmes eróticos ocuparam vasta fatia do mercado, apoiados em produções baratas e no afrouxamento da censura. No entanto, os filmes que abordavam questões políticas, lutas, greves dos trabalhadores, luta armada, tortura, repressão, manifestações pelas eleições diretas para presidente e a transição política foram os que tiveram uma significativa produção e inter-relação com a sociedade. A década de 1980 foi “[...] o momento de maior liberdade para a circulação de idéias políticas no cinema [brasileiro]” (RAMOS, 1987, p. 445). Para o autor, o período foi de repensar as relações com o Estado, identificar possibilidades de atuação diante dos altos custos e do mercado reduzido, além de uma estratégia de atuação diante da efervescência do videocassete. Sendo assim, as turbulências econômicas conviveram com a vitalidade e maturidade dos cineastas que, formados nas décadas de 1960 e 1970, sustentaram as bases da cinematografia brasileira, tornando-a conhecida no exterior e competitiva no mercado interno.

Bilharinho acredita que “O cinema, particularmente, subordina-se e condiciona-se à existência de recursos [...]” (1997, p. 9), tanto na esfera da produção quanto na do consumo. Nesse sentido, a produção cinematográfica brasileira, na década de 1980, não superou quantitativamente a da década de 1970. Excluído o filme pornô, não produziu mais do que realizou na metade da década anterior. No entanto, analisando a filmografia nacional, o autor defende que foram realizados naquela década cerca de 40% dos melhores filmes brasileiros, apesar de todas as dificuldades, incompreensões, distorções, oposições e crises. O cinema brasileiro não parou de produzir e se consolidou nos anos 1980. Bilharinho (1997) relaciona alguns filmes que, em seu entendimento, foram produções importantes do período: *A idade da Terra* (1980); *Bonitinha, mas Ordinária* (1980); *Pixote, a Lei do Mais Fraco* (1980); *Gaijin*, *Caminhos da Liberdade* (1980); *Eu Te Amo* (1980); *Pra Frente Brasil* (1981); *Eles Não Usam Black-Tie* (1981); *Amor Estranho Amor* (1982); *Paraíba, Mulher Macho* (1982); *Inocência* (1982); *Memórias do Cárcere* (1983); *Eu Sei Que Vou Te Amar* (1984); *O Beijo da Mulher Aranha* (1984); *A Hora da Estrela* (1985); *Com Licença, Eu Vou à Luta* (1985); *O Homem da Capa Preta* (1985); *Ópera do Malandro* (1985); *A Marvada Carne* (1985); *Brás Cubas* (1985); *Besame Mucho* (1986); e *Festa* (1987).

O cinema sofreu diretamente os efeitos dos problemas políticos e econômicos da década de oitenta: censura, crise financeira, luta pela democracia, recessão, inflação e dívida externa, porém, continuou exercendo sua função social de discutir as questões nacionais. Interagiu com a população e se tornou um veículo de expressão de suas lutas e aspirações, foi mais um elemento importante na construção da sociedade brasileira.

A sociedade buscou maneiras de reagir e se libertar do controle do Estado. Nesse sentido, surgiram, naqueles anos, alguns modos de produção cultural que buscavam o acesso mais democrático à cultura. Um bom exemplo foram as rádios livres ou rádios piratas, que o grupo *Rotações Por Minuto (RPM)* retratou na música *Rádio Pirata*:

Abordar navios mercantes
 Invadir, pilhar o que é nosso
 Pirataria nas ondas do rádio
 Havia alguma coisa errada com o rei

Preparar a nossa invasão
 E fazer justiça com as próprias mãos
 Dinamitar um paiol de bobagens
 E navegar o mar de tranqüilidade

Toquem o meu coração, façam a revolução
 Que está no ar, nas ondas do rádio
 No submundo repousa o repúdio
 E deve despertar

Disputar em cada frequência
 Um espaço nosso nessa decadência
 Canções da guerra quem sabe, canções do mar

Toquem o meu coração, façam a revolução
 Que está nas ondas do rádio
 No 'underground' repousa o repúdio
 E deve despertar (apud Paiva, 1987, p. 126).

Para Paiva (1987), essas rádios representaram, por seu caráter de inovação, intervenção e criatividade, uma singularidade do período, diretamente ligadas à comunicação e à esfera política. Representaram a luta contra o controle que era exercido sobre os meios de comunicação e de radiodifusão por parte do Estado, objetivando garantir um espaço para a comunidade, buscando quebrar o controle das informações, divulgar notícias que não eram publicadas pelas emissoras autorizadas, dinamizar novas linguagens e veicular signos distintos daqueles produzidos pelos canais de massa. Incorporavam o verdadeiro exercício do direito democrático a informação do universo da comunicação como coisa pública.

A música foi um dos principais elementos de expressão cultural da década de 1980, constituindo-se em um instrumento de contestação, reivindicação e inconformismo da sociedade. Essa expressão cultural fez com que a população pensasse na situação política e social do País, não apenas em suas relações pessoais. Movida pelo rock, gênero musical que mais se identifica com os anos 1980, a indústria fonográfica se transformou e passou a investir nesse novo ritmo que, com recursos tecnológicos e guitarras elétricas, exprimiu os

sentimentos e valores da classe média e dos jovens, principalmente. A partir de então, o rock nacional se consolidou e conquistou uma grande parcela do mercado musical brasileiro, sempre interagindo com a sociedade.

Os anos 1980 marcaram a participação da juventude nos destinos do País. A repressão dos anos anteriores, a falta de acesso a informações, a censura a livros, discos e filmes não enterraram uma geração, mas, pelo contrário, criaram um momento de mudança, de desafio, de contestação. A música foi uma das formas de expressão desses sentimentos. Para Alexandre (2002, p. 6) “[...] fica claro que a chamada geração 80 marcou um momento histórico da música brasileira, o evento mais feliz de nossa indústria cultural desde sempre”.

A música *Inútil* (1983), do Ultraje a Rigor,³⁰ demonstrava a frustração e a decepção da sociedade brasileira com o momento que o País vivia. Segundo Alexandre (2002), ela foi tocada em todos os grandes comícios das “Diretas Já”,³¹ tornando-se, ao mesmo tempo, a esperança de mudança e a frustração pela derrota da emenda Dante de Oliveira.³² *Inútil* mostrava que a situação não era apenas resultado das ações (ou falta delas) dos políticos, mas também do povo, da sociedade que, reprimida por muitos anos, retornava à cena política,

A gente não sabemos escolher presidente
 A gente não sabemos tomar conta da gente
 A gente não sabemos nem escovar os dentes
 Tem gringo pensando que nós é indigente

Inútil
 A gente somos inútil

A gente faz carro e não sabe guiar
 A gente faz trilho e não tem trem para botar
 A gente faz filho e não consegue criar
 A gente pede grana e não consegue pagar

³⁰ Formado por Roger Rocha Moreira, Edgard Scandurra, Maurício Rodrigues e Leôspa.

³¹ Movimento pelas eleições diretas para presidente da República nos primeiros anos da década de 1980.

³² Que instituíra eleições diretas no Brasil e foi rejeitada pelo Congresso Nacional em 25-4-1984.

A gente faz música e não consegue gravar
 A gente escreve livro e não consegue publicar
 A gente escreve peça e não consegue encenar
 A gente joga bola e não consegue ganhar

Outro rock brasileiro que retratou bem os anos 80, lembra o autor, foi a música *Proteção* (1984), do Plebe Rude,³³ que questionava a ação da polícia e do Exército que, ao invés de protegerem a sociedade, passaram a ser temidos por ela, invertendo seu papel em prol das imposições do Governo. Mais uma vez a música refletiu o contexto da sociedade brasileira, suas inquietações e busca pelas mudanças,

Será verdade, será que não
 Nada do que posso falar
 E tudo isso pra sua proteção
 Nada do que posso falar
 A PM na rua, a guarda nacional
 Nosso medo suas armas, a coisa não tá mal
 A instituição esta aí para a nossa proteção

Pra a sua proteção

Tanques lá fora, exército de plantão
 Apontados aqui pro interior
 E tudo isso para sua proteção
 Pro governo poder se impor

A PM na rua, nosso medo de viver
 Um consolo é que eles vão me proteger
 A única pergunta é: me proteger do quê?

Sou uma minoria mas pelo menos falo o que quero apesar da repressão

Tropas de choque, PMs armados
 Mantêm o povo no seu lugar
 Mas logo é preso, ideologias marcadas
 Se alguém quiser se rebelar

Oposição reprimida, radicais calados
 Toda a angustia do povo é silenciada
 Tudo pra manter a boa imagem do Estado!

Sou uma minoria mas pelo menos falo o que quero apesar da repressão

³³ Formado por Philippe Seabra, André Mueller, Gutje e Jander Bilaphra.

Armas polidas, os canos se esquentam
 Esperando a sua função
 Exército brabo e o governo lamenta
 Que o povo aprendeu a dizer não

Até quando o Brasil vai poder suportar?
 Código penal não deixa o povo rebelar
 Autarquia baseados em armas não dá
 E tudo isso é para a sua segurança

Para a sua segurança

O Plebe Rude (1986) conseguiu, em sua música, *Até Quando Esperar*, expressar a falta de escolhas da sociedade e a falta de liberdade, que se sustentava pela desigualdade e presença de privilégios. A esperança de uma sociedade mais justa era depositada na “ajuda de Deus” e não na igualdade de oportunidades:

Não é nossa culpa nascemos já com uma bênção,
 mas isso não é desculpa pela má distribuição.
 Com tanta riqueza por aí onde é que está cadê sua fração, [...] até quando esperar.

[...] até quando esperar, a plebe ajoelhar esperando ajuda de Deus,

Posso vigiar teu carro, te pedir trocados, engraxar seus sapatos, [...] Sei, não é nossa culpa nascemos já com uma bênção, mas isso não é desculpa pela má distribuição.

A descentralização da política e do poder foi uma temática reconhecida nas produções musicais do período. Em *Selvagem* (1986), executada por Herbert Vianna, João Barone e Bi Ribeiro, do Paralamas do Sucesso, todos os grupos urbanos, as minorias, inclusive, apresentam “suas armas”:

A polícia apresenta suas armas: escudos transparentes, cassetetes, capacetes reluzentes e a determinação de manter tudo em seu lugar.
 O governo apresenta suas armas: discurso reticente, novidade inconsistente e a liberdade cai por terra aos pés de um filme de Godard.
 A cidade apresenta suas armas: meninos nos sinais, mendigos pelos cantos, e o espanto está nos olhos de quem vê o grande monstro a se criar.
 Os negros apresentam suas armas: as mãos calejadas, as marcas nas costas e a esperteza que só tem que tá cansado de apanhar (FURTADO, 1997, p. 138).

O Barão Vermelho³⁴ lançou, em 1983, uma música que representaria toda a esperança do País pelo fim da ditadura, a busca e a reação da sociedade aos desmandos do Governo autoritário. *Pro dia nascer feliz*, trouxe à tona o incoformismo da população que viria a se consolidar na campanha das “Diretas Já”:

Estamos, meu bem, por um triz
 Pro dia nascer feliz
 Pro dia nascer feliz
 O mundo acordar
 E a gente dormir

Pro dia nascer feliz
 Essa é a via que eu quis

Nadando contra a corrente
 Só pra exercitar
 Todo o músculo que sente
 Me dê de presente o teu bis
 Pro dia nascer feliz

O autoritarismo e a repressão também receberam críticas emblemáticas em *Ideologia* (1988), de Cazuzza, que demonstra a insatisfação com a situação vigente:

Meu partido
 É um coração partido
 E as ilusões estão todas perdidas
 Os meus sonhos foram todos vendidos
 Tão barato que eu nem acredito
 Eu nem acredito
 Que aquele garoto que ia mudar o mundo
 Freqüenta agora as festas do “Grand Monde”

Meus heróis morreram de overdose
 Meus inimigos estão no poder
 Ideologia
 Eu quero uma pra viver
 [...]
 Pois aquele garoto que ia mudar o mundo
 Agora assiste a tudo em cima do muro
 [...] (CAZUZA, 1988).

³⁴ Grupo, nesse período, formado por Guto Goffi, Maurício Barros, Roberto Frejat, Dé e Cazuzza.

O Capital Inicial³⁵ (1986) teve sua música *Veraneio Vascaína* censurada por expressar uma direta crítica à ação da polícia, dos militares e dos órgãos de repressão, que atuavam protegidos pela legislação vigente:

Cuidado, pessoal, lá vem vindo a veraneio
Toda pintada de preto, branco, cinza e vermelho
Com números do lado, e dentro dois ou três tarados
Assassinos armados e uniformizados
Veraneio Vascaína vem dobrando a esquina

Se eles vêm com fogo em cima é melhor sair da frente
tanto faz, ninguém se importa se você é inocente
Com uma arma na mão eu boto fogo no país
E não vai ter problema, eu sei, estou do lado da lei.

O Titãs³⁶ lançou, em 1986, *Cabeça Dinossauro*, um disco que se tornou referência para a década, pois as músicas abordaram vários problemas do País e da sociedade brasileira. Em *Porrada, Polícia e Estado Violência*, eles expressaram uma crítica à situação sociopolítica, caracterizada por desigualdades sociais, privilégios, falta de oportunidades, repressão, censura, imposição do poder e luta pela liberdade:

Porrada

Nota dez para as meninas da torcida adversária
Parabéns aos acadêmicos da associação
Saudações para os formandos da cadeira de direito
A todas as senhoras muita consideração

Porrada Nos caras que não fazem nada.

Medalhinhas para o presidente
Condecorações aos veteranos
Bonificações para os bancários
Congratulações para os banqueiros

Porrada Nos caras que não fazem nada.

³⁵ Formado por Fê e Flávio Lemos, Loro Jones e Dinho Ouro Preto.

³⁶ Conjunto formado por Nando Reis, Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Toni Belotto.

Polícia

Dizem que ela existe para ajudar
 Dizem que ela existe para proteger
 Eu sei que ela pode te parar
 Eu sei que ela pode te prender
 Polícia para quem precisa
 Polícia para quem precisa de polícia.

Dizem pra você obedecer
 Dizem pra você responder
 Dizem pra você cooperar
 Dizem pra você respeitar

Estado Violência

Estado violência
 Estado hipocrisia
 A lei que não é minha
 A lei que eu não queria

Homem em silêncio
 Homem na prisão
 Homem no escuro
 Futuro da nação

Estado Violência
 Deixem-me querer
 Estado Violência
 Deixem-me pensar
 Estado Violência
 Deixem-me sentir
 Estado Violência
 Deixem-me em paz

Em *AA UU, Dívidas e Tô Cansado*, fica evidente a falta de liberdade de expressão, a crise econômica e a angústia da sociedade por um situação que perdura por longos anos:

AA UU

AA UU AA UU
 AA UU AA UU
 Estou ficando louco de tanto pensar
 Estou ficando rouco de tanto gritar

AA UU AA UU
 AA UU AA UU
 Eu como, eu durmo, eu durmo, eu como
 Eu como, eu durmo, eu durmo, eu como
 Está na hora de acordar
 Está na hora de deitar
 Está na hora de almoçar
 Está na hora de jantar

AA UU AA UU
 AA UU AA UU
 Estou ficando cego de tanto enxergar
 Estou ficando surdo de tanto escutar

Dívidas

Meu salário
 Desvalorizou
 Dívidas, juros, dividendos
 Credores, credores, credores
 Agora é assim
 Senhores, senhores, senhores
 Tenham pena de mim

Muito já gastei
 Vivi como rei
 Diversões, luxo, divertimento
 Credores, credores, credores
 Agora é assim
 Senhores, senhores, senhores
 Fiquem longe de mim.

Tô Cansado

Tô cansado de me dar mal
 Tô cansado de ser igual
 Tô cansado de moralismo
 Tô cansado de bacanal
 Tô cansado
 Tô cansado

Tô cansado de trabalhar
 Tô cansado de me ferrar
 Tô cansado de me cansar
 Tô cansado de descansar

A busca da sociedade pelos valores democráticos, igualdade e liberdade também foi retratada em *Comida* (1987), música em que os Titãs fazem uma crítica ao modelo vigente de

organização da sociedade brasileira, além de novas reivindicações políticas, abordando temas sociais, culturais e econômicos:

a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte.
 [...] a gente quer comer e quer fazer amor.
 [...] a gente não quer só dinheiro, a gente quer dinheiro e felicidade.
 [...] a gente quer prazer para aliviar a dor.
 [...] a gente quer saída para qualquer parte (FURTADO, 1997).

Segundo Paiva (1987), a música, principalmente através do rock, foi um espaço democrático, contestador e questionador que envolveu diversas questões nacionais, como pode ser percebido na música *Geração Coca-Cola*, do grupo Legião Urbana.³⁷

Quando nascemos fomos programados
 A receber o que vocês nos empurraram
 Com os enlatados dos EUA, de 9 as 6
 Desde pequenos nós comemos lixo
 Comercial e industrial
 Mas agora chegou a nossa vez
 Vamos cuspir de volta o lixo em cima de vocês

Somos os filhos da revolução
 Somos burgueses sem religião
 Nós somos o futuro da nação
 Geração coca-cola
 Depois de vinte anos na escola
 Não é difícil aprender
 Todas as manhãs do seu fogo sujo
 Não é assim que tem que ser?
 Vamos fazer nosso dever de casa
 E aí então, vocês vão ver
 Suas crianças derrubando reis (apud PAIVA, 1987, p. 136).

O Legião Urbana (1986, 1987), em duas de suas músicas, *Que país é esse?* e *Tempo Perdido*, retrata pontos distintos da sociedade brasileira nos anos 1980. Na primeira, faz uma crítica à falta de ética e moral tanto dos bandidos quanto dos políticos e evidencia nossa dependência externa; na segunda, expressa a esperança de uma sociedade que, apesar dos problemas, vai “Sempre em frente”, em busca de um país mais justo,

³⁷ Formado por Dado Villa-Lobos, Renato Russo e Marcelo Bonfá.

Que país é esse?

Nas favelas, no senado
 sujeira pra todo lado
 ninguém respeita a constituição
 mas todos acreditam no futuro da nação

que país é esse

terceiro mundo se for
 piada no exterior
 mas o Brasil vai ficar rico
 vamos faturar um milhão
 quando vendermos todas as almas
 dos nossos índios no leilão.

Tempo Perdido

Todos os dias quando acordo,
 Não tenho mais o tempo que passou
 Mas tenho muito tempo:
 Temos todo o tempo do mundo.

Todos os dias antes de dormir,
 Lembro e esqueço como foi o dia:
 ‘Sempre em frente,
 não temos tempo a perder’.

Não tenho medo do escuro, mas deixe as
 luzes acesas agora.
 O que foi escondido é o que se escondeu
 E o que foi prometido,
 ninguém prometeu,
 Nem foi tempo perdido;
 Somos tão jovens.

O rock dos anos 80 representou a insatisfação da sociedade com a situação do País, a ditadura e a impossibilidade de acesso aos meios de comunicação que, naquele período, eram dominados, segundo Juça (2001), pela Música Popular Brasileira (MPB) clássica³⁸ e pela Jovem Guarda.³⁹ Os grupos que surgiram⁴⁰ romperam com as exigências formais de um País

³⁸ Maria Bethânia, Gal Costa, Chico Buarque, Milton Nascimento, Caetano Veloso, João Bosco, Elis Regina, Ivan Lins e Gonzaguinha.

³⁹ Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Vanderléia.

⁴⁰ Lobão, Blitz, Legião Urbana, Paralamas do Sucesso, Titãs, Kid Abelha, Lulu Santos, Barão Vermelho, Cazuza, Camisa de Vênus, Celso Blues Boys, Capital Inicial, Plebe Rude, entre outros.

sob domínio autoritário e passaram a questionar, ampliando seu espaço de ação que, ao invés de se restringir apenas ao Sudeste, incorporou movimentos de diversas outras partes do Brasil.

Com o seu grande alcance junto a todas as camadas da sociedade e sua capacidade de despertar as mesmas emoções e sentimentos em indivíduos de diversas localidades, a música é uma forma de politizar a sociedade. Ela se consolidou como um elemento de construção da sociedade brasileira, confirmando a idéia de Juça (2001, p. 135) de que “A arte é o maior instrumento de inovação e interação entre todas as contradições. É também uma das principais alavancas do desenvolvimento social”.

Os temas e representações culturais são elementos importantes para se entender a problemática política e social de qualquer período da história de um país. Expressam e dão publicidade a todos os processos e ações no interior da sociedade. Analisando o cenário cultural brasileiro da década de 1980, Furtado (1997) argumenta que ele passou de uma postura rural, interiorana e primitiva, para uma tendência urbana, em que a urbanização, a industrialização e a globalização passaram a dominar o cenário social. Com isso, o estilo de vida e os conceitos políticos e institucionais se alteram, demonstrando a relação direta entre cultura e sociedade.

Em relação ao aspecto econômico, não podemos negar sua interdependência com a cultura, pois, paralelo ao capital econômico, está o capital cultural de uma sociedade. No entanto, a produção cultural não está subordinada à economia; é autônoma em suas práticas específicas por meio de uma dinâmica interna, processos e princípios próprios, atuando em parceria e não subordinada às práticas econômicas. O capital cultural tem sua própria estrutura de valor, independente do capital econômico. A cultura possui uma lógica própria, pela qual os bens culturais não podem, simplesmente, ser trocados por dinheiro, pois o seu valor social não está vinculado diretamente ao seu valor econômico, mas à influência que demarca e impõe à sociedade.

A cultura é um instrumento para o desenvolvimento de qualquer país, pois as sociedades não são apenas números, como apresentam a maioria das análises econômicas, mas também os sentimentos, as reações e a liberdade de ação das pessoas.

3.2 MOVIMENTOS POPULARES E SOCIAIS: A SOCIEDADE EM AÇÃO

O final dos anos 1970 e os anos 1980 foram um dos períodos mais importantes da história do Brasil, no que diz respeito às lutas, movimentos e novos projetos sociais. A rearticulação da sociedade civil e a união das forças de oposição política levaram à sociedade um clima de esperança, de necessidade da retomada da democracia e da participação de todos nas decisões sociais e políticas. O povo passou a acreditar que, organizado, poderia promover mudanças, tornando-se um sujeito histórico fundamental na transição democrática. Para Gohn (1995), a década de 1980 foi o período mais repleto de movimentos e lutas no Brasil, devido à intensa movimentação social, às mudanças na conjuntura política e econômica e pela dimensão dos problemas sociais. As lutas tomaram características de agitação popular, com greves e saques ao comércio, demonstrando o descontentamento da sociedade e a necessidade de mudanças.

Nesta seção, vamos fazer uma análise dos movimentos sociais e populares da década de oitenta, excluindo o movimento sindical por este merecer uma análise específica. Os movimentos reivindicatórios ocorreram, principalmente, no meio urbano e alteraram o enfoque econômico dominante, apresentando um sensível aumento da participação popular, com o povo assumindo seu papel de sujeito histórico. Acreditamos que, na década de oitenta, a sociedade não lutou apenas por melhorias econômicas, mas por melhores condições de vida, por liberdade e democracia.

Segundo Doimo (1995), os movimentos sociais no Brasil, após os anos setenta, pautaram-se, principalmente, sobre as carências de sobrevivência imediata da população. Porém, a reflexão teórica produziu diversas interpretações que buscaram identificar qual seria a natureza desses novos movimentos, quais suas chances de sobrevivência e continuidade. Até meados dos anos 1980, os movimentos sociais tinham o *status* de sujeitos capazes de provocar a ruptura da estrutura capitalista, em prol da autonomia e dos direitos. A partir da segunda metade da década, por meio de um pacto entre as elites políticas, os movimentos atuaram pela ampliação dos direitos de cidadania, ao invés das radicais mudanças estruturais das relações capitalistas. A análise da autora nos mostra a mudança de atuação e a importância dos movimentos sociais na década de 1980, que deixaram sua roupagem econômica dominante e passaram a atuar sob o enfoque heterogêneo na sociedade, baseando-se na sua força como sujeito social e histórico:

[...] a novidade fundamental dos novos impulsos movimentistas da sociedade contemporânea está precisamente no fato de se originarem fora da esfera produtiva e dos canais convencionais de mediação política, em espaços fortemente marcados por carências referidas ao vertiginoso crescimento e crise do Estado capitalista (DOIMO, 1995, p. 50).

Os movimentos sociais populares na década de 1980, no Brasil, não buscaram unicamente melhorias econômicas, mas clamavam por “[...] democracia de base e direta e pela ampliação dos direitos de cidadania, especialmente no plano social” (DOIMO, 1995, p.63).

Coelho (1996) acredita que os movimentos sociais urbanos, no fim dos anos 1970 e início dos 1980, definiram suas lutas e construíram sua identidade social, assumindo sua dimensão urbana, tanto no enfrentamento dos Governos locais quanto na possibilidade de atendimento das expectativas da população. Organizaram-se federações estaduais e municipais de associações de moradores que tinham o Estado como seu opositor e, ao mesmo

tempo, único interlocutor. Esses movimentos trabalhavam como se fossem alternativas ao poder político, pois o Estado era visto como inimigo, não como parceiro, por não atender às demandas coletivas pelo fim das desigualdades sociais. Sendo assim, os movimentos sociais urbanos se constituíram no sujeito social da democratização da gestão urbana.

Na análise de Cardoso (1995), os movimentos populares de reivindicação urbana ganharam nova roupagem e se expandiram nos anos 1980, mostrando grande vitalidade. Essa situação pode ser representada pela expansão da literatura produzida por eles, pelo grande aumento de Organizações Não-Governamentais (ONGs) que os assessoravam, pela extensão e vitalidade da rede que os unia e pela ampliação dos órgãos colegiados com participação popular nas administrações públicas. Os movimentos aumentaram sua estrutura e mudaram seu perfil tornando-se setoriais,⁴¹ porém mantiveram-se interligados numa rede solidária, sustentada por alguma igreja ou pelas ONGs. Por meio de pródigos movimentos civis, os segmentos da sociedade marcaram seu espaço e se fizeram presentes nesse período, apesar da criação de canais institucionais destinados a cooptar a vontade civil.

Cardoso (1995) argumenta ainda que a participação popular aumentou sensivelmente nos anos 1980, abrindo novos canais de diálogo entre o Estado e a Sociedade, fazendo com que suas demandas ganhassem legitimidade e gerassem resultados. Novos atores foram incorporados à cena política trazendo uma visão renovada de justiça social. Esses movimentos alteraram as ações diretas de pressão sobre o Poder Executivo e a forma de apresentar e legitimar interesses coletivos diante do Poder Legislativo, representando indicadores de democratização das instituições políticas.

No universo dos novos movimentos sociais, a idéia do povo como sujeito de sua própria história adquiriu considerável força entre os anos 1970 e meados dos anos 1980, aparecendo intensamente no discurso de diversos atores sociais relevantes: a Igreja Católica, o

⁴¹ Saúde, moradia, transporte, saneamento etc.

ecumenismo, segmentos da intelectualidade acadêmica e agrupamentos de esquerda. Para Doimo (1995), esses atores, ao interpretarem as estruturas do período conectadas às influências européias do pensamento, estabelecendo um diálogo crítico com a autoritária política brasileira e resgatando e revalorizando diversos traços da cultura nacional, recuperaram a capacidade ativa do povo, colocando-o como centro da elaboração teórica e personagem central da vida política. Segundo a autora, em nenhum outro período, as idéias de povo e de participação popular tiveram tanta significação positiva no pensamento sociológico de esquerda. Inaugurou-se uma concepção centrada na capacidade ativa do povo, de que somente ele, de baixo para cima, poderia produzir as necessárias transformações históricas. Sendo assim, apartada do Estado, das instituições de representação política, das vanguardas e de qualquer controle centralizado, a voz do povo passou a ser ouvida na década de 1970 e se estendeu à década de 1980. Que “Década Perdida” foi essa na qual o povo readquiriu sua capacidade de participação ativa como sujeito histórico? Em que se colocou como motor das transformações essenciais em busca de uma sociedade mais igualitária e justa? Parece-nos mais uma década de mudanças e não perdida.

Os intelectuais conferiram legitimidade à nova concepção, o que fica claro na definição de sujeito coletivo por Sader (apud DOIMO, 1995, p.78): “[...] uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas”. A Igreja Católica contribuiu com sua própria institucionalidade organizativa, material e simbólica, influenciando diretamente as relações sociopolíticas. O ecumenismo secular e a nova esquerda também trabalharam em prol da afirmação do povo como sujeito de sua própria história, sujeito este que foi fundamental no novo contexto histórico de pressões sociais, apelos ideológicos e de esperança em busca da transformação social.

Segundo Gohn (1999), os movimentos sociais não servem apenas como indicadores das demandas da sociedade para o Governo, mas provocam um processo de alteração nas relações entre eles. Nos anos oitenta, esses movimentos foram um dos elementos responsáveis pelos avanços democráticos que a sociedade civil obteve. Eles alteraram as relações sociais autoritárias até então vividas, transformando-se em agentes políticos reconhecidos e responsáveis pelas mudanças. Isso pode ser percebido no retorno das eleições diretas em todos os níveis, na organização de categorias profissionais em sindicatos e associações e nas negociações para a nova Constituição. Para a autora, “A sociedade civil voltou a ter voz” e “[...] do ponto de vista político, a década não foi perdida. Ao contrário, ela expressou o acúmulo de forças sociais que estavam represadas até então, e que passaram a se manifestar” (1999, p. 58).

Caracterizando o período de 1975 a 1990, Doimo (1995, p.124) afirma que foi um

[...] tempo da ‘vez e voz do povo’, [quando] o sentido de povo é amplamente recuperado e reelaborado: de clientela cativa, passa a ser visto como aquele que não se deixa cooptar e manipular; de massa amorfa, torna-se um coletivo organizado e predisposto à participação continuada na luta por seus interesses; de um ser subordinado ao Estado-nação e às vanguardas políticas, brota o ser autônomo e independente; de mero objeto das instituições de representação política, emerge o sujeito realizador da democracia de base e direta e propositor de políticas alternativas em torno dos direitos humanos e sociais.

O povo tornou-se capaz de se opor ao autoritarismo político e à repressão social, ao mesmo tempo em que reivindicava mudanças e melhorias sociais. A luta também foi por direitos políticos, pois se acreditava que, sem instituições políticas fortes e democráticas, o País não se transformaria.

Os anos 1980 são fundamentais para a compreensão da construção da cidadania do povo brasileiro. A eclosão de inúmeros movimentos sociais em todo o País, abrangendo diversas e diferentes temáticas e problemáticas ratificam essa afirmativa. O período, que ficou

conhecido como “Década Perdida” em termos econômicos, foi altamente positivo tanto política como culturalmente. “A década de 80 foi extremamente rica do ponto de vista das experiências político-sociais” (GOHN, 1995, p. 123). Para demonstrar a efervescência dos movimentos, lutas e eventos do período, Gohn (1995, p. 116-122, 127-141) realizou um levantamento de dados que confirma as ações da sociedade como sujeito social de mudanças:

ANO – 1979

- Movimento dos Transportes Coletivos: aconteceu em diversas cidades do país devido ao aumento de preços e ao não atendimento das necessidades da população. Demonstrou aos trabalhadores o poder da estrutura de circulação, até então desconhecido;
- Criação do Movimento dos Sem-Terra: iniciou-se em Santa Catarina e se transformou na principal luta pela terra no campo, progressivamente foi se vinculando às orientações da CUT;
- Movimento das Favelas: centralizado em São Paulo e Belo Horizonte acabou afetando todo o país, as reivindicações eram por melhores condições de vida e posse da terra. Alterou o tratamento dispensado aos favelados, que inicialmente eram considerados marginais, e de uma política de combate às favelas passou-se ao diálogo e as negociações.

ANO – 1980

- Criação da Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais – ANAMPOS;
- Criação do Partido dos Trabalhadores, recriação do MDB, e outros partidos nacionais: a vida político-partidária do país foi rearticulada com o pluripartidarismo.

ANO – 1981

- Movimento dos trabalhadores para a construção de Centrais Sindicais: uma nova fase do sindicalismo brasileiro se iniciava com a realização, em São Paulo, da Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), de onde surgiram as propostas para a CGT e a CUT;
- Movimento Assembléia do Povo: originado em Campinas (SP) e com base na atuação de moradores das favelas, serviu de modelo para atuação de outros movimentos no país. Foi um dos primeiros movimentos a realizar negociações com o poder público Executivo e Legislativo.

ANO – 1982

- Criação da Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM): passou a reunir todas as Sociedades Amigos de Bairros e outros movimentos sociais com reivindicações locais, por bens e equipamentos coletivos urbanos;
- Criação da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT): reuniu as forças do sindicalismo brasileiro de tendência moderada, apoiada, principalmente, pelo PMDB e PCB.

ANO – 1983

- Movimento de Desempregados em São Paulo: foi o motivador de vários movimentos similares no país, lutando por empregos e frentes de trabalho. Gerou ações que até então não se tinha conhecimento no país, tais como ocupações de órgãos públicos e os acampamentos;
- Onda de Saques em Supermercados e Lojas: ocorridos no Rio de Janeiro e São Paulo representaram a revolta popular frente a situação econômica, política e social;
- Criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT): novas propostas para o sindicalismo e novas formas de fazer política eram o objetivo desta Central. Ligada diretamente ao PT era crítica em relação às correntes tradicionais da esquerda;
- Primeiro Encontro Nacional dos Sem-Terra dos Estados do Sul: definiu as diretrizes básicas do movimento, colocando a ocupação de terras como uma das principais formas de fazer pressão pela reforma agrária.

ANO – 1984

- Movimento Diretas-Já: movimentou todo o país com o objetivo de restabelecer a democracia através das eleições diretas para Presidente da República;
- Criação do Movimento dos Mutuários do Banco Nacional de Habitação (BNH): gerado pela impossibilidade dos mutuários em quitar suas prestações da casa própria devido as mudanças nas políticas econômicas e salariais;
- Movimentos dos Assentamentos Rurais: criado no rastro do desemprego no país, propunha criar frentes de trabalho agrícola que resolvessem os problemas da subsistência e moradia.

ANO – 1985

- Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: criou oficialmente, em âmbito nacional, o Movimento dos Sem-Terra. Foi elaborada uma pauta nacional de reivindicações cujo objetivo principal era uma reforma agrária sob o controle dos trabalhadores. Instituiu-se o lema ‘Terra não se ganha, se conquista’ como símbolo do movimento;
- Movimento pela Constituinte: resultado da conjuntura política nacional e da transição democrática, as leis da nação estavam defasadas e necessitavam de mudanças;
- Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR): primeiro interlocutor de âmbito nacional sobre a problemática, lutava pelos direitos de cidadania para crianças e adolescentes.

ANO – 1986

- Criação do Movimento dos Inquilinos Intranqüilos: centralizado em São Paulo abrangia basicamente a classe média que enfrentava os altos índices de aumento dos aluguéis e a baixa oferta de imóveis;
- Movimento dos Proprietários Locadores de Imóveis: movimento das elites, dos grandes proprietários imobiliários que se associaram para atuar junto aos órgãos governamentais.

ANO – 1987

- Criação da União dos Movimentos da Zona Leste de São Paulo: movimento popular mais forte e mais expressivo do final da década de 1980 em São Paulo, englobava várias lutas populares e se vinculava a Igreja Católica;
- Criação da União Democrática Ruralista (UDR): movimento das forças tradicionais de direita que visavam manter suas vantagens.

ANO – 1988

- Promulgação da Nova Constituição: a nova lei máxima do país foi promulgada com previsão de revisão em cinco anos, sua elaboração contou com diversos grupos organizados da sociedade civil e introduziu vários dispositivos de direitos sociais, como o plebiscito, o referendo e a participação popular;
- Movimento em Defesa da Escola Pública: retomou os movimentos na área da educação dos anos 1930 e 1950, surgiu a partir da necessidade de elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, devido à Constituinte.

ANO – 1989

- Criação da Pró-Central dos Movimentos Populares: surgiu a partir da ANAMPOS e era bem próxima do PT e da CUT, sua proposta básica era se tornar uma Central dos movimentos populares, articulando suas lutas e tornando-se uma referência nacional;
- Recriação do Movimento pela Reforma Urbana: foi retomado na década de 1980 devido às invasões de terras urbanas e ganhou força em 1988 com a necessidade de elaboração de uma nova Lei de Desenvolvimento Urbano, que contou com a participação ativa dos movimentos sociais organizados de luta pela moradia em todo o país.

Analisando os movimentos reivindicativos, Doimo (1995) argumenta que, apesar de seu caráter diverso, fragmentado e localizado, apresentaram certos níveis de regularidade, homogeneidade e continuidade, durante o período de 1975 a 1990. Essa evolução é outra constatação importante da força e presença da sociedade na definição do destino e dos caminhos tomados pelo Brasil na década de 1980. O Movimento de Moradia (MOM) teve seu

início nos anos 1960, fortaleceu-se nos anos 1970 e no final da década de 1980 ganhou dimensão nacional, lutando pela aprovação de um projeto de lei de iniciativa popular referente a um possível fundo nacional de moradia popular e visando a alterações na legislação relativa ao solo urbano e à moradia popular. O Movimento de Luta Contra o Desemprego (MCD) galgou considerável crescimento até metade da década de 1980, fortemente baseado na Igreja Católica e secundariamente pelas ONGs. O Movimento de Saúde (MOS) nasceu na década de 1970 e se firmou na década de 1980, inclusive articulando-se nacionalmente. Em seu início, abraçou uma tendência baseada nas pastorais de saúde da Igreja Católica. Ao longo dos anos 1980, firmou-se por meio do movimento de reforma sanitária, que visava a definir novos rumos às políticas sociais de saúde e do movimento popular de saúde, que lutava pela organização de redes movimentalistas locais com práticas autônomas e independentes. O Movimento de Transporte Coletivo (MTC) teve ramificações por todo o território nacional e interagiu ativamente com a esfera institucional, tendo uma participação menor da Igreja e maior de militantes da esquerda. Iniciou-se em meados dos anos 1970 e alcançou seu momento mais expressivo em meados dos anos 1980, influenciando inclusive a Constituinte.

Os movimentos sociais e populares urbanos fazem parte do contexto brasileiro da redemocratização, dando sustentação ao processo. Eles não só questionaram a passividade da sociedade em frente a um Estado autoritário, mas buscaram novos espaços para a atuação política, incluindo o povo no contexto. Nesse sentido, Barreira (1992) argumenta que foi possível, na década de 1980, as donas-de-casa, os favelados e os moradores em geral reclamarem melhores condições de vida, não apenas como reconhecimento de sua precária situação social, mas percebendo a realidade social do País e sua possibilidade de participação. Atuando como atores políticos, os movimentos sociais criaram na sociedade, além da consciência de seus direitos, um sentimento de cidadania, pelo qual o povo passou a participar das decisões sobre seu futuro.

Esses movimentos representaram a reação da sociedade em busca de melhorias para sua sobrevivência imediata no espaço urbano: falta de moradia, desemprego, déficit de saúde pública e precariedade de transporte coletivo, além de demonstrarem diferentes condutas, diretamente relacionadas com o momento histórico-político vigente. Para Doimo (1995), no final da década de 1970, no fim do regime militar, as mobilizações funcionaram como meio de pressão sobre o sistema de decisões, mobilizando os ânimos por transformações estruturais; na década de 1980, período da abertura política e consolidação democrática, os movimentos visavam a reformas e readequações estruturais, requisitando o Estado como provedor em prol de respostas positivas às demandas coletivas. Levando em consideração que esses movimentos tiveram uma atuação ampliada, reivindicando, por um lado, postos de saúde, linhas de ônibus, glebas de terra, casas populares e frentes de emprego e, por outro, também tocando na institucionalização de políticas públicas, como o seguro desemprego, reforma urbana, descentralização da saúde e estatização dos transportes urbanos, além de mexer com o sistema de representação de interesses, lutando pela criação dos conselhos na área de saúde e pela criação do fundo de moradia popular, não podemos considerá-los como simples reação ao regime militar ou movimentos de cunho econômico. Foram, na verdade, movimentos transformadores de uma sociedade insatisfeita em busca de dias melhores, quando o povo assumiu seu papel de sujeito histórico.

Barreira (1992) acredita que uma das características fundamentais dos movimentos urbanos é a criação de um espaço político, espaço diferente dos utilizados pelos partidos políticos e governantes, pois é compartilhado coletivamente pelo povo. Com esse enfoque, a política não pode ser entendida separada da sociedade, pois, quando a sociedade passa a conhecer seus direitos e reivindicá-los, questiona o sistema vigente por meio de diversas manifestações, os movimentos sociais e populares. Esse processo pode ser identificado na década de 1980, quando a relação entre o Poder Público e a sociedade civil mudou de um

enfoque assistencialista (ações emergenciais e específicas) para um enfoque que a autora chama de confronto, no qual não se busca uma ajuda para os momentos difíceis, mas se reivindicam direitos.

O grande avanço provocado pelos movimentos sociais na década de 1980, para Gohn (1999), foi a conscientização da sociedade de que ela tem o direito de participar de todas as questões que lhe dizem respeito. Dessa forma, além das conquistas materiais, o povo conquistou o direito de se pronunciar (concordando ou discordando) nas decisões do Governo e, a partir de então, a sociedade assumiu uma postura ativa mudando sua relação com a esfera pública.

3.3 MOVIMENTO SINDICAL: DA ESTRUTURA OFICIAL À AÇÃO POLÍTICA

Nesta seção, vamos analisar as transformações do movimento sindical na década de 1980, que fizeram com que os sindicatos deixassem a tutela do Estado para à efetiva ação política. Passando pelo processo de formação das Centrais Sindicais e pelo movimento de diversificação e incremento no número de sindicatos, discutiremos a importância das organizações de trabalhadores nas transformações da sociedade brasileira.

A crise econômica e a lenta transição do autoritarismo para a democracia foram, durante essa década, os germes da reação sindical que buscaram respostas a dois desafios: construir poder e ganhar espaço no regime democrático em formação e redesenhar as relações com um Governo em crise. Para Almeida (1995, p. 172), o período delimitou uma “[...] década de mutação do sistema de intermediação de interesses [...]”, com um declínio do corporativismo do Estado e o surgimento de um padrão organizatório híbrido, com grandes doses de pluralismo. As organizações deixaram de ser dependentes e influenciadas pelo Estado, para se tornarem independentes e influenciarem o Estado. Até então, o Estado tinha a

tutela sobre as organizações garantida por lei, tanto no período democrático quanto no autoritário, facilitando a cooptação dos líderes ou a parceria política entre as entidades e o Governo, permitindo que os Governos tivessem o controle político total das associações. As novas associações civis flexibilizaram o sistema existente cumprindo funções que os organismos oficiais não desempenhavam e, junto com os sindicatos, federações e confederações, constituíram o híbrido sistema de intermediação de interesses no Brasil dos anos 1980.

Os anos 80 não foram uma década perdida para a organização dos interesses presentes na sociedade brasileira. Muito ao contrário, foram tempos de dinamismo e inovação. O universo dos interesses organizados expandiu-se tanto no meio urbano quanto no rural, envolvendo empresários e empregados, trabalhadores braçais e assalariados de colarinho branco, servidores do Estado e contratados da iniciativa privada, moradores da periferia pobre e de bairros de classe média, clientelas de políticas sociais, mulheres, grupos étnicos e minorias sexuais [...] o movimento sindical tornou-se uma presença social e política relevante, que devia ser levada em consideração pelas demais forças atuantes na cena nacional (ALMEIDA, 1995, p.171, 186).

Almeida (1995) continua sua análise argumentando que o movimento foi de massa, apesar de manter organizado apenas uma pequena parcela dos trabalhadores, demonstrando que a vida sindical era uma experiência compartilhada por pequena parcela do segmento assalariado nacional. Analisando essas informações, não podemos perder de vista as características do sistema corporativista brasileiro, no qual os sindicatos, de alguma forma, estavam ligados ao Governo. Nesse contexto, o nível de sindicalização não representava fielmente a força da organização e a capacidade de mobilização que, no caso do Brasil, era muito superior ao número de filiados aos sindicatos. Mesmo assim, os números do movimento sindical são significativos. Em 1960, os sindicatos organizavam 1,5 milhão de pessoas apenas nas cidades; em 1988 já eram 15 milhões de pessoas, das quais 8,3 milhões no meio rural. Segundo a autora, o sindicalismo do período de transição democrática sustentou-

se em três pilares: os empregados das indústrias de metal-mecânica modernas, os trabalhadores rurais e os servidores públicos, que objetivavam negociações coletivas livres, confronto com o Governo autoritário e desvinculação das associações representativas do Estado. Outra grande inovação, na esfera sindical, nos anos 1980, foram as centrais sindicais, que surgiram devido às condições políticas e econômicas do País e pelas disputas no seio do sindicalismo ativo. No entanto, apesar das centrais e suas atuações, o sistema continuou descentralizado, com os sindicatos concentrando grande poder financeiro e de mobilização.

Em resumo, a década foi um período de construção institucional que ainda não se encerrou. O movimento sindical de trabalhadores acumulou um poder sem precedentes transformando-se em força política reconhecida pelos governantes, lideranças políticas e empresariais (ALMEIDA, 1995, p.190).

A estrutura sindical brasileira, que vigorou até o final dos anos 1980, foi construída a partir da década de 1930. Segundo Carvalho (1995), era uma estrutura corporativista e o Estado mantinha o controle sobre o movimento operário por meio de suas organizações. O reconhecimento do sindicato pelo Estado, legalmente obrigatório, não lhe dava o direito de representar política e economicamente a classe, mas de funcionar como uma entidade de utilidade pública e de colaboração, exercendo funções meramente assistenciais. A promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943, ratificou o poder absoluto do Estado sobre os sindicatos. A ele cabia reconhecê-los e enquadrá-los, disciplinar e controlar seus estatutos e eleições, finanças e gastos, além de determinar os direitos e deveres das organizações, inclusive as punições em caso de desobediência. Os principais instrumentos legais utilizados para manter essa dependência eram: a Carta de Reconhecimento, a Unicidade Sindical, a Contribuição Social Compulsória (Imposto Sindical) e a tutela da Justiça do Trabalho sobre a ação reivindicatória.

No período de 1968-1978, de estabilidade da ditadura militar, o sindicalismo brasileiro funcionou como um sindicalismo de Governo, ou seja, era integrado ao Estado e se mantinha

sob o controle direto e estrito dos sucessivos Governos militares. Durante os anos 1980, houve um afrouxamento progressivo do controle governamental e parte significativa dos sindicatos oficiais passou a ser utilizada para organizar e dirigir a luta dos trabalhadores. Boito Júnior (1991) apresenta alguns marcos importantes desse processo: as grandes greves de massa no período de 1978-1980; a criação em 1983 da CUT; a política liberalizante, iniciada em 1985 no Governo Sarney, que aboliu o estatuto padrão, suspendeu o controle direto das Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) sobre as eleições sindicais e deixou de depor as diretorias sindicais que se opusessem à política econômica do Governo; e a promulgação da Constituição em 1988, que impediu a interferência do Governo na gestão dos sindicatos oficiais.

As principais correntes do sindicalismo brasileiro se consolidaram no período 1978-1980. A partir daí, surgiu a idéia de formação de uma organização nacional dos trabalhadores, independente da estrutura sindical.

Rodrigues (1991) nos apresenta o processo de formação dessas organizações. Durante a realização do V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais (CNTI), em julho de 1978, no Rio de Janeiro, ocorreram divergências entre os dirigentes dos sindicatos oficiais. Dessas divergências, surgiu um grupo,⁴² identificado como “sindicalistas autênticos”, que criticava os dirigentes do CNTI defendendo uma postura mais militante do sindicalismo. Ao final do encontro, divulgaram uma Carta de Princípios na qual reivindicavam a redemocratização do País a partir das seguintes medidas: eleição direta para presidente, governadores e senadores; convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte; revogação das leis de exceção; direito a greves sem restrições; livre negociação com os

⁴² Formado por Lula, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, João Paulo Pires de Vasconcelos, do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, Arnaldo Gonçalves, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Hugo Peres, da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, entre outros.

empregadores; substituição do contrato individual de trabalho pelo contrato coletivo, liberdade de filiação a organismos sindicais internacionais etc.

O movimento sindical passou a se movimentar em prol da construção de uma estrutura própria, afastada da estrutura sindical existente sob a égide do Governo. Nesse sentido, foram realizados vários encontros: o Encontro de João Monlevade (MG) em fevereiro de 1980; a reunião que adotou o nome de Encontro de São Bernardo, mas que se realizou em Taboão da Serra (SP), em julho de 1980, devido à intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo pelo Governo Federal; e o III Encontro Nacional de Articulação de Movimentos Populares (ENAMP), realizado em Vitória (ES), em junho de 1981. Em agosto de 1981, apesar das divergências existentes, todas as forças militantes do sindicalismo brasileiro⁴³ participaram, em Praia Grande (SP), de uma reunião que ficou conhecida como Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) que, entre suas várias reivindicações, elegeu uma Comissão Nacional Pró-CUT com o objetivo de preparar um congresso para 1982, no qual seria formada a Central Única dos Trabalhadores. O IV ENAMP,⁴⁴ realizado em Goiânia, em junho de 1982, centrou-se na luta pela criação da CUT pela base, evitando que se formasse uma central baseada apenas nos sindicatos da estrutura oficial. O congresso proposto para 1982 não se realizou, devido às divergências dos participantes da Comissão Pró-CUT. O bloco mais radical convocou então o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora,⁴⁵ para 1983, com o objetivo de formação oficial da CUT. A Central foi formada não apenas pelos sindicatos, mas também pelas oposições sindicais e associações profissionais não reconhecidas como sindicatos, objetivando ser reconhecida como órgão máximo de representação dos trabalhadores.

O grupo contrário também convocou seu CONCLAT para novembro de 1983 e elegeu

⁴³ 1.126 entidades e 5.247 delegados.

⁴⁴ Quando foi formada a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais – ANAMPOS.

⁴⁵ Também conhecido com CONCLAT.

uma Coordenação Nacional. Porém, só em março de 1986, três anos depois, em uma nova reunião nacional, formou-se a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), que manteve quase as mesmas reivindicações da CUT, no entanto mais moderada em sua formulação. Na CUT, juntaram-se os sindicalistas combativos,⁴⁶ militantes das oposições sindicais, a esquerda católica, os pequenos grupos de orientação marxista, leninista ou trotskista. Ligados à CGT ficaram o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Movimento Revolucionário (MR-8), os sindicalistas ligados ao PMDB e ao sindicato norte-americano. O sindicalismo brasileiro se reorganizou na década de 1980, e a formação das centrais sindicais foi uma expressão dessa organização e do espaço que o sindicalismo passou a ocupar na vida política e econômica do Brasil.

Entre 1979 e 1989, ocorreu um crescimento de cerca de 36% no número total de sindicatos, principalmente dos urbanos e de empregados (TABELA 6), enquanto cresceu cerca de 47% o número de pessoas associadas. Carvalho (1995) mostra que a População Economicamente Ativa (PEA), no mesmo período, cresceu 38%. Dessa forma, a sindicalização⁴⁷ teve um crescimento real de 2%, pois em 1979 era de 23% e em 1989 passou para 25%. Devemos salientar, para expor a importância desses dados, que o número de associados às entidades e a taxa de sindicalização constituem um importante indicador do grau de representatividade e da possibilidade potencial das entidades em termos de mobilização de seus segmentos.

⁴⁶ Ex-autênticos.

⁴⁷ O número de pessoas associadas em sindicatos em relação à PEA.

TABELA 6 - CRESCIMENTO DO NÚMERO DE SINDICATOS DE EMPREGADOS NA DÉCADA DE 1980, POR GRANDES REGIÕES (em %)

Centro-Oeste	92
Norte	45
Sudeste	34
Sul	34
Nordeste	20

Fonte: IBGE, apud Carvalho, 1995, p. 352

Podemos perceber que houve um relaxamento do controle do Estado sobre os sindicatos, mas, para Carvalho (1995), somente na Constituição de 1988, ocorreram alguns avanços significativos em relação às liberdades sindicais. Pelo Artigo 8^o, foi extinta a Comissão de Enquadramento Sindical, vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, que era a responsável por resolver questões relacionadas com a representação e base territorial, e revogou-se a Portaria Ministerial n^o 3.504, que atribuía a esse mesmo Ministério competência para expedir Carta de Reconhecimento Legal aos sindicatos e fornecer o código de arrecadação, recolhimento e distribuição do imposto Sindical.

Durante a transição democrática brasileira, manteve-se a exclusão de importantes segmentos sociais nas decisões adotadas, assim como indefinições em relação à democracia social. As pressões sociais expressas nas greves foram um dos processos mais utilizados pela sociedade para demonstrar sua insatisfação. Para Noronha (1991), esses movimentos se constituíram por uma heterogeneidade de demandas trabalhistas, descontentamento social e político, explosão de demandas não atendidas no período de ditadura e como estratégias de consolidação de novas lideranças sindicais. Em 1978, iniciou-se um ciclo de greves sem precedentes na história do País, que incluía categorias experientes e novatas nesse tipo de ação. De 118 greves deflagradas em 1978, o número chegou a 2.188 em 1987, e o número de

jornadas não trabalhadas⁴⁸ saltou de 1,8 milhão para 132 milhões, como pode ser observado nas tabelas a seguir:

TABELA 7 - NÚMEROS DE GREVES DE CATEGORIAS SELECIONADAS POR GRANDES SETORES – 1978, 1981, 1985 E 1987 (%)

	1978				1981			
	Público	Priva- do	Sem inform.	Total	Público	Priva- do	Sem inform.	Total
Trabalhadores da Indústria		78,0		78,0	2,0	30,0		32,0
Assalariados de Classe Média	5,1	2,5	1,7	9,3	22,7	5,3	12,0	40,0
Trabalhadores de Base em Serviço	1,7	6,8		8,5	2,0	8,7	0,7	11,3
Outros/Sem Informação		4,2		4,2		14,0	2,7	16,7
Total	6,8	91,5	1,7	100,0	26,7	58,0	15,3	100,0
Números Absolutos				118				150

	1985				1987			
	Público	Priva- do	Sem inform.	Total	Público	Priva- do	Sem inform.	Total
Trabalhadores da Indústria	2,7	41,2		43,9	3,7	33,8		37,5
Assalariados de Classe Média	20,5	6,6	0,3	27,4	28,2	8,2	0,3	36,7
Trabalhadores de Base em Serviço	8,0	15,7	1,4	25,1	6,4	19,1		25,5
Outros/Sem Informação		3,6		3,6		0,3		0,3
Total	31,2	67,1	1,7	100,0	38,3	61,4	0,3	100,0
Números Absolutos				927				2.188

Fonte: NEPP/UNICAMP, Pesquisa “Acompanhamento de Greves no Brasil”, apud Noronha, 1991, p. 129-134

⁴⁸ Indicador síntese de greves – representando a somatória do resultado da multiplicação do número de grevistas pelo número de dias parados de cada greve de um determinado ano ou período.

TABELA 8 - JORNADAS PERDIDAS POR GRUPO DE ATIVIDADES
1978, 1981, 1985 e 1987 (%)

	1978				1981			
	Público	Priva- do	Ambos	Total	Público	Priva- do	Ambos	Total
Trabalhadores da Indústria		48,8		48,8	0,7	19,7		20,3
Assalariados de Classe Média	23,9	23,7	2,2	49,8	51,8	1,8	9,1	62,7
Trabalhadores de Base em Serviço	0,1	1,0		1,1	1,4	4,1	0,3	5,8
Outros/Sem Informação	0,2		0,2		9,2	2,0	11,2	
Total	24,2	73,8	2,2	100,0	53,9	34,8	11,3	100,0
Nº Absolutos em milhões				1,9				7,0

	1985				1987			
	Público	Priva- do	Ambos	Total	Público	Priva- do	Ambos	Total
Trabalhadores da Indústria	0,5	13,3		13,8	1,4	7,8		9,2
Assalariados de Classe Média	58,1	1,8	2,8	62,6	67,5	3,4	4,9	75,8
Trabalhadores de Base em Serviço	15,1	4,7	3,3	23,1	11,4	3,5		14,9
Outros/Sem Informação	0,5		0,5		0,1		0,1	
Total	73,6	20,3	6,1	100,0	80,4	14,7	4,9	100,0
Nº. Absolutos em milhões				76,6				132,3

Fonte: NEPP/UNICAMP, Pesquisa “Acompanhamento de Greves no Brasil”, apud Noronha, 1991, p. 129-134

As greves da década de 1980 não se limitaram aos operários, mas também professores, médicos, motoristas, funcionários públicos, engenheiros e bancários protestaram contra baixos salários e demissões em massa, reivindicaram aumentos dignos, estabilidade de

emprego e reconhecimento de representações nos locais de trabalho. Rodrigues (1994) relata que, em 1984, com os conflitos de terra se tornando cada vez mais frequentes e violentos, ocorreu uma greve que mobilizou, pela primeira vez, 150 mil bóias-frias no interior de São Paulo (Guariba, Bebedouro e Sertãozinho), que ficaram parados por quatro dias reivindicando melhores salários e garantias de trabalho.

Segundo Noronha, Gebrin e Elias Júnior (1998), as greves desse período tiveram um comportamento cíclico de médio prazo, que pode ser subdividido em dois períodos: o de expansão, de 1978 a 1984, e o de explosão das greves, de 1985 a 1991 (TABELAS 9 e 10). Esses ciclos são explicados pelas mudanças expressivas nas conjunturas políticas e econômicas do País, mas também pelas características de nossa transição para a democracia, que implicou naturalmente mobilizações da opinião pública e incentivos à ação coletiva.

TABELA 9 - MÉDIA ANUAL DE GREVES NO BRASIL POR PERÍODOS POLÍTICO-ECONÔMICOS

Períodos	Média anual
1888-1900 Abolição – fim do século	2
1901-1914 Pré-guerra	9
1915-1929 Da guerra à crise de 29	8
1930-1936 Vargas – primeira fase	12
1937-1944 Estado Novo	1
1945-1964 Democracia (populismo)	43
1965-1968 Militares (Castelo-Costa e Silva)	13
1969-1977 Militares ('duros')	0
1978-1984 Militares (abertura)	259
1985-1990 Sarney a Collor	2203

Fonte: Adaptada de Noronha, Gebrin e Elias Júnior, 1998, p. 6

TABELA 10 - JORNADAS PERDIDAS POR GRANDES SETORES (EM MILHARES) BRASIL, REGIÃO URBANA

Períodos	Público	Privado	Total
1978-1984 Crescimento	5.593	4.148	9.741
1985-1990 Auge	98.933	25.047	123.980

Fonte: Adaptada de Noronha, Gebrin e Elias Júnior, 1998, p. 14

O primeiro ciclo, de 1978 a 1984, caracterizou-se pela recuperação da função de defesa dos salários pelo sindicato e pela definição e consolidação da estratégia grevista como uma das formas de reconquista da cidadania política. A partir do Governo Sarney (1985), a tolerância às greves ficou maior e, por intermédio delas, consolidou-se um novo padrão de relacionamento entre patrões e empregados no Brasil, abrindo caminho para a disseminação da negociação e a redução do poder discricionário dos patrões. A partir de 1985, vários segmentos realizaram sua primeira greve, iniciando o que Noronha, Gebrin e Elias Júnior (1998) chamaram de “auge do ciclo”, marcando o processo de incorporação e diversificação das categorias envolvidas no movimento, tanto no setor privado quanto no público. Em 1989, a ausência de regras para reajustes salariais, a proximidade das eleições presidenciais e a ameaça da hiperinflação elevaram os conflitos trabalhistas a níveis inéditos no País: quase 4 mil greves e mais de 18 milhões de grevistas, e quase 250 milhões de jornadas perdidas.

O conflito trabalhista por meio de greves, conforme demonstrou Noronha (1991), viveu uma trajetória crescente entre o final da década de 1970 e os anos 1980. O ano de 1978 representou o início desse ciclo e 1985 o principal marco de aumento de volume de conflitos, quando o Brasil passou a se situar entre os países de maiores taxas de greves. Durante esse período, ocorreram dois processos inter-relacionados que caracterizaram a evolução das greves: um contínuo e mais ou menos linear de disseminação da greve como forma de ação para diferentes categorias e regiões do País; o outro, com um fluxo também crescente, demonstrou que a expansão do volume dos conflitos foi marcada por diferentes fases, que corresponderam aos acertos e desacertos da transição democrática. Para o autor, a greve foi, além da forma reativa, a forma básica de ação sindical na década de 1980, explicitando questões não previstas aos atores da transição (como o alto grau de demandas) e abrindo brechas no pacto das elites. Contribuiu para que, na primeira metade dos anos 1980, os trabalhadores readquirissem cidadania política pela sua capacidade de pressão, apesar de não

legitimada pelo Estado e, na metade seguinte, sua liderança adquirisse *status* de interlocutor válido do Governo, principalmente, pela CUT e pela CGT.

As mudanças do sindicalismo brasileiro na década de 1980 indicaram um indiscutível fortalecimento do movimento, que se expandiu e criou centenas de novos sindicatos oficiais e associações do setor público de caráter sindical. O movimento se diversificou atingindo o campo e setores da classe média urbana, além de se manter ativo durante todo o período. Foram criadas centrais sindicais e o movimento passou, definitivamente, a fazer parte da vida política do País. Boito Júnior (1991) evidencia que um dos fenômenos mais característicos dos anos 1980, no campo sindical, foi o crescimento do sindicalismo de classe média, baseado na participação do funcionalismo público, proibido, por força de lei, a participar do sistema sindical do Estado. As associações de funcionários públicos se converteram em ativos sindicatos e passaram a evidenciar que era possível organizar os trabalhadores sem a tutela do Estado. Mostraram que era possível a representação sem o aval estatal, assim como se manter financeiramente sem as contribuições sindicais compulsórias e negociar com os patrões fora de datas-base e do controle da Justiça do Trabalho.

Os primeiros anos da década, principalmente na área rural e industrial, foram marcados por greves e forte esquema repressivo, com prisões de sindicalistas e intervenções em sindicatos. Para Rodrigues (1994), dois acontecimentos foram marcantes nesse período: o primeiro foi a greve no ABC paulista,⁴⁹ em 1978/1979, tanto pela forma de conduzir o movimento, com comandos de greve eleitos nos locais de trabalho, quanto pelo apoio da população e de instituições, como a Igreja e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); o segundo foram as duas bombas que explodiram dentro de um carro com militares na comemoração do Dia do Trabalho, em 1981, no Riocentro (Rio de Janeiro). Esses fatos

⁴⁹ Região que concentra grandes indústrias metalúrgicas no Estado de São Paulo.

comprovaram a força do movimento e a tentativa militar de minar a abertura política, o que acabou reforçando o apoio de empresários e outros segmentos da burguesia ao projeto.

Segundo Rodrigues (1994), as greves, concentrações e protestos desse período demonstraram a organização de vários setores da sociedade e o importante papel que tiveram na abertura política, evidenciando o potencial da sociedade em busca da cidadania. Diferentemente dos anos 1970, quando os movimentos sociais tiveram um caráter de resistência e eram clandestinos, nos anos 1980 foram movimentos públicos, muitas vezes se institucionalizando como partidos políticos. O espaço público foi recuperado pelos trabalhadores que, a partir das greves de 1978 no ABC e Zona Sul paulistas, vêem o movimento se alastrar pelo País, não apenas como retomada do movimento reivindicatório, mas como rompimento de uma prática que submetia a organização das categorias profissionais aos limites impostos pelo Estado aos sindicatos, buscando uma proximidade maior com os trabalhadores. O novo movimento dos trabalhadores desqualificava as diretorias sindicais ligadas ao patrão e lutava pela democratização das entidades e pela organização das categorias em seus locais de trabalho.

Essa nova organização nos locais de trabalho proporcionou novas formas de negociações entre patrões e empregados, a participação no movimento de trabalhadores não sindicalizados e a manutenção de greves, como a dos metalúrgicos do ABC paulista em 1980 que, mesmo com a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, manteve o movimento por 41 dias, com as comissões de fábrica e os comandos de greve. O apoio de entidades, como a Igreja, foi uma característica desse período, que pode ser verificada na participação de milhares de pessoas na comemoração do primeiro de maio de 1980, Dia do Trabalho, em São Bernardo. Apesar das proibições, os metalúrgicos, ainda em greve, e a comunidade se reuniram na praça da Matriz da cidade para a missa comemorativa e depois,

sob os olhares de tropas, policiais armados e helicópteros, foram em passeata até o estádio de Vila Euclides, onde ocorreu uma grande manifestação popular.

Outro movimento que se avolumou no final da década de 1980 foi a defesa do meio ambiente, a manutenção do verde e a preservação da qualidade do ar e dos rios, que ganhou força da opinião pública e sensibilizou autoridades. Na Amazônia, o caráter político da defesa da ecologia ficou evidente e a disputa pela terra gerou conflitos entre a defesa ambiental e o regime de propriedade, provocando muitas mortes. Entre elas, a de Chico Mendes, líder do Sindicato dos Seringueiros de Xapuri, Acre, que, em dezembro de 1988, foi assassinado por estar à frente de uma luta contra a destruição das matas.

No período de retorno à democracia (1979-1989), o movimento sindical ampliou sua influência política na sociedade, tornando-se um dos principais interlocutores no cenário político nacional. Utilizou amplamente o recurso das greves, de mobilização, de organização e de pressão dos trabalhadores, lutando pelas perdas econômicas e pelas conquistas sociais. As entidades conquistaram maior autonomia e o movimento se tornou um dos principais atores nos processos de mudança que tiveram lugar no País. Carvalho (1995) concorda que, além da prática da negociação, o sindicalismo brasileiro ampliou sua atuação no cenário político, transformando-se num dos principais agentes no debate sobre as principais questões nacionais, atuando com destaque no Parlamento, com a eleição de vários de seus representantes para participar da Constituinte. A marca mais influente do sindicalismo na vida política brasileira, no entanto, foi a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e a candidatura à presidente da República, em 1989, de Luís Inácio Lula da Silva, um sindicalista metalúrgico e nordestino.

No Brasil dos anos 1980, o movimento sindical foi o movimento social urbano mais persistente, amplo e ativo. As greves aconteceram como nunca antes, foram criadas as centrais sindicais e o sindicalismo passou a interferir diretamente no processo político. Passou

por transformações significativas e se tornou um dos principais atores no processo de mudança social, sendo um dos responsáveis pela afirmação de Carvalho (1995, p. 345): “Os anos 80 podem ser considerados no Brasil como uma década de ampliação da participação política e dos direitos sociais.”

O movimento sindical não só deixou de ser corporativo, mas também deixou de ser um movimento que buscava somente resultados econômicos diretos, refletidos nos salários. A sociedade, representada pelos trabalhadores, ampliou seu leque de reivindicações: melhores condições de trabalho, legislação sem distinção de categorias, liberdade de expressão, defesa do meio ambiente e, principalmente, a participação política, que se materializou nas ações dos sindicatos e de seus líderes na vida política brasileira.

4 OS AVANÇOS POLÍTICOS, O RETORNO À DEMOCRACIA E O DESENVOLVIMENTO HUMANO NA “DÉCADA PERDIDA”

4.1 O CAMINHO PARA A DEMOCRACIA: DA ANISTIA POLÍTICA À CONSTITUIÇÃO DE 1988

Uma das transformações mais importantes por que passou a sociedade brasileira nos anos 1980 foi a alteração de regime político. O Brasil deixou de viver sob um regime militar autoritário para adotar um regime democrático.⁵⁰ Essa mudança não ocorreu unicamente pela vontade do Governo, mas teve a participação direta e decisiva do povo, como sujeito histórico transformador. É esse processo que vamos analisar nesta seção, partindo do movimento pela Anistia Política até a Assembléia Constituinte. A sociedade não se abateu em frente à séria situação econômica vigente, mas reagiu e lutou por novos tempos, trilhando o caminho para a democracia.

Apesar de ações ambíguas, ora sancionando a Lei da Anistia, ora reprimindo greves e intervindo em sindicatos, o Governo do general João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1984) se pautou pela disposição em possibilitar o retorno da democracia ao País. Segundo Rodrigues (1994), esse processo foi a continuação da transição democrática “lenta, gradual e segura” que se iniciou no Governo Geisel (1974-1979), quando os grupos dominantes, militares, burguesia e políticos gerenciavam as mudanças. A abertura seria feita de forma controlada, com os dispositivos de exceção criados durante a ditadura substituídos por outros que garantissem aspectos institucionais básicos e a participação popular dentro dos limites da lei.

A transição democrática se iniciou no Brasil em 1974, não como uma ruptura

⁵⁰ Mesmo que este não atinja plenamente toda a população.

democrática, mas como uma transição pacata, negociada, feita por meio de alianças com setores dissidentes do regime autoritário, com compromissos que implicavam concessões econômicas e sociais. Transição feita de cima para baixo pelo Colégio Eleitoral sem reformas sociais e econômicas, fazendo com que a questão fundamental da consolidação da democracia política permanecesse em aberto, tendo em vista que continuava no Brasil um Estado forte e poderoso em contrapartida a uma sociedade inorgânica e desestruturada. Para Melo (1991), a democracia é uma questão fundamental, pois implica organizar minimamente a sociedade civil, incorporando o conjunto da cidadania aos direitos civis, políticos e sociais. Para que exista essa situação, é essencial a forma de Governo, ou seja, uma democracia representativa, liberal, que incorpore todos os cidadãos na participação política, construindo um regime pluralista e constitucional, em que estejam claramente definidos os limites do poder do Estado e os direitos e liberdades individuais e coletivas da sociedade civil.

No entanto, a própria dinâmica da liberalização reduziu a capacidade de comando dos dirigentes sobre o processo, levando a sociedade brasileira a grandes conquistas democráticas durante a década de 1980. A Anistia Política, em 1979, foi uma dessas conquistas. A campanha pela anistia foi iniciada no final dos anos 1970, juntamente com vários outros projetos da oposição, e se fortaleceu no período de Governo do general Ernesto Geisel. Os primeiros debates giraram em torno da concessão ou não da anistia, caminhando para uma discussão maior na qual o ponto principal era a forma como se concederia a anistia, ampla e geral ou com restrições.

A partir de 1975, segundo Ciambarella (2002), a busca da anistia deixou de ser uma reivindicação para se organizar em um movimento e as responsáveis foram às mulheres,⁵¹ que, em 15 de março de 1975, em São Paulo, fundaram o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA). Esse movimento, aos poucos, ganhou caráter nacional e recebeu apoio de várias

⁵¹ Lideradas pela advogada Terezinha Zerbini, esposa do general cassado Euriale Zernibi.

entidades, nacionais e internacionais. Não lutava apenas pela anistia política, mas buscava sensibilizar os políticos e reunir todas as manifestações pelos perseguidos, pela paz e pela conciliação nacional, em um só objetivo, que era uma anistia política sem restrições. Essas ações iniciais deram impulso ao movimento, que “[...] deixava de ser uma das reivindicações propostas pelas oposições para se tornar uma bandeira única que assumiria, gradativamente, papel central nas discussões políticas entre Estado e sociedade civil” (CIAMBARELLA, 2002, p. 25).

Ciambarella (2002) analisou o movimento pela anistia e relatou seus principais momentos, que passamos a apresentar. Para a autora, o movimento ganhou força a partir de 1977, com o envolvimento direto dos estudantes. Em abril do mesmo ano, aconteceu a primeira manifestação pró-anistia, em Porto Alegre, e a partir de então o movimento passou a se organizar nacionalmente. Em 3 de maio de 1977, foi criado o Comitê de Anistia aos Presos e Perseguidos Políticos Primeiro de Maio, na PUC/SP, que se tornou uma referência do movimento, com seções regionais em todo o País e a participação de outros órgãos da sociedade civil. Durante todo o ano, ocorreram várias manifestações, com a participação não só de estudantes mas de diversos grupos sociais,⁵² amplamente veiculadas pela imprensa e reprimidas pelo Governo, promovendo um caloroso debate nacional. Parece-nos que 1977 foi o ano em que as vozes da sociedade civil voltaram a ser ouvidas, quando os diversos grupos sociais buscaram se reorganizar e promover mobilizações.

As principais entidades envolvidas na luta pela anistia se organizaram a partir de 1978, quando ocorreram importantes mobilizações, novas adesões foram feitas e entidades criadas em todo o País, ganhando o movimento, definitivamente, caráter nacional. Em 14 de fevereiro de 1978, foi criado o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) no Rio de Janeiro, que tinha como

⁵² Membros da Igreja, políticos do MDB, intelectuais, advogados, artistas etc.

proposta “[...] trabalhar pela anistia plena e universal para todas as pessoas atingidas por atos de exceção, em vigor desde 1964” (apud CIAMBARELLA, 2002, p. 67). O Comitê não aceitava uma anistia parcial, mas defendia uma anistia plena que atingisse todos os que lutaram pela mesma causa, “[...] a contestação do regime militar imposto”.. O ano de 1978 foi decisivo para todos os perseguidos pela ditadura, pois, a partir daí, os jornais passaram a apresentar à sociedade civil todo o drama daquelas pessoas e de seus familiares que sofriam com as ações fraudulentas do Governo. A sociedade civil passou então a exigir, via imprensa, a justificativa dos atos do Governo. A partir do I Congresso Pela Anistia, realizado em 2 de novembro de 1978, na PUC/SP, a campanha ganhou novo impulso e estabeleceu a estratégia nacional de luta, reafirmando o movimento como de massa vinculado a um objetivo maior de redemocratização do País.

O Governo Figueiredo se iniciou representando a continuidade da abertura política e da redemocratização do País, de forma gradual e segura, com o ano de 1979 ficando marcado por importantes modificações políticas: fim do AI-5, da censura, surto de greves, reorganização estudantil e mobilização de grupos da sociedade civil em movimentos sociais e políticos. Entraram em vigor as últimas medidas de Geisel, definidas na Emenda Constitucional nº. 11 e na nova versão da Lei de Segurança Nacional (LSN), que estabeleciam uma anistia restrita: o *habeas corpus* foi restabelecido, foram suspensas a censura prévia ao rádio e à televisão e abolidas as penas de prisão perpétua, morte e banimento.⁵³ Porém, o Executivo ainda poderia decretar medidas de emergência ou estado de sítio, instrumentos das “salvaguardas institucionais”.

Sob uma expectativa nacional, em 27 de junho de 1979, o presidente Figueiredo anunciou o projeto de anistia política que seria enviado ao Congresso Nacional. Era um projeto restrito que provocou discussões e manifestações em todas as camadas da sociedade

⁵³ No entanto, os banidos não estavam livres das penas a que tinham sido condenados nem seus processos seriam arquivados.

brasileira. Todos os grupos envolvidos na campanha pró-anistia intensificaram suas ações em prol da anistia ampla, geral e irrestrita, promovendo greves de fome, passeatas, comícios, manifestações etc. Apesar de toda a movimentação popular, o projeto do Governo foi aprovado em 22 de agosto e a anistia foi decretada em 28 de agosto de 1979, pela Lei n.º 6.683, regulamentada pelo Decreto n.º 84.143, de 31 de outubro do mesmo ano. Ciambarella (2002) defende que, apesar de o texto aprovado não ter sido o esperado pelos manifestantes, ele se constituiu em um grande passo para a redemocratização do País, permitindo o retorno de centenas de exilados e a libertação de um número expressivo de presos políticos. A anistia conquistada foi resultado de mobilizações de importantes setores da sociedade civil, instalando um clima político, irreversível, de abertura.

No processo de abertura, alguns aspectos institucionais básicos e fundamentais para a futura democracia foram restabelecidos, como a reforma partidária realizada no final de 1979. Silva (1990a) e Rodrigues (1994) demonstram que passaram a existir partidos mais definidos quanto aos interesses dos grupos que representavam: o Partido Democrático Social (PDS), antiga Aliança Renovadora Nacional (ARENA), apoiava o Governo e reunia setores da burguesia e proprietários rurais; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), reunia durante a ditadura oposição de diversas matizes; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ligado a Ivete Vargas e políticos de São Paulo; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola e sob a influência da social-democracia europeia, com bases no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; e o Partido Popular (PP), ligado a Magalhães Pinto e a Tancredo Neves reunia, em sua postura liberal-conservadora, parte da alta burguesia brasileira, absorvido posteriormente pelo PMDB. Somente em 1982 foi concedido o registro ao Partido dos Trabalhadores (PT), originário das lutas dos metalúrgicos no ABC paulista e que reunia setores da classe operária, dos intelectuais e dos sindicalistas.

A necessidade de os trabalhadores brasileiros se organizarem em um partido próprio, democrático e independente surgiu no final dos anos 1970, como uma forma de superar os limites do sistema político brasileiro, que marginalizava a classe. Almeida (2000) relata que, após longas discussões entre sindicalistas, membros da Igreja Católica, organizações de esquerda, intelectuais e alguns parlamentares do MDB, foi lançado, em 10 de fevereiro de 1980, o Manifesto do Partido dos Trabalhadores, que marcou a fundação do PT. Em 27 de setembro de 1981, em Brasília, o PT realizou sua I Convenção Nacional e, no discurso de seu primeiro presidente, Luís Inácio da Silva, percebe-se a importância da nova organização partidária para toda a sociedade brasileira:

O Partido dos Trabalhadores é uma inovação histórica neste País. É uma inovação na vida política e na história da esquerda brasileira também. É um partido que nasce do impulso dos movimentos de massas, que nasce das greves e das lutas populares em todo o Brasil. É um partido que nasce da consciência que os trabalhadores conquistaram após muitas décadas de servirem de massa de manobra dos políticos da burguesia e de terem ouvido cantilenas de pretensos partidos de vanguarda da classe operária. Só os trabalhadores podem conquistar aquilo a que têm direito. Ninguém nunca nos deu, ninguém nunca nos dará nada de graça (apud ALMEIDA, 2000, p. 142).

Almeida (2000, p. 159-160) traçou uma periodização para o PT que demonstra bem o crescimento do partido na década de 1980:

- 1979-1986 – Do processo de criação até as eleições para o Congresso Constituinte. Este período é marcado pelo enquadramento nas regras da legislação eleitoral e dos partidos políticos, pela ‘sobrevivência’ nas eleições de 1982,⁵⁴ onde foi eleito o primeiro prefeito do PT, em Diadema; pela campanha das Diretas Já; pela criação da CUT; pela eleição indireta de Tancredo Neves e, finalmente, pela instalação da Nova República. A conjuntura desse período foi marcada pela oposição à ditadura militar, pela oposição à transição conservadora, pelo apoio e participação em inúmeras greves e pela disputa de espaço no movimento sindical, onde se destaca a criação da CUT. Seu principal lema era: ‘Trabalhador vota em trabalhador’.

⁵⁴ Teste à capacidade de organização nacional do partido.

- 1987-1989 – É caracterizado pela ampliação do PT, pelo aumento de filiados e simpatizantes, pelo crescimento do número de parlamentares, tanto nas assembleias estaduais quanto no Congresso, pela atuação destacada dos parlamentares petistas no Congresso Constituinte: na apresentação de projetos de lei,⁵⁵ emendas, negociação, composição de alianças, etc, e pela quase vitória na campanha presidencial de 1989. Um documento que pode ser visto como um marco, uma síntese desse momento foram as ‘Resoluções do V Encontro Nacional’ (1987), onde se explicita pela primeira vez questões como ‘política de alianças’, ‘direito de tendências’, a definição do ‘socialismo democrático’, a ‘conquista do poder’ etc.

Foi nesse caminho que o PT chegou, ao final dos anos 1980, como o principal partido de esquerda no Brasil. Segundo Almeida (2000), ele conquistou essa posição por não ter um projeto político fechado e dogmático, mas em permanente elaboração, permitindo o pluralismo de idéias e posições, a diversidade de grupos e idéias. Apesar da derrota na campanha eleitoral para a Presidência da República, em 1989, o partido saiu vitorioso politicamente. A organização e luta dos trabalhadores tinha conseguido construir uma alternativa política no Brasil.

Não podemos perder de vista que, apesar da legitimação da representação partidária, o Governo também objetivava fragmentar a oposição no intuito de sair vitorioso das eleições para Governos Estaduais em 1982. Essas eleições só foram possíveis devido à aprovação pelo Congresso, em novembro de 1980, em mais uma ação da abertura, das eleições diretas para o cargo. Rodrigues (1994) defende que a estratégia do Governo não venceu a opinião pública que, após 22 anos sem exercer seu direito ao voto, elegeu doze governadores do PDS, dez do PMDB e um do PDT. O resultado fortaleceu as oposições, que passaram a lutar por eleições diretas em todos os níveis, inclusive para Presidência da República.

A partir de 1983, iniciou-se no País uma grande campanha política pelas eleições diretas para Presidente da República. O movimento, além de reunir partidos políticos, a Igreja, e órgãos de classe, colocou do mesmo lado políticos como Tancredo Neves (de volta ao

⁵⁵ Tanto de iniciativa própria como do movimento popular.

PMDB), Ulisses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PDT) e Luís Inácio da Silva (PT). As manifestações de massa, por todo o País, reuniram milhares de pessoas e preocuparam o Governo militar. Na análise de Rodrigues (1994), a campanha popular pelas eleições diretas começou a se mostrar significativa a partir de meados de 1983, quando um ato público, em Goiânia, promovido por Ulisses Guimarães e Teotônio Vilela, reuniu cerca de 5 mil pessoas. Em novembro, os governadores do PMDB assinaram a Declaração de Poços de Caldas, reafirmando a intenção de promover uma campanha suprapartidária em prol das diretas, e o PT, no mesmo mês, promoveu uma manifestação pública em São Paulo com o mesmo objetivo. Além desses atos isolados, todos os governadores da oposição, ainda em novembro, assinaram o manifesto “A Nação tem o direito de ser ouvida”, no qual declararam que a eleição direta para presidente da República era o caminho para a solução de todos os problemas do País.

O movimento foi coordenado pelo Comitê Nacional Pró-Diretas⁵⁶ e contou com a participação de associações estudantis e profissionais e das centrais sindicais. Entre janeiro e abril de 1984, comícios esperançosos reuniram políticos, artistas, sindicalistas e multidões nas praças públicas de todo o País. O maior deles foi realizado no Anhangabaú, São Paulo, com a presença de 1,7 milhão de pessoas. Os meios de comunicação deram cobertura total ao movimento e o Hino Nacional era a trilha sonora principal. Segundo Kotscho (apud PAIVA, 1987, p. 87)

Jamais em toda história do Brasil, houve um movimento em que houvesse tão grande participação popular. Desta vez, não são apenas os líderes políticos, os intelectuais, os jovens, a massa trabalhadora, isolada ou em grupo; mas sim, o povo que nivela, avoluma a manifestação, rompendo com 20 anos de privação dos direitos políticos.

⁵⁶ Órgão suprapartidário que reuniu parte dos partidos da oposição.

No entanto, as manifestações não foram aceitas pacificamente pelo Governo. As caravanas, os vários grupos sociais, as pessoas de todos os estratos sociais que se dirigiam a Brasília para participar do movimento se viram impedidas pela violência policial, que não permitiu a presença dos manifestantes próximos ao Congresso Nacional. Paiva (1987) relata que o Governo Figueiredo implantou Medida de Emergência em Brasília, pela segurança das eleições, que provocou protestos, prisões, agressões a estudantes, jornalistas, políticos e a invasão e interdição da Universidade de Brasília. Mostrando que os tempos eram outros, a população mudou a forma de reagir.

A preocupação dos setores sociopolíticos e econômicos privilegiados do País, em relação ao resultado da campanha das diretas, fez com que a emenda Dante de Oliveira, que defendia as eleições diretas para a Presidência da República, fosse derrotada em 25 de abril de 1984. Conforme argumenta Rodrigues (apud PAIVA, 1987, p. 89),

Com o crescimento do movimento pelas diretas, generalizou-se o temor das cúpulas de que sobreviesse uma ruptura, indispensável a quaisquer mudanças importantes. Afinal, a campanha tinha se tornado muito intensa e, de norte a sul do país. Nas principais cidades brasileiras, os comícios proliferaram, de forma a conferir o ressurgimento dos grandes movimentos de massa no Brasil.

Após esse golpe no movimento, grande parte da sociedade respaldou a eleição de Tancredo Neves, apoiando a Aliança Democrática.⁵⁷ Segundo Paiva (1987), o que o novo Governo propunha era a chamada reorganização institucional, que abrangia os seguintes itens: restabelecimento das eleições diretas para Presidência da República; convocação de uma Assembléia Constituinte livre e soberana; autonomia e liberdades sindicais e garantia do direito à greve; reforma agrária, cumprimento do Estatuto da Terra; combate à inflação; fim do arrocho salarial; e revogação imediata do entulho autoritário.

⁵⁷ União do PMDB e da Frente Liberal (parcela de políticos do PDS).

A eleição de Tancredo foi uma vitória da democracia, se levarmos em consideração o contexto político, mas foi também limitada e confusa, conforme salientou Rodrigues: “Era difícil se distinguir com precisão, naquele 15 de janeiro de 1985, até que ponto alguém perdera ou ganhara, salvo a figura de Paulo Maluf, é claro, tal era a forma como se haviam mesclado as águas” (apud Paiva, 1987, p. 92).

A partir da Nova República (1985-1989), a sociedade adotou uma nova postura, que ficou evidente, segundo Paiva (1987), na reação aos aumentos de preços divulgados pelo Governo após as eleições para governadores dos Estados, em novembro de 1986: aumentaram a gasolina, álcool, automóveis, bebidas, energia elétrica, correios, açúcar, telefone e remédios. No final desse ano, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) organizaram uma manifestação em Brasília que contou com cerca de 5.000 pessoas. Houve “quebra-quebra”, vaias ao presidente,⁵⁸ invasão da Esplanada dos Ministérios e choque com a polícia.

Seguiram-se a esse outros movimentos em reação às medidas do Governo. Um deles, que se distingue dos outros por se tratar da defesa dos interesses da propriedade privada, ocorreu em fevereiro de 1987, quando fazendeiros, trabalhadores rurais e membros da Frente Parlamentar Multipartidária, formada na Nova República, participaram de uma passeata organizada pela União Democrática Ruralista (UDR), mas mesmo esse movimento foi barrado pela polícia militar e impedido de se aproximar da Esplanada dos Ministérios. Em março de 1987, soldados e tanques de guerra do Exército invadiram as refinarias de petróleo para controlar 60.000 petroleiros em campanha por aumento de salários e, nesse mesmo mês, ocorreu a greve dos bancários em todo o território nacional, que resultou em confronto com a polícia em Brasília, chamou a atenção da opinião pública brasileira, explicitando o descontentamento de vários segmentos sociais com o Governo.

⁵⁸ José Sarney, que assumiu a Presidência devido à morte de Tancredo.

Não obstante todas as contradições e controvérsias que envolveram a Nova República, um fato marcante mobilizou a sociedade em 1987, a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, que reacendeu as promessas de cidadania, justiça e institucionalidade.

Após a doença e morte de Tancredo Neves, em 21 de abril de 1985, José Sarney assumiu a Presidência do Brasil, tendo como compromisso encaminhar a organização da Assembléia Nacional Constituinte. Constituiu-se em setembro de 1985, segundo Rodrigues (1994), a Comissão de Estudos Constitucionais, que objetivava elaborar um anteprojeto de Constituição para facilitar as discussões dos constituintes. A Assembléia Nacional Constituinte foi instalada no dia 1º de fevereiro de 1987, composta por deputados e senadores eleitos em novembro de 1986. Os 487 deputados e 72 senadores seriam divididos em oito comissões temáticas que deveriam estudar e apresentar propostas para a nova Carta. Uma comissão de sistematização deveria redigir os projetos preparados pelas outras comissões e as comissões temáticas seriam divididas em subcomissões para atender os representantes da sociedade portadores de propostas e discutir um projeto para cada tema constitucional.

Pela primeira vez na história do Brasil, o texto constitucional aceitou emendas populares propostas por petições encaminhadas por pelo menos três organizações da sociedade civil⁵⁹ acompanhadas por 30 mil assinaturas. Essa novidade provocou uma enorme movimentação nacional com campanhas em favor de trabalhadores, minorias raciais e sexuais, da mulher, da criança, do jovem, do meio ambiente etc., evidenciando a participação da sociedade.

Os atores políticos desse momento ímpar da história do Brasil tinham anseios diferentes em relação à nova Constituição. Segundo Silva (1990b), a população em geral esperava, após a nova Constituição ser promulgada, obter maior participação política,

⁵⁹ Associações profissionais, de bairro, de consumidores, sindicatos etc.

econômica e social nos rumos do País. Os partidos de esquerda (PDT e PT), os partidos comunistas e parte do PMDB objetivavam eliminar o “entulho autoritário”, ou seja, leis e atos que, desde a implantação da ditadura, limitavam o exercício da cidadania: leis de controle sobre a imprensa, partidos, sindicatos, segurança nacional e sistema eleitoral, além da implantação de um sistema de benefícios universalista e distributivo que melhorasse a situação social do povo brasileiro. Uma grande parcela do PMDB e o PFL desejava uma reforma jurídica curta e enxuta, que permitisse um país organizado com regras representativas, sem excesso democrático; já o PDS visava a resistir às mudanças da Nova República.

A redação final do documento constitucional foi aprovada em 5 de outubro de 1988 como a mais democrática Constituição brasileira, e com maior preocupação com os chamados direitos sociais. Silva (1990b) nos apresenta algumas das mudanças instituídas: as eleições diretas foram estabelecidas para todos os cargos do Executivo e Legislativo e o presidencialismo definido como forma de governo; a independência dos Três Poderes; o controle da atuação das Forças Armadas; e o voto facultativo para analfabetos e pessoas entre dezesseis e dezoito anos também foram ratificados. A mais importante característica da nova Constituição foi incorporar uma série de direitos civis e sociais, além dos já assegurados de liberdade de expressão, opinião, reunião etc. Retornou ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal (STF) o controle do Executivo; estabeleceu a liberdade sindical e a proibição de intervenção pelo Governo; transformou a tortura e o racismo em crimes inafiançáveis; e estabeleceu várias garantias trabalhistas, como a jornada de 44 horas semanais e o direito à greve para todas as categorias. Apesar dos problemas do novo texto constitucional, principalmente sua extensão e necessidade de complementação, essa Lei representou uma grande conquista da sociedade brasileira, que viu várias de suas lutas serem materializadas na legislação, um marco das conquistas políticas dos movimentos populares.

Durante o processo da Constituinte, Silva (1990b, p. 342) defende que a democracia passou a ser entendida de forma diferenciada pela sociedade brasileira, a “[...] democracia era concebida como a ampliação da participação do indivíduo na vida pública, ou seja, no exercício ampliado da cidadania [...] como os direitos e obrigações políticas de cada indivíduo”. Nesse sentido, o conceito de cidadania se ampliou e passou a englobar vários direitos sociais, “[...] a cidadania é produto de uma relação entre os indivíduos e o Estado; uma relação de poder composta de pressões e contrapressões, produzindo imagens simbólicas dinâmicas de auto-reconhecimento dos grupos sociais e dos seus projetos”.

As mudanças, no decorrer da década,⁶⁰ juntaram-se ao descontentamento com o governo Sarney e provocaram a reação da sociedade evidenciada nas eleições municipais de 1988, quando a oposição venceu na maioria das grandes cidades. Segundo Rodrigues (1994), a população passou a repudiar o jogo político no qual as elites sempre mantiveram o poder, criando uma polaridade necessária à livre expressão das forças sociais. Apesar de o voto ser obrigatório no Brasil, as eleições municipais de 15 de novembro de 1988 evidenciaram mais uma prova da força da mobilização popular. De 82 milhões de pessoas que estavam em condições de votar, 88% compareceram às urnas, uma participação maciça que demonstrou não só uma presença na vida pública nacional da sociedade, mas também a busca de mudanças pelo instrumento democrático por excelência, o sufrágio universal.

Reis e Rangel (1995) defendem que a participação eleitoral da população de um país representa uma das mais importantes dimensões de sua vida política e social e do pleno exercício da cidadania. No Brasil, a expansão dos direitos eleitorais ocorreu desde a década de 1940, quando o percentual de eleitores passou a crescer mais que o percentual de crescimento da população. Esse movimento estava diretamente ligado ao crescente processo de

⁶⁰ A conquista da anistia política, a campanha das diretas, as discussões da Constituinte etc.

alfabetização e ao envelhecimento da população que atingia a idade do voto. No entanto, até a década de 1980, nenhuma alteração significativa na legislação eleitoral foi fator determinante para esse processo. Com a Constituição de 1988, complementou-se o processo de incorporação do eleitorado, o direito de voto se estendeu aos jovens de 16 e 17 anos, mantendo-se facultativo para os analfabetos e idosos com mais de 70 anos, permanecendo o registro eleitoral e o voto obrigatório para os brasileiros entre 18 e 69 anos.

Apesar do registro eleitoral e do voto obrigatório, que mascaram a relação entre o aumento numérico do eleitorado e o aumento da participação política, a universalização do direito de voto, consagrada pela Constituição, representou a existência de uma forte cultura cívica na sociedade brasileira. Essa situação pode ser comprovada pela Tabela 11, na qual Reis e Rangel (1995) demonstram que o título eleitoral era o documento que a população mais possuía em 1988. Quase 90% da população de dezoito anos ou mais possuía esse documento, número maior do que os que tinham carteira de identidade e profissional. A alta proporção da aquisição do título de eleitor não pode ser explicada apenas pela obrigatoriedade do voto, mas também por motivações e causalidades diversas, como a participação no mercado de trabalho, a renda, o grau de instrução e o local de moradia. Porém, não podemos nos esquecer das práticas clientelísticas e autoritárias que ainda existiam (e ainda existem) e eram fatores que forçavam o crescimento não espontâneo do eleitorado, como o coronelismo rural e o assistencialismo na área urbana. As alterações na participação eleitoral no Brasil, na década de 1980, foram significativas, refletindo também os importantes movimentos populares daquele período em busca da democracia: a campanha pela anistia, pelas eleições diretas e pela Constituinte.

TABELA 11 - PROPORÇÃO DE PESSOAS DE DEZOITO ANOS OU MAIS QUE POSSUEM DOCUMENTOS, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, SEGUNDO O TIPO DE DOCUMENTO, BRASIL – 1988

Proporção de pessoas que possuem o documento			
Tipo de documento	Brasil	Área urbana	Área rural
Título de eleitor	89,3	89,9	87,1
Certidão de nascimento	62,3	63,4	58,8
Certidão de casamento	61,7	62,2	60,1
Carteira de identidade	78,6	85,3	56,8
Carteira de trabalho	73,3	79,6	53,1
Cartão de identificação do contribuinte – CIC	71,0	77,6	49,8
Registro de autônomo	4,8	5,9	1,1

Fonte: Apud Reis e Rangel, 1995, p. 318

Lima Junior (1995) também sustenta que o processo de ampliação da cidadania eleitoral no Brasil foi crescente e se constituiu em um dos aspectos da consolidação da democracia na década de 1980. Assim como Reis e Rangel (1995), esse autor acredita que esse processo foi resultado do envelhecimento da população, da ampliação das oportunidades educacionais e do aumento da importância do título eleitoral. Na Tabela 12, podemos verificar o crescimento proporcional do eleitorado em relação à população e, na Tabela 13, a relação entre o crescimento da população e o aumento do eleitorado.⁶¹ O absenteísmo também mostrou uma tendência sistemática para a redução na década de 1980, de 18,3% em 1978 passou para 14,2% em 1990, representando um maior envolvimento da população brasileira com o processo eleitoral.

⁶¹ Essa proporção é obtida a partir da divisão da taxa de crescimento do eleitorado pela população: qualquer valor superior a um indica o crescimento maior do eleitorado.

TABELA 12 - CRESCIMENTO PROPORCIONAL DA POPULAÇÃO E DO ELEITORADO
BRASIL – 1978-1990 (1945=100)

Ano	1945	1978	1982	1986	1990
População	100	245,9	270,5	295,3	320,6
Eleitorado	100	613,3	784,4	921,6	962,3

Fonte: Adaptada de Lima Junior, 1995, p. 330

TABELA 13 - RELAÇÕES ENTRE A TAXA DE CRESCIMENTO DO ELEITORADO E A TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

Regiões	1982-1986	1986-1989
Norte	1,35	4,39
Nordeste	2,23	3,67
Sudeste	1,97	2,61
Sul	1,70	2,64
Centro-Oeste	1,02	1,52
Brasil	1,98	2,92

Fonte: Adaptada de Lima Junior, 1995, p. 331

Para Reis e Rangel (1995), o sistema político brasileiro foi, desde 1930, discriminatório do ponto de vista ideológico, impedindo a livre expressão das correntes partidárias de esquerda. A partir de 1964, com o início da ditadura militar, a restrição ideológica aumentou, instituindo-se o bipartidarismo vinculado a um calendário eleitoral restrito. Durante a década de 1980, os mecanismos que impediam a livre expressão e organização das opiniões foram sendo eliminados por meio de constantes reformas partidárias que resultaram no retorno do pluripartidarismo. Paulatinamente, foi implementado um amplo sistema de representação eleitoral pelas eleições diretas para todos os cargos do Legislativo e do Executivo, culminando com as eleições, em dois turnos, para a Presidência da República, em 1989.

A eleição, como instrumento de delegação da soberania popular, é um dos fatores determinantes da composição partidária do Legislativo. Porém, segundo Lima Junior (1995),

existem outros fatores que também afetam essa distribuição: os graus de liberdade definidos pela legislação vigente no que se refere à mudança de legenda por parte do parlamentar e à regulamentação da criação de novas legendas. A legislação brasileira que possibilitou a transição política e suas conseqüências caracterizou-se por uma progressiva liberdade a partir da reforma partidária de dezembro de 1977,⁶² que extinguiu a ARENA⁶³ e o MDB⁶⁴ e instituiu o pluripartidarismo. Essa mudança possibilitou a ampliação do quadro partidário, mesmo antes das eleições de 1982: ARENA e MDB transformaram-se no PDS e no PMDB, e surgiram outros partidos, PP, PTB, PT e PDT. Em maio de 1985, ano da criação do PFL, como cisão do PDS, aprovou-se uma emenda constitucional que abolia a fidelidade partidária e restabelecia a eleição direta para presidente e vice-presidente da República.

A Constituição de 1988 ampliou, de fato, os graus de liberdade para a criação de partidos (TABELA 14), fazendo da filiação a um partido político condição para que uma pessoa possa concorrer a qualquer eleição. Dessa forma, segundo Lima Junior (1995), os partidos afirmaram sua condição de detentores do monopólio da representação política, passando a ter autonomia em relação à sua estrutura interna e funcionamento, além de poder participar de bancadas e blocos parlamentares no Congresso.

⁶² Lei 6.767.

⁶³ Partido do Governo.

⁶⁴ Partido das oposições.

TABELA 14 - NÚMERO DE PARTIDOS PARLAMENTARES POR REGIÃO E ANOS
CÂMARA DOS DEPUTADOS – 1980 e 1989

Região	1980	1989
Norte	5	10
Nordeste	5	16
Sudeste	5	17
Sul	5	8
Centro-Oeste	5	10
Brasil	5	22

Fonte: Adaptada de Lima Junior, 1995, p. 336

No final da década de 1980, o Brasil apresentava um considerável avanço político, com o fim da ditadura, a recuperação do direito ao voto, o restabelecimento do Estado de direito e elevados índices de participação eleitoral. O País reestruturou sua legislação eleitoral e partidária, dando plena liberdade de organização e formação de partidos, caminhando a passos largos para uma sociedade mais politizada e democrática.

4.2 DESENVOLVIMENTO HUMANO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) adota, desde 1990, um conceito de desenvolvimento humano que “[...] pode ser definido como um processo abrangente de expansão do exercício do direito de escolhas individuais em diversas áreas: econômica, política, social ou cultural” (PNUD, 1998). Esse conceito foi utilizado para a elaboração do primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano⁶⁵ (RDH), publicado em 1990, como uma das formas de reverter o processo em que os aspectos materiais associados ao desenvolvimento tinham maior peso do que os aspectos associados aos valores humanos.

⁶⁵ Internacional.

Nesse sentido, é preciso esclarecer que o desenvolvimento humano não é o contrário do crescimento econômico, mas o crescimento econômico é uma condição tão necessária para o desenvolvimento humano como este é para o crescimento econômico. É essa visão da sociedade que vamos utilizar nesta seção para analisar a década de 1980 no Brasil. Ampliando nossa análise para além da área econômica, percebemos que a sociedade brasileira progrediu em alguns aspectos. Não eliminou totalmente seus problemas, mas avançou na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

A educação nos anos 1980 passou por algumas melhoras apesar da manutenção de sérios problemas de evasão, repetência e analfabetismo. O número de pessoas de quinze anos ou mais que não sabe ler e escrever, indicador internacional de analfabetismo, diminuiu nesse período, passando de 26,0% em 1980 para 18,8% em 1989, como mostra a Tabela 15. Além dessa melhora, Carvalho, Kappel e Alves (1995) argumentam que outros resultados importantes e positivos ocorreram: o maior decréscimo proporcional do analfabetismo rural em relação ao urbano e a evolução positiva da frequência escolar (TABELAS 16 e 17). A frequência correspondente ao pré-escolar na idade de cinco e seis anos duplicou na década e grupos de idade de sete a quatorze mantiveram taxas de escolarização progressivas, passando de 70,3% em 1981 para 83,9% em 1989, principalmente nas famílias cujos rendimentos são de até ½ salário mínimo.

TABELA 15 – Nº DE ANALFABETOS E TAXA DE ANALFABETISMO NA FAIXA ETÁRIA DE QUINZE ANOS OU MAIS, 1980 – 1989

Ano	População 15 anos ou mais	Nº. de Analfabetos de 15 anos ou mais	Taxa de analfabetismo
1980	74.436.482	19.330.254	26,0
1983	78.504.410	17.204.041	21,9
1986	86.454.036	17.320.725	20,0
1989	93.642.547	17.587.580	18,8

Fonte: Adaptada de BRASIL/MEC, 1990, p. 20

TABELA 16 - BRASIL: POPULAÇÃO DE QUINZE ANOS E MAIS E TAXA DE ANALFABETISMO, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, 1981 E 1989

Situação do domicílio	Total	Analfabeta	Taxa de analfabetismo
1981			
Urbana	55.122.555	8.810.708	16,0
Rural	19.556.894	8.181.792	41,8
Total	74.679.449	16.992.500	22,8
1989			
Urbana	71.701.431	9.588.977	13,4
Rural	21.949.222	7.999.244	36,4
Total	93.650.653	17.588.221	18,8
Variação Absoluta			
Urbana	16.578.876	778.269	-2,6
Rural	2.392.328	-182.548	-5,4
Total	18.971.204	595.721	-4,0

Fonte: Adaptada de Silva, 1992, p. 36

TABELA 17 - BRASIL: PESSOAS DE SETE A QUATORZE ANOS, POR CONDIÇÃO DE FREQUÊNCIA À ESCOLA, 1981 E 1989

Frequência à escola	Números absolutos		Distribuição (%)		Variação absoluta (B - A)
	1981 (A)	1989 (B)	1981	1989	
Não estavam na escola					
Até ½ salário mínimo	5.887.066	2.942.056	44,2	24,6	-2.945.010
Total	6.847.373	4.410.828	29,7	16,1	-2.436.545
Estavam na escola					
Até ½ salário mínimo	7.423.141	9.034.255	55,8	75,4	1.611.114
Total	16.211.038	22.997.700	70,3	83,9	6.786.662
Não estavam/estavam na escola					
Até ½ salário mínimo	13.310.207	11.976.311	100,0	100,0	-1.333.896
Total	23.058.411	27.408.528	100,0	100,0	4.350.117

Fonte: Adaptada de Silva, 1992, p. 37

Outra variável que Carvalho, Kappel e Alves (1995) destacaram para o período foi a elevação do nível de escolaridade dos chefes domiciliares, de um perfil majoritariamente

analfabeto e não alfabetizado funcionalmente em 1980,⁶⁶ passou para um perfil em 1991 de alfabetizados funcionais.⁶⁷ Esse dado é importante, pois a escolaridade dos chefes domiciliares afeta diretamente seus familiares, tanto pelo lado orçamentário, em relação às oportunidades de bem-estar material de seus dependentes, quanto pelo socioeducacional, condicionando as chances de escolarização de seus filhos e a própria ambiência cultural da família.

Um estudo do Ministério da Educação, em 1990, mostrou crescimento em dois pontos centrais do processo educacional brasileiro, a educação pré-escolar e o atendimento aos portadores de necessidades especiais (TABELAS 18 e 19). A educação pré-escolar é um dos investimentos preventivos mais eficazes no contexto de uma política social da infância. No Brasil, durante a década de 1980, houve um expressivo aumento do atendimento à criança de zero a seis anos, com um incremento no número de instituições e programas voltados para essa faixa etária. Em relação aos portadores de necessidades especiais, o sistema de ensino brasileiro determina que eles tenham acesso à educação especial durante todas as fases de ensino, e que essa educação proporcione: o desenvolvimento pleno de sua personalidade e a promoção de suas capacidades; a participação ativa na vida social e no mundo do trabalho; e a aquisição e elaboração de conhecimentos. Dados recentes mostram que 10% da população brasileira apresentam algum tipo de deficiência, porém apenas uma pequena parcela é atendida pelas instituições especializadas. Apesar de os números serem pequenos, na década de 1980, houve uma melhora nesse acesso, que precisa de continuidade para que o ensino brasileiro promova um melhor atendimento às pessoas que apresentam necessidades especiais, transformando-as em verdadeiros cidadãos.

⁶⁶ 55% eram sem instrução ou com apenas as séries iniciais do ensino primário.

⁶⁷ 21% com primário completo e quase 36% de escolarizados pós-primário completo.

TABELA 18 - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: POPULAÇÃO DE ZERO A SEIS ANOS E TAXA DE ATENDIMENTO, 1980 – 1989

Ano	População de 0-6 anos	Taxa de Atendimento 0-6 anos
1980	22.536.396	5,9
1983	23.266.679	8,9
1986	23.759.776	12,0
1989	23.133.083	15,3

Fonte: Adaptada de BRASIL/MEC, 1990. p. 25

TABELA 19 - EDUCAÇÃO ESPECIAL – INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS: NÚMEROS DE INSTITUIÇÕES, ATENDIMENTO EDUCATIVO (MATRÍCULA) E PESSOAL DOCENTE, 1981-1988

Ano	Instituições Especializadas	Atendimento Educativo (matrícula)	Pessoal Docente
1981	787	54.530	8.930
1984	843	76.525	10.857
1985	853	75.697	10.966
1987	1.035	77.259	14.787
1988	1.206	87.968	20.555

Fonte: Adaptada de BRASIL/MEC, 1990, p. 68

Em relação ao Sistema de Ensino Superior, Batista (1993) argumenta que, apesar de problemas, como a formação estritamente profissional, levando a deficiências no desenvolvimento de pesquisas, e o alto custo, o ensino superior apresentou crescimentos importantes, que ainda precisam ser melhorados para que possa contribuir mais ativamente para o processo de desenvolvimento do País (TABELAS 20, 21, 22 e 23). O corpo docente apresentou um crescimento de 21% na década e o número de instituições cresceu no âmbito estadual, municipal e particular, verificando-se que ocorreu a formação de faculdades integradas e de universidades a partir da unificação de instituições isoladas. O crescimento da matrícula foi de 10% e houve uma queda na relação alunos/docentes, que passou de 11,8 em 1980 para 10,8 em 1989, devido ao aumento no número de docentes contratados. Os docentes

melhoraram sua titulação: em 1980, 26% eram especialistas, 14% mestres e 11% doutores; em 1989, esses percentuais passaram, respectivamente, para 29%, 19% e 12%, e houve uma massificação desse ensino, demonstrada pela notável expansão da oferta de vagas, que cresceu 16% na década de 1980.

TABELA 20 - ENSINO SUPERIOR: N.º DE FUNÇÕES DOCENTES CONTRATADAS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, 1980 – 1989

Exercício	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	%
1980	45.010	15.180	4.186	52.451	116.827	
1989	48.107	24.812	4.250	63.727	140.896	21%

Fonte: Adaptada de Batista, 1993, p. 27-31

TABELA 21 – N.º DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, 1980 – 1989

Exerc.	FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL		PARTICULAR		Total
	Univ.	Isol.	Univ.	Isol.	Univ.	Isol.	Univ.	Isol.	
1980	34	18	9	44	2	89	20	662	878
1989	35	19	16	68	3	79	39	643	902

Fonte: Adaptada de Batista, 1993, p. 27-31

TABELA 22 - ENSINO SUPERIOR: NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES, CONTRATADAS, AFASTADAS E EM EXERCÍCIO POR GRAU DE FORMAÇÃO, 1980 – 1989

Ano	Contratados	Afastados	Graduação	Especializ.	Mestrado	Doutorado
1980	116.827	7.039	49.550	30.360	16.651	13.227
1989	140.896	12.867	43.852	41.007	26.899	16.271

Fonte: Adaptada de Batista, 1993, p. 27-31

TABELA 23 - ENSINO SUPERIOR: PRINCIPAIS VARIÁVEIS, 1980 – 1989

Exerc.	Vagas	Inscr.ves- tibular	Ingressos	Matric.	Formados	Vagas ociosas	Relação alunos/docentes
1980	404.814	1.803.567	356.667	1.377.286	226.423	48.147	11,8
1989	466.794	1.818.033	382.221	1.518.904	232.275	84.573	10,8

Fonte: Adaptada de Batista, 1993, p. 27-31

Os dados apresentados sobre a educação brasileira na década de 1980 demonstram um processo evolutivo de grande importância. É verdade que o País continua com sérios problemas educacionais, mas também é inegável que as ações implementadas naquela década contribuíram para amenizá-los.

O acesso à saúde no Brasil, um dos principais direitos do cidadão, vem se alterando positivamente desde meados do século XX. Essa situação fica evidente, nos anos 1980, quando analisamos variáveis como natalidade, mortalidade e prevalência de desnutrição sob a ótica da relação entre a transição epidemiológica⁶⁸ e a transição demográfica.⁶⁹

TABELA 24 - TAXAS DE NATALIDADE E MORTALIDADE (nascimentos e óbitos/1000 habitantes), ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER E FECUNDIDADE TOTAL (filhos/mulher), 1970-1980-1990

Anos	1970	1980	1990
Natalidade	37,7	-	25,0
Mortalidade	9,4	-	7,0
Esperança de vida ao nascer	52,7	60,1	65,6
Fecundidade total	5,76	4,35	3,64

Fonte: Adaptada de Monteiro, 1995, p. 67

⁶⁸ Mudanças nos padrões e níveis de saúde.

⁶⁹ Mudanças na mortalidade e fecundidade.

Segundo Monteiro (1995), a queda da natalidade e mortalidade leva a um aumento da esperança de vida ao nascer e à redução da fecundidade (TABELA 24). Nos anos 1980, a população brasileira teve sua esperança de vida acrescida em cinco anos,⁷⁰ enquanto a queda na fecundidade, que aumenta o intervalo entre os partos, influenciou decisivamente na diminuição dos riscos de desnutrição e mortalidade de crianças, pois as mães passaram a ter mais tempo para cuidar dos filhos, aumentando o período de amamentação. O autor demonstra que, no mesmo período, a mortalidade infantil reduziu-se em mais de 1/3, passando de 75 para 47,5 óbitos por mil nascidos vivos (TABELA 25). Vale lembrar que esse é um indicador das condições gerais de saúde da população, sendo utilizado internacionalmente como indicador social. Além disso, a mudança na mortalidade proporcional por idade, entre 1977 e 1988, quando se percebe a diminuição da proporção de óbitos infantis e de crianças menores de dez anos, e o aumento da proporção de óbitos após cinquenta anos refletem não só a diminuição da mortalidade, mas também o envelhecimento da população, que são outros indicadores de melhorias nas condições de saúde da população brasileira na década de 1980 (TABELA 26).

TABELA 25 - TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL (óbitos infantis por mil nascidos vivos), 1980-1988

Anos	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Taxas	75,0	68,4	64,5	66,7	65,9	58,1	53,2	51,0	47,5

Fonte: Adaptada de Monteiro, 1995, p. 69-70

⁷⁰ O aumento na quantidade de vida pode não refletir necessariamente uma melhora da qualidade de vida, no entanto, valores baixos expressam condições de saúde precária.

TABELA 26 - MORTALIDADE PROPORCIONAL POR IDADE (% óbitos), 1977-1988

Ano/Idades	-1 ano	1-9	10-19	20-29	30-39	40-49	50-64	65-79	80+
1977	26,74	6,74	2,93	4,78	5,69	7,91	16,02	20,89	8,35
1988	13,58	3,25	2,77	5,64	6,69	8,27	18,85	25,63	15,32

Fonte: Adaptada de Monteiro, 1995, p. 69-70

Em relação à desnutrição, Silva (1992) nos apresenta dados positivos para a década: das crianças de zero a cinco anos, houve uma significativa e generalizada diminuição, de cerca de 46,1%, em 1974/1975 para 30,7% em 1989. Segundo o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), o quadro nutricional melhorou devido a fatores diretos, como as melhorias de saneamento básico,⁷¹ e fatores indiretos, por exemplo, queda da fecundidade, melhor nível geral de conhecimento e informação da população, crescente acesso a bens e serviços modernos e a rápida urbanização, característicos da década de 1980.

Pontual (1995) defende que o direito a uma habitação condigna, além do conceito de abrigo, deve compreender a integração com a cidade em seu entorno, a disponibilidade de infra-estrutura urbana e de acesso ao mercado de trabalho e aos equipamentos públicos, é um pré-requisito importante para o exercício da cidadania. Assumindo esse conceito, um domicílio adequado propicia as condições necessárias para a proteção física dos seus moradores, o convívio familiar, a integração do indivíduo na comunidade e a reprodução da força de trabalho. Durante a década de 1980, houve no Brasil uma melhora geral nas condições habitacionais. Alexandre e Caillaux (1995, p. 254-255) utilizaram quatro variáveis para compor o quadro habitacional brasileiro naquele período (TABELAS 27 e 28), comprovando essa melhora:

⁷¹ Fornecimento de água, infra-estrutura urbana e atenções básicas de saúde.

- Habitação: envolve as variáveis ligadas à estrutura física dos domicílios, se os componentes de parede, piso e cobertura são de materiais duráveis ou não duráveis;
- Serviços: variáveis ligadas à existência de serviços básicos de utilidade pública nos domicílios, esgotamento sanitário/uso da instalação sanitária, abastecimento d'água, destino do lixo e iluminação elétrica;
- Bens: envolve as variáveis ligadas à posse de bens essenciais às condições de saúde, higiene, preparação e conservação dos alimentos, filtro de água, fogão e geladeira;
- Densidade: apresenta a relação entre o número de habitantes do domicílio e o número de cômodos.

TABELA 27 - PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES ADEQUADOS - ÁREA URBANA – 1982 E 1990

Regiões	Habitação		Serviços		Bens		Densidade	
	1982	1990	1982	1990	1982	1990	1982	1990
Norte	84,8	89,7	20,2	40,7	33,0	40,6	29,2	40,8
Nordeste	79,7	86,0	18,3	32,7	35,9	44,6	47,8	55,6
Sudeste	93,7	96,4	65,1	75,6	60,0	67,5	50,0	62,9
Sul	96,6	96,2	45,5	64,0	75,1	86,3	59,7	71,7
Centro-Oeste	86,1	92,5	25,1	41,1	50,1	63,4	49,4	65,2

Fonte: Alexandre e Caillaux, 1995, p. 246

TABELA 28 - PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES ADEQUADOS - ÁREA RURAL – 1982 E 1990

Regiões	Habitação		Serviços		Bens		Densidade	
	1982	1990	1982	1990	1982	1990	1982	1990
Nordeste	40,6	54,9	1,1	2,9	4,7	9,7	35,9	41,7
Sudeste	75,2	86,6	3,7	13,9	15,8	33,4	51,1	60,9
Sul	90,6	94,2	2,1	7,4	41,6	67,8	48,7	63,3
Centro-Oeste	50,6	71,7	0,7	3,7	8,4	24,4	38,6	50,9

Fonte: Alexandre e Caillaux, 1995, p. 246

Silva (1992) também concorda que ocorreram melhorias nas condições de habitação na década de 1980. Podemos verificar essa mudança pela redução da participação relativa dos

domicílios rústicos⁷² e dos com elevada densidade⁷³ no conjunto de domicílios brasileiros. Os domicílios rústicos passaram de 9,9% para 5,8% e os com elevada densidade de 16,3% para 11,8%, no período de 1981 a 1989. Para o autor, a melhoria das condições nas favelas e nos loteamentos periféricos contribuiu decisivamente para essa transformação.

As melhorias em relação à habitação na década de 1980 foram evidentes. No entanto, não podemos esquecer que as desigualdades continuam grandes, evidenciando a necessidade da adoção de uma política habitacional agressiva e sistemática, visando a eliminar os desequilíbrios.

Em relação ao saneamento básico, o Brasil apresentou uma grande expansão dos serviços na década de 1980 (TABELA 29). Segundo Santos (1995), no final do período, 81,6% dos moradores das cidades eram abastecidos de água no interior de seus domicílios, 53% possuíam instalação sanitária de uso exclusivo ligada à rede geral e 78,5% tinham lixo coletado, taxas que representaram grande progresso nas condições de bem-estar da população. Na área rural, o nível de atendimento foi mais baixo do que na urbana, no entanto também apresentou sensíveis melhoras. O abastecimento de água por rede geral, com canalização interna, atendia 3,2% dos domicílios em 1980 e atingiu 12,9% em 1990. Aqueles domicílios que possuíam instalação sanitária ligada à rede geral ou fossa séptica passaram de 7,1% em 1980 para 13% em 1990, 12% tinham o lixo coletado e 34,5% queimado ou enterrado em 1990. Como consequência dessa evolução favorável, em 1990, 93,67 milhões de pessoas eram atendidas por sistemas de água, 54,8 milhões possuíam instalação sanitária ligada à rede de esgoto e 22,3 milhões ligada à fossa séptica, enquanto 89,9 milhões tinham o lixo coletado.

⁷² Aquele em cuja construção predominam os materiais improvisados.

⁷³ Com mais de três moradores por dormitório.

TABELA 29 - BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES URBANOS POR SERVIÇO DOMICILIAR – 1981/1990

Ano	Abastecimento de água por rede geral		Instalação sanitária uso exclusivo		Coleta de lixo
	Com canalização interna	Sem canalização interna	Rede geral	Fossa séptica	
1981	70,0	9,6	38,0	16,1	65,8
1990	82,7	7,9	50,9	17,5	80,5

Fonte: Adaptada de Santos, 1995, p. 270

Considerando o mercado de trabalho, Amadeo et al. (1994) argumentam que, apesar de a taxa de crescimento do PIB nos anos 1980 ter sido bastante inferior a dos anos 1970, o número de postos de trabalho, naquela década, cresceu continuamente a uma taxa de 3,5% a.a.,⁷⁴ superando a taxa de crescimento populacional de 2,1% a.a. Em números absolutos, a população ocupada cresceu de 45,5 milhões em 1981 para 62,1 milhões em 1990, representando mais de 16 milhões de novos postos de trabalho e um crescimento de mais de 35% na força de trabalho do período. Em relação aos anos 1970, o crescimento em termos absolutos foi maior e, em termos relativos, foi similar. O nível de desemprego permaneceu estável e baixo durante toda a década de 1980. No final do período recessivo de 1981/1983, a taxa atingiu 4,9% da força de trabalho e no final da década oscilava entre 3,5 e 4%.

A excepcional capacidade de absorção de mão-de-obra da economia brasileira, na década de 1980, fica evidente quando analisamos a taxa de participação no mercado de trabalho. Segundo Amadeo et al. (1994), ela cresceu três pontos percentuais entre 1979 e 1990, mostrando que, apesar do baixo crescimento do PIB, o volume de empregos gerados foi suficiente não só para manter a taxa de desemprego baixa, mas também para suportar um

⁷⁴ Cerca de 1,9 milhão de novos empregos por ano.

crescimento significativo na taxa de participação. Dessa forma, podemos verificar que a criação de postos de trabalho não foi um problema significativo durante a década de 1980.

O crescimento de três pontos percentuais da taxa de participação da população no mercado de trabalho correspondeu a um crescimento da população economicamente ativa em 3,5% a.a. Esse percentual foi superior à expansão da população ativa, 2,7% a.a. Segundo Silva (1994), esse dado é importante, pois, além de ocorrer em um período de baixo crescimento econômico, contribuiu na geração de rendimentos das famílias. Para o autor, outro indicador importante do período é a taxa de desemprego aberto,⁷⁵ que sofreu uma redução de 4,3% em 1981 para 3% em 1989, significando uma redução absoluta no número de desocupados de 2.023 para 1.891 mil. A força de trabalho com mais de cinco anos de estudo aumentou de 36,2% para 46,7%, e os rendimentos médios mensais dos ocupados obtiveram um crescimento real de 2,9% a.a. no mesmo período. Os ganhos foram importantes para os trabalhadores, mas não podemos esquecer que o mercado de trabalho no Brasil ainda apresenta grandes desigualdades, que precisam ser eliminadas.

Silva (1992) realizou um estudo, a partir dos indicadores apontados acima, para os anos de 1981 e 1989, com o objetivo de analisar o crescimento da pobreza⁷⁶ no período. Constatou que houve uma deterioração da situação econômica do País nessa época, porém, em relação aos indicadores sociais, o consenso geral do aumento da pobreza não se manteve, pois alguns indicadores mostraram melhorias nas condições de vida da população.

Os dados das tabelas a seguir mostram que as porcentagens de famílias até ¼ sm *per capita* se reduziram em 2,3% entre 1981 e 1989; as de ¼ a ½ sm em 1,8%; e as de ½ a 1 sm em 2,6%. Dessa forma, a redução de famílias pobres foi de 4,1%, o que equivale a 5,8% em

⁷⁵ Ou taxa de desocupação aberta – porcentagem das pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas.

⁷⁶ A metodologia utilizada para separar as famílias ou indivíduos pobres dos não pobres foi o poder de compra do salário mínimo. Fixou-se um valor arbitrário em termos absolutos ou *per capita* a partir do qual seria definido o conjunto das famílias/indivíduos pobres.

número de pessoas.⁷⁷ No entanto, precisamos levar em consideração que houve crescimento absoluto dos pobres e que o percentual da pobreza familiar ou individual⁷⁸ ainda é um número alto e inadmissível. Por outro lado, é inegável que a classe que se situa na faixa de rendimentos superior a um salário mínimo *per capita* cresceu na década a uma velocidade superior ao crescimento vegetativo das famílias e dos indivíduos: aumento da ordem de 5,5 milhões de famílias (5,7% a.a.), totalizando 17,6 milhões de pessoas (5,3% a.a.), enquanto, no Brasil, as famílias cresceram cerca de 9 milhões (3,6% a.a.) e a população aproximadamente 24 milhões (2,3% a.a.). Silva (1992) considera que, no universo da análise, a evolução da pobreza tendeu a melhorar na década de 1980, tanto pelo tamanho médio familiar⁷⁹ quanto pela homogeneização do salário mínimo.

⁷⁷ Aceitando o limite de $\frac{1}{2}$ salário mínimo (sm) *per capita* para medição da pobreza relativa e utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) como deflator desse mesmo salário.

⁷⁸ Cerca de 30% do total.

⁷⁹ Que passou de 4,30 em 1981 para 3,91 em 1989.

TABELA 30 - BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS E PESSOAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA, 1981 E 1989

Classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (em salários mínimos)	1981 % (A)	1989 % (B)	Variação absoluta (B - A)	Taxa média de crescimento anual (%)
Famílias				
Até 1/4	17,7	15,4	-2,3	-1,7
1/4 - 1/2	20,8	19,0	-1,8	-1,1
1/2 - 1,0	25,4	22,8	-2,6	-1,4
Mais de 1,0	35,3	41,7	6,3	2,1
Acumulado				
Até 1/4	17,7	15,4	-2,3	-1,7
1/4 - 1/2	38,5	34,4	-4,1	-1,4
1/2 - 1,0	63,9	57,2	-6,7	-1,4
Pessoas				
Até 1/4	22,3	19,5	-2,8	-1,7
1/4 - 1/2	23,4	20,4	-3,0	-1,7
1/2 - 1,0	24,6	22,5	-2,1	-1,1
Mais de 1,0	28,9	36,4	7,5	2,9
Acumulado				
Até 1/4	22,3	19,5	-2,8	-1,7
1/4 - 1/2	45,7	39,9	-5,8	-1,7
1/2 - 1,0	70,3	62,4	-7,9	-1,5

Fonte: Adaptada de Silva, 1992, p. 14

TABELA 31 - BRASIL: FAMÍLIAS E PESSOAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA, 1981 E 1989

Classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (em salários mínimos)	1981 (em milhares) (A)	1989 (em milhares) (B)	Variação absoluta (B - A)	Taxa média de crescimento anual (%)
Famílias				
Até 1/4	4.894	5.653	759	1,8
1/4 - 1/2	5.762	6.959	1.197	2,4
1/2 - 1,0	7.025	8.342	1.316	2,2
Mais de 1,0	9.787	15.274	5.487	5,7
Acumulado				
Até 1/4	4.894	5.653	759	1,8
1/4 - 1/2	10.656	12.612	1.956	2,1
1/2 - 1,0	17.681	20.954	3.272	2,1
Pessoas				
Até 1/4	26.610	27.921	1.311	0,6
1/4 - 1/2	27.868	29.172	1.304	0,6
1/2 - 1,0	29.336	32.253	2.917	1,2
Mais de 1,0	34.416	52.064	17.648	5,3
Acumulado				
Até 1/4	26.610	27.921	1.311	0,6
1/4 - 1/2	54.478	57.093	2.615	0,6
1/2 - 1,0	83.814	89.346	5.532	0,8

Fonte: Adaptada de Silva, 1992, p. 15

Os dados e informações apresentados em todas as análises anteriores nos levam a pensar o desenvolvimento da sociedade brasileira por outra ótica, aquela em que se mensura o desenvolvimento humano a partir de diversas variáveis, além da econômica. Com esse objetivo, o PNUD criou, em 1990, o Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), que vem se constituindo em um dos instrumentos mais aceitáveis para o conhecimento das realidades sociais de um povo e para a mobilização política em busca do progresso integral e harmônico das nações. Esse índice representa três características desejáveis e esperadas do processo de desenvolvimento humano: a longevidade de uma população, expressa pela esperança de vida; seu grau de conhecimento, representado pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino; e sua renda ou PIB *per capita*, ajustada para

refletir a paridade do poder de compra entre os países. Ele se situa entre os valores zero e um, da seguinte forma:

- Países com baixo desenvolvimento humano, quando o IDH for menor do que 0,500;
- Países de médio desenvolvimento humano, para os valores entre 0,500 e 0,800;
- Países de alto desenvolvimento humano, quando o índice for superior a 0,800 (PNUD, 1998, p. 20).

A partir do estudo “Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros”, o PNUD (1998) demonstrou que o Brasil, historicamente, tem avançado na área de desenvolvimento humano quando esse processo é medido pelo IDH (TABELA 32). Na década de 1980, tanto o País quanto todas as macrorregiões tiveram sensível e sistemática melhoria nos seus índices, assim como nos seus três componentes. O Brasil como um todo chegou próximo ao índice de alto desenvolvimento em 1991 (0,787), e três macrorregiões atingiram esse índice no mesmo ano (Sudeste – 0,832, Sul – 0,834 e Centro-Oeste – 0,817). A grande contribuição para essa melhoria veio da dimensão longevidade e educação, com parcelas de 45% e 38%, respectivamente. A dimensão renda teve uma contribuição pequena, de 16% do total. Fica evidenciado, então, que a renda é uma dimensão necessária, mas não suficiente do desenvolvimento humano, ratificando dessa forma o novo conceito de desenvolvimento adotado pelo PNUD.

TABELA 32 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)
BRASIL E MACRORREGIÕES, 1980 E 1991

Unidade/ Ano	Espe- rança de vida ao nacer (anos)	Taxa de alfabe- tização de adultos (%)	Taxa combi- nada de matricula nos três níveis de ensino (%)	PIB <i>per capita</i> PPC\$	PIB <i>per capita</i> ajusta- do PPC\$	Índice de es- peran- ça de vida	Índice de edu- cação	Índice de PIB	IDH
Brasil									
1980	61,76	74,70	61,20	4.882	4.882	0,613	0,702	0,887	0,734
1991	66,13	80,60	67,80	5.023	5.023	0,686	0,763	0,913	0,787
Norte									
1980	60,30	69,40	55,60	3.068	3.068	0,588	0,648	0,550	0,595
1991	65,67	75,90	63,00	3.516	3.516	0,678	0,716	0,633	0,676
Nordeste									
1980	57,67	54,10	56,00	2.021	2.021	0,545	0,547	0,356	0,483
1991	62,71	63,50	60,30	2.360	2.360	0,629	0,624	0,419	0,557
Sudeste									
1980	64,26	83,50	65,70	6.981	5.250	0,654	0,776	0,955	0,795
1991	67,71	88,20	72,90	6.867	5.248	0,712	0,831	0,955	0,832
Sul									
1980	64,60	84,20	60,80	5.235	5.182	0,660	0,764	0,942	0,789
1991	68,90	88,70	70,70	5.237	5.182	0,732	0,827	0,942	0,834
C. Oeste									
1980	62,22	76,50	62,90	4.271	4.271	0,620	0,720	0,773	0,704
1991	67,14	83,90	73,20	5.575	5.205	0,702	0,803	0,947	0,817

Fonte: Adaptada de PNUD, 1998, p. 124

A educação, a saúde, as taxas de natalidade, mortalidade e desnutrição, as condições de habitação e de saneamento básico, o mercado de trabalho e os números da pobreza, entre outros indicadores, devem ser analisados quando se pretende compreender a história de um país em um determinado período. O crescimento econômico não pode ser a única variável a ser considerada, pois o desenvolvimento humano não resulta apenas do setor econômico. Aceitando o conceito de desenvolvimento do PNUD, acreditando ser o IDH um importante índice para se conhecer a realidade de um país e analisando os dados apresentados, observamos que o Brasil progrediu na década de 1980. Reconhecemos que não foi o

progresso esperado e necessário para suprir as carências da população, mas o saldo final foi positivo. O País passou por sérios problemas que afetaram seu crescimento econômico (comparado à década anterior), mas não interrompeu sua busca por um desenvolvimento humano aceitável. O Brasil não perdeu, mas acumulou resultados positivos para um futuro, esperamos, promissor.

5 CONCLUSÃO

A década analisada ficou conhecida, principalmente, por uma constante crise econômica, caracterizada por altas taxas de inflação, grande crescimento da dívida externa e planos econômicos ineficientes. No entanto, não foi uma “Década Perdida”, como normalmente a ela se referem. O Brasil passou por profundas mudanças e transformações que não confirmam esse rótulo.

A cultura expressou e provocou mudanças, os movimentos sociais e populares assumiram uma postura coletiva e diversificada e o movimento sindical assumiu seu papel como ator político. A sociedade se organizou e reagiu contra o Estado autoritário, lutando em busca da liberdade e igualdade. Apesar de se manter uma desigualdade social acentuada e um número elevado de pobres, houve um considerável progresso social compartilhado pela maioria dos brasileiros. Não que os problemas sociais foram eliminados ou chegaram a níveis aceitáveis, mas as condições de vida da população melhoraram, fazendo com que os indicadores sociais apresentassem resultados positivos.

A própria economia da década de 1980 não pode ser considerada como um total fracasso. O País passou por problemas que já tinha vivenciado no passado, com maior ou menor intensidade. O desequilíbrio e a inconstância da política econômica brasileira não são características únicas dos Governos Figueiredo e Sarney. Partindo dos anos de crescimento do Governo JK, identificamos uma economia caracterizada por crises, progressos, subordinação e dependência. Talvez, devido ao processo de liberdade de expressão que desabrochou nos anos 1980, essas características tenham ficado mais evidentes e, conseqüentemente, mais presentes no imaginário nacional. O que nos parece é que na “Década Perdida” a economia brasileira não se distanciou de suas tradições, o que pode facilmente ser percebido a partir de comparações com as décadas passadas ou com a que se seguiu.

O retorno aos anos 1980 reafirmou um fundamental pressuposto histórico: a importância de fontes alternativas para o estudo das realidades. Um objeto não pode ser analisado a partir de uma variável específica, mas a expressão social, em todas as suas formas, também é essencial. Em relação ao Brasil, essa postura é importante para se entender a sociedade do período. A partir das expressões culturais, principalmente a música, dos trabalhadores e da comunidade organizada, surgiram atores sociais que passaram a fazer parte da vida política e social do País, como os grupos de rock (Legião Urbana, Capital Inicial, Paralamas do Sucesso, Barão Vermelho e Titãs), as associações de bairro, as centrais sindicais e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Identificamos, também, a importância histórica do período no processo de redemocratização do País. Após longos anos de regime militar e autoritário, as insatisfações e esperanças da sociedade se materializaram, provocando o retorno do povo à vida pública, ao debate democrático. Paralela à crise econômica, formou-se uma intensa força social e política que foi capaz de conduzir a sociedade na busca de justiça social e liberdade.

O crescimento econômico é importante para se entender uma realidade, mas o conceito de desenvolvimento humano é fundamental. A década de oitenta nos mostra que, apesar da situação econômica do País, a educação, a saúde e o desemprego, entre outros indicadores, mostraram resultados positivos. Os números da economia são uma referência para diagnósticos e planejamentos, mas não determinam, individualmente, os rumos de uma sociedade. A visão deve ser ampliada, incluindo todas as variáveis disponíveis.

Analisando as transformações que demarcaram os anos de 1979 a 1989, entendemos que esse foi um período de crises plurais, uma década de incertezas, de mudanças, de transformações, um período de recessão econômica, mas com resultados positivos, em várias áreas, para a sociedade. Nesse sentido, acreditamos que as transformações não foram

resultado apenas da questão econômica, mas influenciadas também por elementos culturais, sociais e políticos.

A história de uma sociedade não pode ser resumida à sua história econômica, nem à história de suas políticas econômicas. A sociedade é plural e multifacetada e só a partir de uma análise multidisciplinar pode ser compreendida. Portanto, nenhum aspecto ou variável deve ser privilegiado, sob o risco de se produzir um conhecimento restrito e parcial sobre o período estudado.

6 REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de P. Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964. In: ABREU, Marcelo de P. (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 197-212.
- ALEXANDRE, Marco A. dos Santos; CAILLAUX, Elisa. Condições habitacionais. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores sociais: uma análise da década de 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. p. 245-262.
- ALEXANDRE, Ricardo. **Dias de luta**. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2002.
- ALMEIDA, Gelsom R. de. **História de uma década quase perdida: 1979 – 1989**. 2000. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.
- ALMEIDA, Maria H. T. de. Além do corporativismo: interesses organizados e democratização. In: SOLA, Lourdes; PAULANI, Leda M. (Org.). **Lições da década de 80**. São Paulo: Edusp; Genebra: UNRISD, 1995. p. 171-192.
- AMADEO, E. et al. **A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980**. Brasília: IPEA, 1994. (Texto para discussão, n. 353).
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.
- BARÃO VERMELHO. **Barão vermelho 2**. [S.I.]: Som Livre, 1983. 1 disco sonoro.
- BARBOSA, Ana M. T. A imagem no ensino da arte: anos oitenta e novos tempos. São Paulo: Fundação IOCHPE, 1991.
- BARREIRA, Irllys A. F. **O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política em construção**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- BATISTA, Edlamar. **Ensino superior no Brasil 1980 – 1991**. Brasília: IPEA, 1993. (Texto para discussão, n. 321)
- BILHARINHO, Guido. **Cem anos de cinema brasileiro..** Uberaba/Brasil: Instituto Triangulino de Cultura, 1997.
- BOITO JÚNIOR, Armando. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: _____. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 43-91.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Administração Geral. **A educação no Brasil na década de 80**. Brasília, 1990.
- BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.
- CAPITAL INICIAL. **Capital inicial**. [S.I.]: Polygram, 1986. 1 disco sonoro.

CARNEIRO, Dionísio D.; MODIANO, Eduardo. Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984. In: ABREU, Marcelo de P. (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 323-346.

CARNEIRO, Ricardo de M. **Crise, estagnação e hiperinflação: a economia brasileira nos anos 80**. 1991. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

CARDOSO, Ruth C. L. Mudança sociocultural e participação política nos anos 80. In: SOLA, Lourdes; PAULANI, Leda M. (Org.). **Lições da década de 80**. São Paulo: Edusp; Genebra: UNRISD, 1995. p. 193-200.

CARVALHO, Alan F. de. Tendências recentes do sindicalismo. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores sociais: uma análise da década de 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. p. 345-361.

CARVALHO, José C. B. de; KAPPEL, Maria D. B.; ALVES, Maria I. C. Condições educacionais. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores sociais: uma análise da década de 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. p. 283-295.

CAZUZA. **O tempo não pára**. Rio de Janeiro: Polygram, 1988. 1 CD gravado ao vivo.

CIAMBARELLA, Alessandra. **“Anistia ampla, geral e irrestrita”**: a campanha pela anistia política no Brasil (1977-1979). 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

COELHO, Franklin D. **História urbana e movimentos sociais: o movimento de reforma urbana (1950-1990)**. 1996. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, Niterói, 1996.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FURTADO, Celso. **O Brasil pós-milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FURTADO, João P. A música popular brasileira dos anos 60 aos 90: apontamentos para o estudo das relações entre linguagem e práticas sociais. **Pós-História: Revista de Pós-Graduação em História**, Assis-SP, v.5, p. 123-143, 1997.

FUSFELD, Daniel R. **A era do economista**. São Paulo: Saraiva, 2001.

GAROFALO FILHO, Emilio. **Câmbio, ouro e dívida externa: de Figueiredo a FHC**. São Paulo: Saraiva, 2002.

GRAY, John. **Falso amanhecer: os equívocos do capitalismo global**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GREMAUD, Amaury P.; VASCONCELLOS, Marco A. S. de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da G. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

GOHN, Maria da Glória M. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1999.

HOBBSAWM, Eric J **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

JUÇA, Maria. Música: cidade partida. In: ALMEIDA, Candido J. M. de et al. (Org.). **Cultura brasileira ao vivo**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. p. 133-147.

LAGO, Luiz A. C. do. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”: 1967-1973. In: ABREU, Marcelo de P. (Org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 233-294.

LEGIÃO URBANA. **Dois**. [S.I.]: EMI, 1986. 1 disco sonoro.

LEGIÃO URBANA. **Que país é esse 1978/1987**. [S.I.]: EMI, 1987. 1 disco sonoro.

LIMA JUNIOR, Olavo B. de. Participação, cidadania eleitoral e instituições políticas. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores sociais**: uma análise da década de 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. p. 329-342.

MELO, Leonel I. de A. Política. In: AJZENBERG, Elza M. (Org.). **Comunicações e artes em tempo de mudança**: Brasil, 1966-1991. São Paulo: ECA/USP: SESC, 1991.

MENDONÇA, Sônia R. de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Marias Y. (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MODIANO, Eduardo. A ópera dos três cruzados: 1985-1989. In: ABREU, Marcelo de P. (Org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 347-386.

MONTEIRO, Mário F. G. A mortalidade no contexto da transição epidemiológica. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores sociais**: uma análise da década de 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. p. 67-77.

NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JÚNIOR, Armando (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 93-135.

NORONHA, Eduardo G.; GEBRIN, Vera; ELIAS JÚNIOR, Jorge. **Explicações para um ciclo excepcional de greves**: o caso brasileiro. In: LASA – Latin American Studies Association - Internacional Congress, XXI., 1998, Chicago. (versão preliminar).

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antonio C. Democracia com desenvolvimento: 1956-1961. In: ABREU, Marcelo de P. (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 171-195.

PAIVA, Cláudio C. de. **A trama cultural dos anos 80**. 1987. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Departamento de Comunicação, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 1987.

PLEBE RUDE. **O concreto já rachou**. [S.I.]: EMI, 1986. 1 disco sonoro.

PNUD (Brasil). **Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros**. Brasília: [s.n.], 1998. Projeto Desenvolvimento Humano no Brasil com a participação do IPEA, FJP e IBGE.

PONTUAL, Ricardo. A questão habitacional no âmbito do sistema financeiro da habitação. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores sociais: uma análise da década de 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. p. 221-241.

RAMOS, José M. O. O cinema brasileiro contemporâneo (1970-1987). In: RAMOS, Fernão (Org.). **História do cinema brasileiro**. São Paulo: Art, 1987. p. 399-454.

REIS, Antonio C. A. dos; RANGEL, Afonso C. C. Os desníveis sociais da participação eleitoral no Brasil. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores sociais: uma análise da década de 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. p. 317-325.

REGO, José M.; MARQUES, Rosa M. (Org.). **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000.

RESENDE, André L. Estabilização e reforma: 1964-1967. In: ABREU, Marcelo de P. (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 213-231.

RODRIGUES, Leôncio M. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JÚNIOR, Armando (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 11-42.

RODRIGUES, Marly. **A década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às praças**. São Paulo: Ática, 1994.

SANTOS, Marcio M. Condições de saneamento básico. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores sociais: uma análise da década de 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. p. 265-277.

SILVA, Francisco C. T. da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Y. (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990a. p. 301-334.

SILVA, Francisco C. T. da. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Y. (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990b. p. 335-380.

SILVA, Luiz C. E. (Coord.). **O que mostram os indicadores sobre a pobreza na década perdida**. Brasília: IPEA, 1992 (Texto para discussão, n. 274).

SINGER, Paul. **A crise do “milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TAVARES, Maria da C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

TAVARES, Maria da C.; ASSIS, J. Carlos de. **O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

TITÃS. **Cabeça dinossauro**. [S.I.]: WEA, 1986. 1 disco sonoro.